

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- CURSO DE MESTRADO**

MARCOS ANTONIO QUEIROZ

**DESAFIOS SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ E AS
INICIATIVAS LOCAIS EM NOVA TEBAS: ALCANCES E LIMITES**

**MARINGÁ - PR
2011**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-CURSO DE MESTRADO**

MARCOS ANTONIO QUEIROZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá, tendo como finalidade a obtenção do título de Mestre.

**Área de Concentração: Análise Regional e Ambiental
Orientadora: Professora Dr^a. Ângela Maria Endlich**

**MARINGÁ- PR
2011**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR., Brasil)

Queiroz, Marcos Antonio
Q3d Desafios socioespaciais na região central do Paraná e as iniciativas locais em Nova Tebas : alcances e limites / Marcos Antonio Queiroz. -- Maringá, 2011.
169 f. : il. col., figs., tabs., mapas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Endlich.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011.

1. Pequenas cidades - Paraná - Região Central. 2. Espaço urbano regional. 3. Áreas em esvaziamento populacional - Paraná - Região Central. 4. Nova Tebas (PR) - Iniciativas locais. 5. Nova Tebas (PR) - Economia solidária. 6. Desenvolvimento local - Paraná - Região Central. I. Endlich, Ângela Maria, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed. 918.8162
ANMA-00052

"DESAFIOS SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ E AS
INICIATIVAS LOCAIS EM NOVA TEBAS: ALCANCES E LIMITES".

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Geografia, área de concentração:
Análise Regional e Ambiental.

Aprovada em 18 de agosto de 2011.

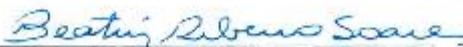
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Angela Maria Endlich
Orientadora - UEM
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Maria Neziida Culti
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Beatriz Ribeiro Soares
(membro convidado)
Universidade Federal de Uberlândia

AGRADECIMENTOS

Diversas são aquelas pessoas que devemos agradecer pela contribuição de um trabalho de cunho científico. A seguir enumeramos algumas delas:

A orientação da professora Dr^a Ângela Maria Endlich, que não mediu esforços para que esse trabalho tivesse um desfecho ;

A professora Dr^a Adélia Haracenko pessoa muito importante na minha vida não só pelo parentesco mas, pelos ensinamentos;

A minha mãe Maria Queiroz da Silva, por estar sempre ao meu lado;

A minha tia Nelita que é uma pessoa maravilhosa e que me ensinou a tentar ser cada dia melhor;

Aos professores da antiga Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão FECILCAM, pelo incentivo a cursar a pós graduação.

Agradeço em especial aos professores Edson Yokoo, Aurea Andrade Vieira Andrade e Nair Glória Massoquim;

Aos professores do Colégio Guatupê em especial Roseli Nunes e Marilza Teixeira;

Ao meu amigo Marco Antonio de Lima.

Obrigado vocês são fundamentais na minha vida.

RESUMO

O tema central dessa dissertação está norteado pela análise do desenvolvimento local em municípios com diminutos centros urbanos na região Central do Estado do Paraná. É importante notificar que partimos do pressuposto que o município por si só não explica a realidade em que está inserido. Por isso, partimos de uma problematização em âmbito regional objetivando entender a realidade municipal bem num contexto mais amplo. Assim, instrumentalizados pela regionalização da Emater, analisamos a história e os dados estatísticos pertencentes a região de Ivaiporã segundo recorte territorial estabelecido pela instituição mencionada. A análise do município de Nova Tebas foi fundamental para compreender o processo de esvaziamento populacional que ocorre em vários municípios paranaenses. Assim, traçamos um perfil geoeconômico do município e analisamos os aspectos econômicos, sociais e políticos de sua emancipação política, ocorrida no final da década de 1980. Contudo, é importante ressaltar que a análise do município foi importante para posteriormente estudar as políticas implementadas na região central e especificamente no município. Além das políticas federais analisamos especificamente a implementação de uma cooperativa pautada no modelo de economia solidária criada no distrito administrativo de Poema. Tal cooperativa foi criada pelos produtores de maracujá orgânico, que não querem vender suas propriedades e ir embora de sua localidade, procurando gerar alternativas de renda para que possam permanecer. As iniciativas locais de desenvolvimento como essa, atribuída aos moradores de Poema, constituem soluções endógenas que poderão ajudar na melhoria da condição de vida dos habitantes de espacialidades em esvaziamento populacional.

Palavras-chave: Iniciativas Locais; Desenvolvimento Local; Região Central do Paraná; Nova Tebas

SOCIO-SPATIAL CHALLENGES IN THE CENTRAL REGION OF PARANÁ AND LOCAL INITIATIVES IN NOVA TEBAS: ACHIEVEMENTS AND LIMITATIONS

The central theme of this dissertation is oriented by the analysis of local development in municipalities with tiny towns in the Central region of Paraná State. It is important to notice that we assume the municipality itself does not explain the reality it belongs to. So, we start with a problematisation at a regional level aiming to understand the municipal reality within a broader context. Thus, instrumentalised by Emater's regionalization, we looked at the history and statistical data pertaining to the central region of Paraná according to the territory division established by the institution mentioned. The analysis of Nova Tebas town was essential to understand the depopulation process which occurs in several municipalities in Parana. Therefore, we drew a geo-economic profile of the town and analyzed the economic, social and political aspects of its political emancipation, which occurred in the late 1980s. However, it is important to emphasize that such analysis was fundamental for further studies of the policies which were implemented in the central region and particularly in that municipality. In addition to federal policies, we analyzed specifically a co-operative implementation based on the model of solidarity economy created in the administrative district of Poema. This co-operative was created by organic passion fruit producers who do not want to sell their properties and leave their village. In this way, they can create new sources of income so that they can stay there. The local initiatives for development, such as this one from Poema residents, are endogenous solutions that may help to improve the inhabitants living conditions from spatialities suffering depopulation.

Key-words: Local initiatives. Local development. Central region of Parana. Nova Tebas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização das Mesorregiões do Estado do Paraná.....	22
Figura 2: Localização Geográfica da Região de Ivaiporã e Regionalização da Emater	23
Figura 3: Localização do Município de Nova Tebas, no Estado do Paraná.....	79
Figura 4: Localização Geográfica dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado do Paraná a partir de Microrregiões Geográficas.....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 1960	33
Tabela 2- Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 1970	34
Tabela 3- Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 1980	35
Tabela 4- Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 1991	36
Tabela 5- Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 1996	38
Tabela 6- Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 2000	40
Tabela 7- Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 2007	42
Tabela 8- Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 2010	44
Tabela 9- Número de Estabelecimentos Fundiários dos municípios da Região Central do Paraná	53
Tabela 10- Área dos Estabelecimentos Fundiários dos Municípios da Região Central do Paraná	55
Tabela 11- Região Central do Paraná, Número de Estabelecimentos Comerciais entre os anos de 2000 e 2009	60
Tabela 12- Região central do Paraná, Número de Empregos entre os anos de 2000 e 2009	62
Tabela 13- Região Central, Setores da Economia, Ano de 2007	63
Tabela 14- Região Central do Paraná, Pessoas e Famílias em Situação de Pobreza	64
Tabela 15- Região Central do Paraná, Dados Socioeconômicos da Exclusão Social, 2000.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução da População Urbana e Rural da Região Central do Paraná	45
Gráfico 2- Região Central do Paraná, Composição da Economia, 2008	57
Gráfico 3- Principais cereais cultivados na Região Central do Paraná,	58
Gráfico 4- Produção pecuária na Região Central do Paraná, 2008	58
Gráfico 5-Evolução da População Total Urbana e Rural do Município de Nova Tebas, Paraná, 2010.....	84
Gráfico 6- Setores da Economia de Nova Tebas, 2010	88
Gráfico 7-Escolaridade dos Produtores.....	135
Gráfico 8- Renda Média Mensal dos Produtores.....	136
Gráfico 9- Principais Produtos Comercializados.....	136
Gráfico 10- Tempo de Produção do Maracujá.....	137
Gráfico 11- Produção Orgânico do Maracujá.....	138
Gráfico 12- Institutos de Qualificação para a Certificação da Produção Orgânica.....	138
Gráfico 13- Tamanho de Propriedade.....	139
Gráfico 14- Hectares Direcionados à Plantação de Maracujá.....	140
Gráfico 15- Número de Participação em Associações.....	140
Gráfico 16- Curso sobre Cooperativismo Realizado.....	141
Gráfico 17- Quanto Tempo Reside no Município.....	142
Gráfico 18- Viagem com Maior Frequência.....	142
Gráfico 19- Do Que Mais Sentiria Saudades.....	143
Gráfico 20- O Que a Cooperativa lhe Trouxe.....	143
Gráfico 21- Personalidade Política mais Importante.....	144
Gráfico 22- Instituição mais Importante.....	144
Gráfico 23- O que Te Atrai no Município.....	145
Gráfico 24- O que falta em Nova Tebas.....	146
Gráfico 25- Significado da Economia Solidária.....	146
Gráfico 26- Preço médio do maracujá.....	154
Gráfico 27- Evolução do número de pés de maracujá (em produção) – Cooperatvama.....	155
Gráfico 28- Evolução da Produção e Faturamento da Cooperatvama.....	156
Gráfico 29- Evolução do número de produtores- Coopertavama.....	156
Gráfico 30- Variação dos tributos sem o faturamento bruto anual da Coopertavama.....	157

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná;

EMATER- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural;

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais;

SIES- Sistema nacional de Informações em Economia Solidária;

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 - ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ.....	22
1.1 - PROCESSO HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ	31
1.1.1 - Estrutura Fundiária da Região Central do Paraná	46
1.1.2 - Setor Primário: Agropecuária na Região Central do Paraná	56
1.1.3 - Setor Terciário na Região Central do Paraná: Estabelecimentos e Empregos Formais	59
2 - DESAFIOS SOCIOESPACIAIS DE NOVA TEBAS.....	69
2.1- MUNICÍPIOS E ESCALA LOCAL.....	69
2.2 – MUNICÍPIOS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ	72
2.3 - OS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS RECENTEMENTE NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ	73
2.4 – ESCALA LOCAL: MUNICÍPIOS OU CIDADES.....	76
2.5 – PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS.....	78
2.5.1 –Dinâmica demográfica em Nova Tebas.....	83
2.5.2 – Nova Tebas e a Estrutura Fundiária	86
2.5.3- Divisão de Empregos em Nova Tebas.....	88
2.5.4- Indicadores Sociais no município de Nova Tebas.....	89
2.5.5- Nova Tebas, Políticas e Planejamento.....	90
2.6- AS ASSOCIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS COMO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	94
3 – NOVA TEBAS- POLÍTICAS TERRITORIAIS E INICIATIVAS LOCAIS.....	99
3.1 - POLÍTICAS TERRITORIAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ-	99
3.2. - POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	102

3.2.1 – Poder: objeto das políticas públicas.....	103
3.3 – POLÍTICAS FEDERAIS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ: TERRITÓRIOS DA CIDADANIA.....	105
3.4 - POLÍTICAS TERRITORIAIS ESTADUAIS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ: POLÍTICAS DO GOVERNO JAIME LERNER.....	108
3.4.1 – O Governo de Roberto Requião e as Propostas para o Desenvolvimento Regional dos Pequenos Municípios da Região Central do Paraná.....	110
3.5 – INICIATIVAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO- LIMITES, ALCANCES E SIGNIFICADOS EM NOVA TEBAS	112
3.5.1 - Desenvolvimento Local	114
3.5.1.1- Cooperativismo como Fomento para o Desenvolvimento Local.....	115
3.5.1.2 – Desenvolvimento Local a partir de Empreendimentos Econômicos Solidários.....	117
3.5.1.3 – Unitrabalho e Sua Importância Social	120
3.5.2 – Economia Solidária: Aspectos Sociais, Econômicos e Políticos.....	121
3.5.2.1- Economia Solidária e o vislumbrar da solidariedade como meio de inclusão social.....	122
3.5.2.2- Aspectos econômicos na Economia Solidária.....	124
3.5.2.3- Economia Solidária e Políticas Públicas.....	125
3.5.2.4- A Integração em Redes Solidárias.....	126
3.6. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO ESTADO DO PARANÁ.....	127
3.6.1- Produtores Familiares da Maracujá Orgânico: Distrito Administrativo de Poema- Nova Tebas- PR.....	134
3.6.2- Aspectos Socioterritoriais e Tipologia do Empreendimento Econômico Solidário	147
3.6.3- Alcances da Economia Solidária no Distrito Administrativo de Poema- Nova Tebas PR.....	150
3.6.4- Limites no Empreendimento da Coopertavama.....	159
REFERÊNCIAS.....	162

ANEXOS.....165

INTRODUÇÃO

O Estado do Paraná apresenta uma configuração espacial heterogênea, decorrente da natureza do modo de produção capitalista vigente: concentrador, seletivo e excludente. Para a compreensão e identificação das diversas espacialidades no ano de 2006 a pesquisa denominada “Vários Paranás” proposta pelo Iparde, tendo como objetivo o desenvolvimento do Paraná, tomou como fio condutor a divisão social do trabalho.

De acordo com o referido trabalho, os distintos territórios respondem por diferentes papéis na divisão social do trabalho, tanto externa quanto internamente ao Estado. Entre os espaços relevantes, destacam-se aqueles de máxima relevância, concentração e densidade, formada pela Região Metropolitana de Curitiba, pelo entorno de Ponta Grossa e por Paranaguá, denominado 1º espaço relevante. Porém, duas outras aglomerações são identificadas no Norte Central, região capitaneada por Londrina e Maringá e o Oeste do Paraná com Cascavel e Foz do Iguaçu que também são espaços desenvolvidos economicamente (MOURA, LIBARDI, SILVA, BARION, 2006, p.145).

Contudo, há no Paraná outro conjunto de espaços relativamente homogêneos os “socialmente críticos”. Parte desses municípios encontram-se na faixa demarcada como Vale do Ribeira, em sua porção leste paranaense. Os demais municípios classificados dessa forma fazem parte de uma mancha contínua na porção central do Estado, que se alonga no sentido Norte Pioneiro/Centro Sul.

A porção central do Estado apresenta fatores socioculturais importantes, como a presença de reservas indígenas, quilombos, assentamentos rurais, além de uma estrutura fundiária concentrada, que contribuem para o processo de espaços socioeconomicamente deprimidos. Podemos considerar que estas características incrementam também a complexidade desta região.

Este grupo de municípios socialmente críticos no Paraná Central, região que focalizamos nessa pesquisa, apresenta como uma de suas características a elevada proporção de ocupação da população em atividades agropecuárias bem como no setor público. São considerados municípios rurais, localizados em áreas com menor potencial para uso agrícola da terra e de baixo crescimento ou perda populacional.

Pode nos ajudar a pensar sobre isso o estudo já mencionado “Os Vários Paranás”, resultante de pesquisa elaborada por uma gama de pesquisadores dos mais variados campos

da ciência. Para tal grupo de cientistas, as linhas de ação, para as dimensões econômica, social e institucional, devem ser implementadas com vistas a combater as desigualdades e explorar o potencial da diversidade paranaense.

Questionamo-nos, então, sobre como melhorar ou minimizar o gritante processo de desigualdade social nos espaços menos desenvolvidos economicamente do Estado paranaense. Há, portanto, neste trabalho, além do objetivo de uma sistematização relacionada à compreensão da região, um impulso pragmático que pretende subsidiar a intervenção na realidade regional.

O Estado tem uma importância fundamental para este trabalho enquanto agente, pois precisamos acompanhar a implementação de políticas setoriais das diferentes esferas de governo e demais instituições públicas e privadas que atuam nessa área central do território estadual.

Os municípios polarizados por pequenas cidades situados no Paraná Central apresentam peculiaridades em relação as demais pequenas localidades desta unidade da federação. Por isso, nos lembramos que “As pequenas cidades em sua dinâmica funcional são múltiplas e variadas. A pluralidade de tais núcleos populacionais se devem a diversos fatores como, a origem, sua posição geográfica, dimensão demográfica e desenvolvimento econômico” (ENDLICH, 2006, p. 195).

Observa-se na porção central do território paranaense espaços que podem ser considerados como economicamente deprimidos ou opacos. Para a sociedade isso representa que parcela da população não se apresenta integrada de maneira uniforme à dinâmica econômica do território paranaense.

Embora não tendo sido atingido pela modernização do campo como ocorrera em outras regiões, o Paraná Central, apresenta implicações decorrentes desse processo. Grande parcela da população migra para outras localidades, isolando parcelas do território incapazes de cumprir as exigências de uma produção que opera sob racionalidades externas (MOURA, 2009, p. 22).

Percebe-se tanto no campo como em pequenos núcleos uma parcela da população que através dos circuitos espaciais, está totalmente inserida no meio técnico-científico-informacional, e outra grande parcela de pessoas excluídas de tal circuito. Contudo, é nada mais do que a expressão do ciclo de acumulação da atualidade, que produz em qualquer parte

do território, uma face moderna, altamente complexificada, com alta rentabilidade e de outro lado características opostas.

Portanto, a região Central do Paraná, da qual o município de Nova Tebas faz parte, sofreu rápida evasão populacional, nas décadas de 1970 e 1980, processo esse marcado principalmente pelo êxodo rural, mas que extrapola os limites do município e inclusive da região. Ou seja, ainda que o município possa ser considerado como predominantemente rural, houve parte da população que saiu do campo. Entretanto, este fluxo não foi absorvido pela pequena sede urbana ou pelas vilas no âmbito municipal. Parte do fluxo saiu do município e da região. Por isso, há perda da população total para a região.

Acreditamos que somado a modernização da agricultura, o processo mais amplo de globalização e suas implicações nos papéis e dinâmicas nas cidades grandes e médias fez com que grande parte da população que habita as pequenas cidades, migrassem para os centros maiores em busca de melhores condições de vida. Ao não encontrarem um emprego para se manterem, estas pessoas são obrigadas a ir para as periferias desses centros, acentuando a marginalização e pobreza. Para apreender adequadamente o processo é preciso um olhar sobre a totalidade do território.

Partimos neste trabalho de uma problematização ampla no sentido geográfico e conjuntural. A dinâmica e os indicadores sociais da região decorrem da forma como ela está inserida na economia atual. Ou seja, como este espaço central do Paraná participa da denominada economia mundo? Trata-se de uma região que não tem uma dinâmica econômica forte. Pelas características naturais, acrescidas das sociais, é uma área que não possui demanda intensa por parte dos interesses do capital. Entretanto, isso não significa que não participe de nenhuma maneira do processo de acumulação da capital.

Portanto, nesta pesquisa procuraremos além de estudar a realidade local, contextualizada no âmbito regional, pretendemos avaliar os alcances e limites de iniciativas baseadas em organizações que vem sendo denominadas de economia solidária.

Portanto, a elaboração da dissertação esteve orientada pelo objetivo principal de analisar o processo de evasão populacional no município de Nova Tebas e na região central paranaense, avaliando iniciativas locais, quanto aos limites e alcances como medidas mitigadoras para esse fenômeno.

Para tanto, podemos expressar da seguinte maneira os objetivos específicos:

- Analisar o processo de organização socioespacial da região central do Paraná;

- Compreender o perfil geoeconômico do município de Nova Tebas, a luz dos desafios socioespaciais;
- Avaliar iniciativas locais como medidas mitigadoras de desenvolvimento local a partir de políticas territoriais eficazes.

Reflexões e procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento do trabalho, foram utilizados diversos procedimentos metodológicos. Inicialmente é de suma importância a nosso ver, fazer uma distinção entre método de interpretação e método de pesquisa, pois eles têm gerado muitas confusões como bem aponta Moraes e Costa (1993). O método de interpretação diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência. Os mesmos autores dizem o seguinte a respeito de tal método:

É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida. O método de interpretação refere-se, assim, a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto as questões da lógica e, por que não dizer, à ideologia e a posição política do cientista. O método é, nesse sentido, o elemento de relação entre os vários campos da ciência e de cada um com a Filosofia. (MORAES E COSTA, 1993, p.27).

Entretanto, o método de pesquisa como o próprio nome diz, refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas para a realização de uma determinada pesquisa. Assim, os mesmos autores se expressam da seguinte maneira sobre esse método:

Relaciona-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos filosóficos. Pode-se dizer que a utilização de um método de pesquisa não implica diretamente posicionamentos políticos ou concepções existenciais do pesquisador, resultando muito mais das demandas do objeto tratado e dos recursos técnicos de que dispõe. (MORAES; COSTA, 1993, p.27).

Ainda que constantemente debatida é comum que nos perguntemos, sobre o que é o método. De acordo com Sposito, (2004) que faz uma significativa reflexão sobre este tema, enfatizando que as definições que ele mesmo coloca em seu trabalho, apontam para um entendimento de método único como aponta René Descartes. Então Sposito, salienta que a conceituação de método para Descartes que “é um meio de apreender a realidade através de conceitos claros e distintos, denominando-o de dúvida metódica”. Ainda que estejamos adotando um município para aproximar o foco de análise, não compreendemos a realidade desse local de forma isolada aos demais. Por isso, adotamos uma abordagem regional. Esta é a escala de problematização dos processos que pretendemos analisar de forma mais

aprofundada quanto à Nova Tebas. Neste sentido, partimos de procedimentos que envolvem o conhecimento da região por meio de referenciais históricos e estatísticos.

Inicialmente é impreterível discorrer sobre as questões que perpassam sobre o conjunto dos municípios com diminutos centros urbanos. Uma vez que Endlich (2011) afirma que metodologicamente, quando tratamos de pequenas cidades temos três possibilidades de encaminhamento: os estudos de caso, os enfoques regionais e estudos comparativos. O trabalho que se segue, destacará processos ocorridos em um município, o que exige procedimentos de estudo de caso, porém procuramos compreender a problematização em âmbito regional. Este encaminhamento é fundamental para evitar o que Endlich (2011) chama de tratar com exclusivismo problemáticas que se apresentam em escalas mais amplas, como é o caso da perda de população total em municípios polarizados por pequenas cidades não-metropolitanas no Estado do Paraná.

Quanto aos recortes temporais utilizados na pesquisa, uma vez que o processo de modernização tanto no Brasil, como no estado do Paraná intensificam-se a partir dos anos de 1960, recorreremos a tal data para contextualizar o processo de urbanização e criação de novos municípios no recorte estabelecido. Quanto ao município, uma vez que o mesmo data de 1989, realizamos a análise a partir desse ano.

Assim, para compreender a realidade local, qual seja, Nova Tebas, em um primeiro momento, buscamos embasamento na Região Central do Paraná, que na regionalização da Emater, é aquela polarizada pela cidade de Ivaiporã. Uma vez, que grande parte dos municípios que compõem o recorte regional apresentam-se com altas taxas de população na zona rural, e por apresentarem um elevado desenvolvimento no setor primário, utilizamos a regionalização da Emater para a caracterização geral. No entanto, quando trabalhamos com as políticas federais implementadas na região e como os procedimentos empíricos são desenvolvidos em Nova Tebas, a regionalização dos territórios da cidadania foi contemplada com o intuito de analisar as políticas que tal órgão federal lança nesse espaço. Com o objetivo de completar esse enfoque regional em um primeiro momento do trabalho, realizamos um inventário histórico e estatístico das particularidades nos 21 municípios que compõe a região central do Paraná.

Portanto, para o trilhar da pesquisa, utilizamos fontes de diversos órgãos tais como a Emater, o IBGE, o Iparde, e a sistemas tais como a RAIS, o SIES e outros órgão públicos que nos possibilitou a análise econômica e social do elencado de municípios.

Destacamos o referencial empírico como fundamental, pois nos coloca com as situações práticas da ordem do dia-a-dia. O contato com o município e sua sede urbana, nos fez compreender a realidade municipal que se caracteriza como uma das que mais perdem habitantes no Estado do Paraná. Discussões com os moradores e pioneiros foram fundamentais para a compreensão da ocupação e colonização de um município emancipado recentemente.

Isso nos possibilitou a construção de um perfil geoeconômico da realidade municipal, bem como auxiliou na interpretação dos dados coletados através de fontes documentais mencionadas sobre a espacialidade regional e municipal. Destacamos ainda, as fontes orais para esclarecer pontos de análise que só são encontrados na fala das experiências cotidianas, e que não o são satisfatoriamente encontrados em fontes secundárias, tal como se encontra expresso no seguinte excerto:

O pesquisador que trabalha com depoimentos e resgate da história oral, ao fazer com que as pessoas relatem suas próprias lembranças e interpretações do passado, possibilita que os entrevistados, em particular aqueles frequentemente ignorados e fragilizados economicamente, adquiram dignidades e sentido de finalidade ao rememorarem a própria vida, fornecendo informações valiosas á um processo de investigação. (THOMPSON *apud* MAROTTI; SANTOS, 2001, p. 197)¹.

Com o intuito de analisar as iniciativas locais de fomento ao desenvolvimento local do município de Nova Tebas, a investigação sobre as alternativas de geração de renda para os habitantes do município foram fundamentais para a terceira parte do trabalho.

Salientamos que, para a fundamentação do mesmo, contatos foram travados com setores públicos do Estado do Paraná, com o intuito de analisar as políticas públicas territorializadas no município de Nova Tebas e o alcance, ou envergadura que tais políticas estão surtindo no município, bem como para os municípios ao redor. Entramos em contato com funcionários do Paraná Cidade (órgão ligado ao planejamento e desenvolvimento das cidades das diversas regiões paranaenses) e levantamos várias referências bibliográficas para entender o processo de esvaziamento que algumas regiões apresentam.

O que denominamos no trabalho como iniciativas locais, corresponde a uma cooperativa de produtores de maracujá orgânico organizada no âmbito do município de Nova Tebas, mas circunscrita ao distrito administrativo de Poema, que pelos habitantes locais é chamado carinhosamente de Alvorada. Um grupo de pequenos produtores de maracujá

¹ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

orgânico formou uma cooperativa no intuito de gerar renda e evitarem a migração para outras regiões ou centros metropolitanos, tendo em vista a sua sobrevivência econômica. Um dos distritos do município de Nova Tebas foi vivenciado pessoalmente pelo autor por 23 anos, o que facilitou compreender a realidade local e o significado que tem contar com possibilidades de geração alternativas de renda como forma de gerar a possibilidade de permanecer no local de nascimento ou onde já estão constituídos outros vínculos afetivos.

Através de entrevista com os pioneiros da localidade foi possível ampliar o conhecimento a respeito da realidade local e saber o grau de pertencimento que tais produtores apresentam em relação ao lugar onde vivem, além dos alcances econômicos proporcionados pela mencionada atividade cooperativa.

É importante ressaltar, que a aplicação de questionários aconteceu em dois momentos. O primeiro foi realizado em 2008, quando participávamos do projeto “Cooperativismo e associativismo, estimulando a produção de maracujá orgânico na agricultura familiar”. O segundo aconteceu em 2010, como parte complementar e específica dos procedimentos para a elaboração da dissertação de mestrado. Assim, conseguimos perceber o grau de desenvolvimento da cooperativa e o andar desse empreendimento, realizado no modelo da economia solidária.

Não obstante, o fato de conhecermos que vivemos em uma sociedade, na qual o processo que impulsiona a história, não se dá senão, pela luta de classes, não podemos compreender a realidade objetiva, se postularmos uma neutralidade científica. Logo, entendemos que a tentativa de apreensão dessa realidade circundante, só se faz através de um caminho teórico-metodológico que seja coerente com os pressupostos filosóficos de quem os procura por em execução. Uma vez que teoricamente estamos em processo de formação, é importante assinalar que simpatizamos com o conceito de desenvolvimento desigual e combinado proposto por Trotsky. Tal embasamento fica claro a partir do momento em que trabalhamos com espaços em declínio demográfico e conseqüentemente socialmente críticos. Assim, se estabelecem regiões que ganham e regiões que perdem, tanto em aspectos econômicos como em aspectos sociais. Cumpre salientar que excetuada essa condição peculiar, de reconhecimento das dificuldades que encontramos pela frente acerca da análise dos instrumentos teóricos na Geografia Humana, por outro lado o gosto pelo estudo e repasse da teoria da ciência geográfica é insubstituível. Portanto, esse paradoxo, no mínimo, nos situa,

diante de uma situação instigante no desenvolvimento da pesquisa, enquanto estudante de uma realidade regional.

Sendo assim, assinalamos que:

Na medida em que a realidade circundante, objetiva do mundo da natureza, da sociedade e do próprio homem vai sendo revelada pelo contínuo avanço das ciências e transformada pelo saber filosófico em lei maior, o ser humano passa a atuar, cada vez mais racionalmente, em interação mútua com o seu “universum”. Toda a estrutura do seu ser – material e espiritual – encontra-se submetida às leis da evolução dialética, portanto, inserida num contínuo processo de evolução. O seu próprio pensamento torna-se sempre mais lógico e o reflexo subjetivo da realidade objetiva evidencia, mais e mais, o seu caráter de ser consciente. Na prática, há um constante avançar do seu conhecer e de sua ação sobre o espaço geográfico existente (GOMES, 1991, p. 11).

Uma vez que trabalhamos com a Geografia e o seu objeto de estudo é o espaço geográfico, acreditamos que a discussão sobre o mesmo é indispensável para a compreensão da realidade, que por ora enfocamos.

De acordo com Smith (2002), é apenas a partir dos anos de 1960, que o espaço material é tornado social na esteira política. Desse modo, é dada uma reestruturação espacial em todas as escalas geográficas. No entanto, de acordo com o mesmo autor, o espaço enquanto categoria teórica e metodológica encontrava obstáculos, pois existia uma falta de linguagem articulada da diferenciação espacial.

Portanto, os estudos apontavam apenas para uma gramática da teoria social historicista, privilegiando o tempo em relação ao espaço, pois nenhuma controvérsia surgiu sobre as categorias e políticas da diferenciação espacial.

Os geógrafos, de quem se esperariam uma linguagem da diferenciação espacial, não analisavam de uma maneira pormenorizada a teoria em geral, existindo uma relutância completa em ver a escala geográfica como socialmente construída. A escala geográfica era considerada mera questão de preferência metodológica para o pesquisador.

Smith (2002), nos mostra que a construção da escala geográfica, é um meio inicial, mediante o qual ocorre a diferenciação espacial. Assim, a compreensão da escala geográfica, poderia nos proporcionar uma linguagem mais plausível da diferenciação espacial. Portanto, a construção da escala é um processo social, pois ela é produzida na sociedade. Vemos pois, que a produção da escala geográfica é decorrente de uma intensa luta política.

Isso posto, é de suma importância a articulação das escalas em nível, nacional estadual e regional para a compreensão do espaço em foco. No entanto, é importante notificar que

Santos (1977) em sua análise sobre a sociedade, nos diz que o espaço é social. Salienta o referido autor, que a Geografia minimizou o papel do espaço em relação à sociedade. Em suas palavras percebe-se que a Geografia considerava o espaço apenas como teatro das ações humanas. O seu estudo, assim como o de Smith (2002) nos revela a importância têmico-espacial nos estudos geográficos, bem como a interdependência entre as escalas pois:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. (SANTOS, 1977, p.81).

Uma vez que o conhecimento de uma sociedade tanto na sua totalidade como nas suas frações, é sempre um conhecimento específico, que se torna compreendido num dado momento de sua evolução, a roupagem teórica da formação socioespacial leva-nos a dar um maior enfoque sobre as transformações dadas em um recorte espacial (em nosso caso a Região Central do Paraná), uma vez que o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas.

É importante salientar que o processo histórico não pode ser realizado senão no espaço e pelo espaço. Assim, vemos a importância da abordagem espaço-temporal nos estudos das formações econômicas subdesenvolvidas, assim como o Paraná Centro, pois:

El enfoque espacio-temporal es particularmente útil para el estudio de la realidad social en las áreas subdesarrolladas, porque es el único que permite captar su heterogeneidad estructural y comprender la forma específica en la cual, en cada lugar, se articulan funcionalmente variables ligadas a diferentes tiempos históricos. (BARRIOS, 1977, p.20).

Assim, nessa pesquisa, estaremos procurando captar a dinâmica evolutiva do mundo da natureza e da sociedade, para compreender a evolução do pensamento de uma ciência. Para isso, estamos conscientes que:

O ponto de partida deve ser sempre o de ter em vista que a captação do conhecimento objetivo da natureza e da sociedade parte da consciência do homem mas não é produto desta consciência. O produzido resulta do mundo exterior (objetivo) que é captado pela nossa consciência por meio dos seus canais da ligação com este mundo exterior (os órgãos sensoriais) e transformado pela nossa estrutura cerebral numa imagem reflexa do conhecimento. Desse modo o conhecimento objetivo e concreto, passa a ser a imagem reflexa subjetiva (sujeito) do mundo objetivo (natureza e sociedade como sujeito histórico). (GOMES, 1991, p. 99).

Portanto, é de suma importância a tarefa que cabe a nós geógrafos. Pois além de estudar, entender e compreender o espaço no qual fazemos parte, é imperativo analisar o poder de transformação social que tal ciência carrega no bojo de suas formulações teóricas.

A dissertação que por ora apresentamos está dividida em três partes. Na primeira parte apresentamos A Organização socioespacial da Região Central do Paraná, na segunda parte procuramos mostrar “Os Desafios socioespaciais do Município de Nova Tebas e, por fim, na terceira parte procuramos mostrar os resultados mais concretos de nossa pesquisa no item intitulado “ Nova Tebas e Suas Políticas Territorias e Iniciativas Locais”.

Feita essa abertura conceitual que nos permite entender a base da nossa pesquisa, passaremos doravante a discutir a organização socioespacial da região e nela incluído o município em estudo.

PARTE 1 - ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ

A região objeto dessa pesquisa está inserida no centro geográfico do Paraná, com uma população absoluta da ordem de 215.561 habitantes em 2010. Os municípios que compõem tal área são os seguintes: Arapuá, Ariranha do Ivaí, Boa Ventura de São Roque, Borrazópolis, Cândido de Abreu, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lunardelli, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Tebas, Pitanga, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí. As compartimentações regionais são diversas e obedecem diferentes critérios. Assim, o território paranaense encontra-se regionalizado de forma diferenciada para várias instituições, como o IBGE, SEAB, Incra, Iparde, Emater. Adotamos nesse trabalho a regionalização da Emater como ilustra a Figura 1.

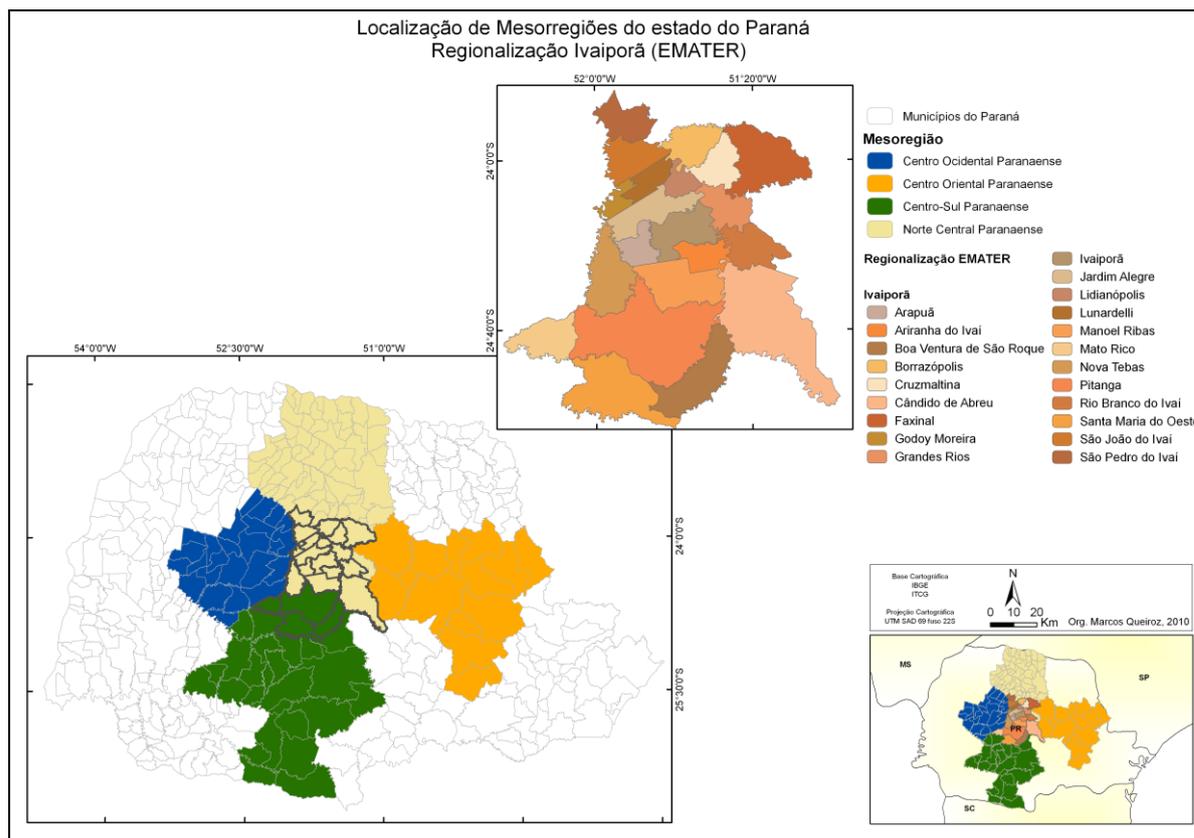


Figura 1 – Localização das Mesorregiões do Estado Paraná.

Fonte da Base Cartográfica: IBGE/ITCG

Org: Marcos Queiroz.

Quando escrevemos sobre a região Central do Paraná, vislumbramos uma fração do território paranaense que apresenta as seguintes características:

- Os municípios que fazem parte desse recorte apresentam baixa densidade demográfica;
- Apresentam uma população com várias procedências étnicas, com predomínio de grupos eslavos como ucranianos e poloneses, bem como descendentes de caboclos;
- Relevo montanhoso, com escarpas muito íngrimes;
- Falta de acessibilidade de rodovias por parte da grande maioria dos municípios que compõe tal conjunto de municípios.

A região central paranaense agrupa municípios que em grande parte, originaram-se do município de Pitanga. Portanto, a formação e organização socioespacial atinente ao centro do Paraná nesse trabalho enfocará a história de Pitanga. Tal município segundo Vaz (1994) foi um dos quais, passava-se o lendário caminho do Peabiru. A Figura 2 representa os municípios que compõem a Região Central do Paraná.

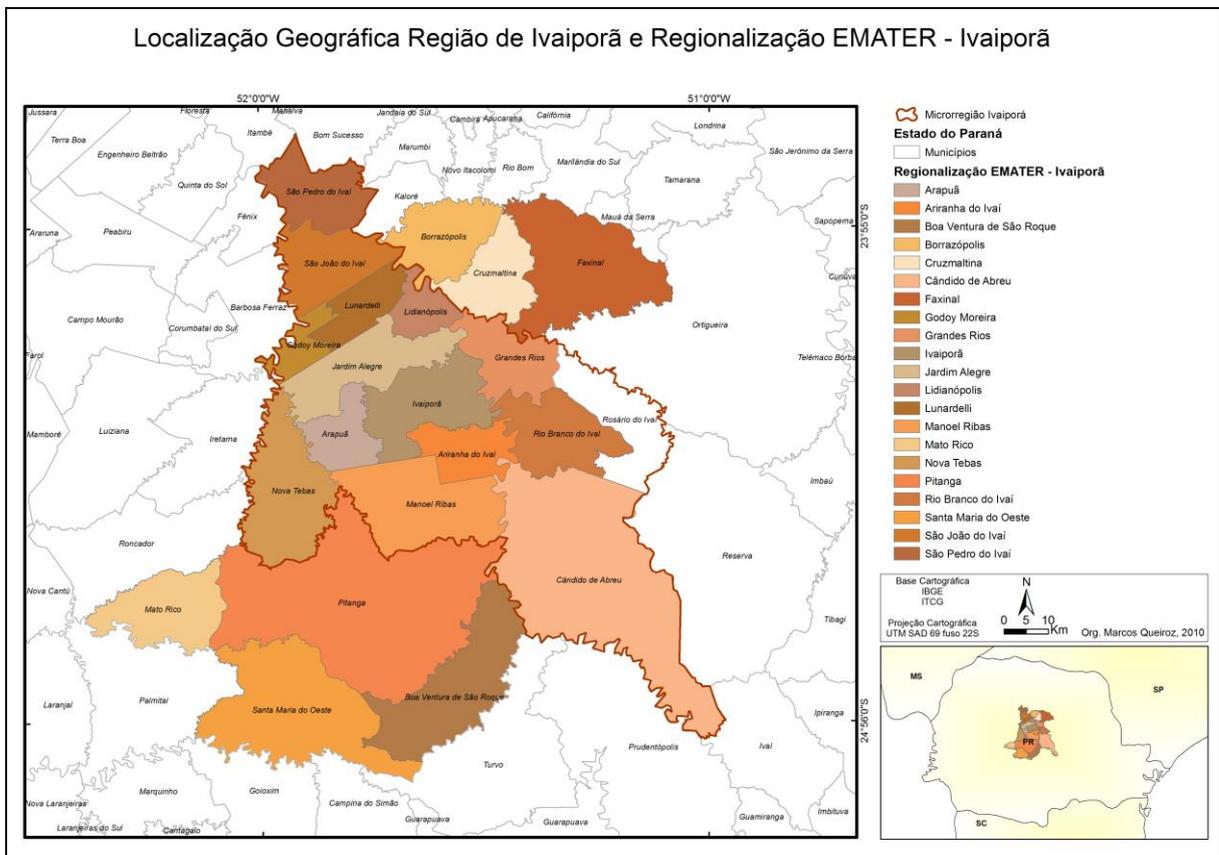


Figura 2 – Localização Geográfica da Região de Ivaiporã e Regionalização da Emater – Ivaiporã.

Fonte da Base Cartográfica: IBGE/ITCG

Org: Marcos Queiroz.

Para compreender o processo de ocupação e colonização de Nova Tebas, há que se analisar também a região de Pitanga, uma vez que o primeiro foi desmembrado do segundo. Podemos considerar que Pitanga foi o município mãe das cidades do centro do Paraná, que abrangia além de Campo Mourão, até proximidades de Apucarana.

A partir de 1847, fugindo da perseguição protestante huguenote e calvinista, chegou ao porto de Paranaguá, o navio dinamarquês Fides, trazendo o médico naturalista João Maurício Faivre e mais oitenta franceses que se estabeleceram as margens do rio Ivaí, fundando a chamada colônia Thereza Cristina.

Com o intuito de desenvolver tal colônia, em 1854 o Dr. Faivre entrou em contato com o governo imperial para que se fizesse a catequese dos indígenas. Além do mais, ele comunicou ao governo ter encontrado uma estrada de pedra no sertão do Ivaí, construção essa dada aos jesuítas do século XVII.

A partir de 1872, segundo Vaz (2002) entre as cidades de Curitiba a Ponta Grossa, havia 27 colônias de italianos, poloneses, alemães, russos-alemães do Volga, ucranianos e outros imigrantes. Com o decorrer dos anos, alguns de seus descendentes foram para a região central do Paraná e junto com os franceses fundaram a cidade de Pitanga. É importante salientar que tais imigrantes não eram agricultores, mas professores, músicos e cientistas.

No entanto, tal população não encontrou êxito em sua empreitada, pois havia muita malária na região do Ivaí. Com isso, espalharam-se para Guarapuava e outras regiões do interior paranaense. Fixando-se em Boa Ventura, próximo a Serra da Pitanga, os irmãos Caillot e Henrard, receberam do governo quinze mil alqueires de terras para cultivar.

Nesse período, a erva mate e a madeira eram as principais riquezas da região. No início, os jesuítas tentaram impedir o índio de continuar o uso do chimarrão, argüindo que a erva era do diabo, mas logo estudaram e reconheceram seu valor tanto comercial como nutritivo.

Com a instalação da colônia militar do Jataí, pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes e o aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, na redução jesuítica, entre os anos de 1856-1858 do século XIX, o toldo Kaingang, foi atacado no Vale do rio Piquiri, pelos indígenas do cacique Condá e Viry dos Campos de Guarapuava. Derrotados perderam seus guerreiros. Assim, se aproximaram do major Thomaz José Muniz, que os aldeou em São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, cujos índios eram menos bravios graças aos esforços do missionário Frei Luiz de Cemitille.

Porém, os aldeados de São Pedro de Alcântara, desgostosos com a disciplina de Feri Thimóteo de Castelnuevo, voltaram a habitar os sertões do Tibagi e Ivaí. De acordo com os historiadores, o caminho de Peabiru passava pelo Paraná, contornando as seguintes cidades: Pitanga, Laranjal, Altamira e Campo Mourão. Ainda segundo Vaz (2001), tal caminho tinha 3 mil quilômetros de extensão, ligando o Oceano Atlântico ao Pacífico, possuindo 1,40 metros de largura e 40 centímetros de profundidade, ou até mais como se vê em Pitanga, onde o caminho ficou fundo pela constante passagem de índios, jesuítas, cargueiros de erva-mate, bandeirantes e aventureiros.

Na margem direita do rio Ivaí, a década de 1920 foi marcada por graves acontecimentos na região da Serra da Pitanga, localidade essa pertencente a região central paranaense. O povoamento na região entrava num processo cada vez mais acelerado e se chocava com as tribos estabelecidas nos diversos toldos que existiam em tal localidade.

A partir das décadas de 1870/1880 grande contingente de índios tinha se fixado na região, atraídos por promessas do governo do Paraná, porém ainda não estavam demarcadas as terras e vinham sendo ocupadas por brancos que vinham de Guarapuava, ao sul, e Ponta Grossa a leste. Diante disso, os índios Kaingangs atacavam a população ameaçando as vilas e cidades próximas as terras do vale do Ivaí.

Um dos noticiários sobre os acontecimentos realizados no vale do Ivaí dizia o seguinte:

Ivahy. O núcleo Colonial Candido de Abreu será atacado á mão pelos índios do toldo do coronel Paulino Xagu. (...) o facto é grave e requer não só providências urgentes para evitar o ataque, como para acalmar e subordinar os índios rebeldes. GAZETA DO POVO, Curityba, sábado, 31 de março de 1923. Apud: As guerras dos índios Kaingang. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924).

Questionando as causas do levante Kaingang, o jornal curitibano – A república- acusava o SPI de não ter demarcado as reservas concedidas pelo governo do Estado. Povoada por poloneses da colônia Cândido de Abreu, as terras indígenas da margem direita do Ivaí estavam sendo ocupadas. Novas terras, na margem esquerda do Ivaí, haviam sido doadas, mas, por falta de demarcação, estavam igualmente sendo invadidas. De acordo com a Gazeta do Povo de 1923:

Convencidos como estavam, os silvícolas de que tudo na Serra da Pitanga lhes pertencia, reúnem-se em número considerável e avisam ao povo para que, dentro de três dias abandonem suas casas e em seguida dão começo ao saque. O clima na região era de medo, e famílias inteiras fugiam para as cidades maiores e mais seguras.

No entanto, a Gazeta do povo de Curitiba acusou José Maria de Paula, inspetor do SPI no Estado do Paraná, como responsável e insuflador do levante dos índios na serra da Pitanga. Tal ataque ao funcionário fazia parte da campanha de desgaste do órgão no Paraná e da campanha para extinção dos aldeamentos de São Jerônimo, cujas terras foram disputadas por fazendeiros e importantes políticos paranaenses.

De acordo com José Mauro Gagliardi, o SPI tornara-se um empecilho à livre ocupação das terras da reserva de São Jerônimo, doadas aos índios pelo barão de Antonina no século XVIII. Mesmo assim, a elite agrária paranaense criou o município de São Jerônimo da Serra dentro das terras indígenas. Assim, Mota (1994) salienta que este é um dado importante para se compreender a drástica redução das áreas das reservas do Paraná.

O medo que se espalhou pela região de Pitanga chegou até a centenária cidade de Guarapuava. Novamente Mota (1994) nos esclarece que o jornal Comércio do Paraná estampava a seguinte manchete, no dia 10 de Abril de 1923: Guarapuava ameaçada por um grupo de bandidos, alardeando que a cidade se achava ameaçada por um bando de desordeiros, que explorava a ignorância dos índios para perturbar a ordem.

Ademais, o subdelegado de Pitanga, chamado Pedro Nolasco, nos seus relatos informara ter encontrado em Guarapuava número elevado de famílias retirando-se com grande pânico, a maioria vinda da serra da Pitanga.

Mota (1994) em seu trabalho sobre os índios Kaingangs afirma que o jornal “O Diário da Tarde” noticiava-se que a situação de pânico na região de Pitanga era conflituosa, devido ao confronto entre índios e colonos estabelecidos em tal cidade, assim a matéria dizia que: “Continua o êxodo da população de Pitanga cujas famílias chegam a esta cidade completamente destroçadas pedindo garantias de vida e propriedade. As notícias chegadas d’ali narram os acontecimentos pormenorizando os assaltos e mortos em famílias de colonos”. (Jornal O Diário da Tarde *apud* MOTA, 1994, p.14).

Segundo constam os relatos no dia 11 de abril, o Diário da Tarde recebia mais notícias sobre os acontecimentos na serra da Pitanga. Telegramas vindos de Guarapuava confirmavam os combates. De acordo com os jornais da época, o comerciante Pedro Mendes reuniu em torno de 200 homens para combater os atacantes no dia 5 e 8 de abril, ocasião em que morreram muitos bandoleiros e foram mortos e picados a facão três homens e três crianças.

Os acontecimentos da serra da Pitanga revelaram que os Kaingangs não assistiam passivamente a ocupação de seus territórios. Mesmo os aldeados necessitavam das matas para manter seu modo de vida e faziam incursões contra os brancos desde o início do século XIX.

No entanto, é importante notificar que na década de 1925 safras de porcos eram tiradas das roças localizadas nas férteis margens dos rios do Paraná, como: Piquiri, Bandeira, Bananal, Xagu, Iguaçu, Cantu. Esses porcos eram tocados a pé para serem vendidos em Ponta Grossa, sendo que a viagem demorava cerca de um mês.

No mesmo período instalava-se o distrito de Pitanga, na data de 30 de maio de 1925. Concomitantemente, o governo do Paraná concedeu terras a preços baixos à Empresa Paraná *Plantations*, sucedida depois pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná que organizou a colonização das melhores terras do Paraná, em zonas, glebas, lotes, colônias, patrimônios e cidades.

Nessa época, o município de Pitanga era o portal do sertão, por onde passava todo aventureiro, antes de seguir para o Norte Pioneiro.

O Paraná aderiu à Revolução de 1930, com a abertura da colonização em terras do norte do Paraná pela Companhia Inglesa Paraná *Plantations*, porém na região central do Paraná, havia muitos índios na região que se recusavam a mudar do lugar onde tinham enterrado seus antepassados.

Ademais, o governo prosseguia os planos de colonização de suas terras devolutas e antigas concessões, fundando as margens do rio Piquiri, as colônias Cantu, Goio-Bang, Goio-Erê e as margens do Ivaí, Manoel Ribas, Muquidão, Mourão. As cartas e datas de proprietários de terras para o município de Pitanga, eram expedidas por cartórios de Guarapuava até a década de 1940. Essa dependência jurídica que Pitanga tinha com relação a Guarapuava atrasou consideravelmente o desenvolvimento socioeconômico de Pitanga.

Em finais da década de 1939 através da criação da Inspeção de Terras de Pitanga, os moradores dos municípios adjacentes foram requerendo diretamente ao estado do Paraná, a posse de suas férteis terras.

A partir de 1940, mais de 12 mil porcos eram exportados de Pitanga até Ponta Grossa, e eram explorados seus ervais de madeiras de lei. Nesse mesmo período, a Companhia de Terras do Norte do Paraná vendeu 117 mil alqueires de suas terras para plantio de café. Havia também, companhias de colonizadores particulares que exploravam terras nos arredores de Pitanga. De acordo com Vaz, “Houve a ocupação de terras devolutas ou abandonadas. Entretanto, não faltou exploração de trabalhadores rurais, especulação nos negócios e roubo por parte de muitos lavradores da região”. (VAZ, 2001, p.98).

A partir de meados da década de 1940, a procura de terras por gaúchos e catarinenses foi extraordinária na região central do Paraná. Aqueles que adquirissem os lotes de terra, teriam a proteção política e o amparo das seguintes companhias privadas de colonização que atuavam no oeste do Paraná: Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A e a Companhia Maripá que adquiriu 124 mil alqueires da Companhia Madeiras do Alto Paraná.

A década de 1950, é marcada na região central, como o período dos conflitos fundiários. De acordo com a historiografia de Vaz (2002) , vinha de Curitiba um caminhão do Exército para desarmar os sitiados nas suas roças. Entre tais conflitos, podemos citar aquele relacionado a ação anulatória por parte do Estado, que veio em consequência da ação

divisória do imóvel tigre ou Rio do Tigre, promovida originariamente na extinta Justiça Federal do Paraná e depois renovada na Comarca de Pitanga.

Por seu turno, na década de 1970, Pitanga era o 2º maior município em extensão territorial do estado do Paraná. Porém, os lavradores estavam descontentes com a política dos preços, juros altos e os problemas fundiários.

A partir da segunda parte dos anos de 1970, Pitanga era o maior produtor de milho do Estado. No entanto desde esse período (1975) já apresentava as piores estradas da região.

Porém, após o auge da exploração da madeira e com a agricultura em expansão, a terra estava custando 3 mil cruzados o alqueire, e por ser barato, muitas pessoas procuravam Pitanga e região para plantar milho, feijão, soja e trigo.

Por se transformar no maior centro produtor de milho do estado do Paraná, a Coamo, Cooperativa Agrária Mourãoense, se instalou no município de Pitanga em 1979.

Os anos de 1980 foram marcados pela redução dos povos indígenas, que na região central foi ocupada pelos índios Kaingangs, conforme já assinalado. Hoje, tal grupo indígena vive em número reduzido, nas áreas que bordejam o rio Ivaí, em municípios como Manoel Ribas e reservas de Guarapuava, onde 461 indígenas ocupam uma extensão territorial de 17 mil hectares de terras.

A partir de 1986, foi inaugurado o asfalto da PR 456, ligando os municípios de Pitanga a Palmital. Fundou-se também a Rureco (Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná) em Pitanga com o objetivo de diversificar a produção agrícola para o bem estar da família.

A década de 1990, é marcada para Pitanga e região com a recuperação de 6.800 Km de estradas municipais e 13 mil Km de estradas particulares, realizada pela patrulha rodoviária pertencente ao departamento de obras do município de Pitanga.

Com o início do governo de Roberto Requião, na década de 1990, começa a entrega de títulos de terras. Assim, um grupo de agricultores de Pitanga, recebeu das mãos do governador Roberto Requião 488 títulos de terras. Em tal entrega, foi lembrado que em 1921, quando começaram os conflitos de terra, os documentos vinham expedidos por Guarapuava e a partir de 1923, começou-se a descobrir as fraudes em tais documentos. Desde aí, sucederam-se ações, pareceres e recursos na justiça até 1983. A região era muito cobiçada pelos seus pinheiros. (VAZ, 1991, p.47).

No ano de 1999, Pitanga foi incluída no *Guinness Book*, pois conquistou o recorde mundial de plantação de mudas. Foi realizado o plantio de 118 mil mudas de árvores e semeado 1 milhão de pinheiros no dia 3 de junho de 1998. (VAZ, 1991, p. 98).

Contudo, em nível internacional, o Brasil exporta a erva mate para mais de 25 países do mundo, especialmente para a Alemanha, Chile, os Estados Unidos da América, Japão e Uruguai. Apresentando a melhor erva-mate do mundo, Pitanga, Turvo e Guarapuava se inserem na divisão internacional do trabalho como exportadoras de produtos agrícolas como milho e soja para as nações mais ricas e desenvolvidas.

No entanto, a região chega ao século XXI, como uma grande exportadora de produtos primários como milho e soja para as *commodities* internacionais.

Portanto, com essa caracterização histórica podemos perceber que a região de Pitanga, ou Paraná Central, apresenta uma mutabilidade muito grande, pois foi habitada inicialmente pelos índios Kaingang, e passou de uma região produtora de suínos de forma extensiva para uma espacialidade fornecedora de produtos agrícolas para o mercado mundial.

É importante notificar que o desenvolvimento da região central do Paraná, também passou por fragmentações que trouxe a criação de novos municípios, demonstrados no Quadro 1. Com o intuito de verificar o processo de criação dos municípios em análise, verificamos de quais municípios foram desmembrados bem como o número da lei que o criou, o seu ano de criação e o ano de instalação de sua área territorial.

Assim, temporalmente, o município de Pitanga é o mais antigo, sendo emancipado politicamente no ano de 1944. Os municípios mais novos da região, foram emancipados no ano de 1995, com instalação dada do ano de 1997. Tais municípios criados recentemente foram os seguintes: Arapuá, Ariranha do Ivaí, Boa Ventura de São Roque Cruzmaltina e Rio Branco do Ivaí.

Quadro 1 - Municípios da Região Central, Municípios Desmembrados, Número da Lei e Ano de Criação e Instalação.

Município	Município desmembrado	Número da lei de criação	Ano da criação do município	Ano de instalação do município
Arapuá	Ivaiporã	11.219	08.12. 1995	01.01. 1997
Ariranha do Ivaí	Ivaiporã	11.257	21.12. 1995	01.01. 1997
Boa Ventura de São Roque	Pitanga	11.176	10.09. 1995	01.01. 1997
Borrazópolis	Apucarana	790	11.08. 1951	14.12. 1952
Cândido de Abreu	Reserva	253	26.11. 1954	12.12. 1955
Cruzmaltina	Faxinal	11.222	13.12. 1995	01.01. 1997
Faxinal	Apucarana	790	14.11. 1951	14.12.1951
Godoy Moreira	São João do Ivaí	6.915	05.4.1989	01.01.1990
Grandes Rios	Cândido de Abreu	5.514	11.12. 1967	14.12. 1967
Ivaiporã	Manoel Ribas	4.245	25.07. 1960	19.09. 1961
Jardim Alegre	Ivaiporã	4.859	28.04.1964	14.02. 1964
Lunardelli	São João do Ivaí	7.267	19.12.1979	0.02.1982
Manoel Ribas	Pitanga	2.398	05.07. 1955	08.01. 1956
Nova Tebas	Pitanga	8.624	08.12.1987	01.01.1989
Pitanga	Guarapuava	199	30.12. 1943	01.01.1944
Rio Branco do Ivaí	Rosário do Ivaí, Cândido de Abreu, Grandes Rios	11.258	11.12.1995	01.01. 1997
Rosário do Ivaí	Grandes Rios	8.399	29.10. 1986	01.01.1989
Mato Rico	Pitanga	9.564	31.01.1991	01.01. 1993
Santa Maria do Oeste	Pitanga	9.320	11.07.1990	01.01.1993
São João do Ivaí	Ivaiporã	4.859	28.04.1964	29.12. 1964
São Pedro do Ivaí	Jandaia do Sul	253	26.11.1954	30.10.1955

Fonte: FERREIRA, 1996

Org: Marcos Queiroz, 2011

1.1 - PROCESSO HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ

Assim como o Brasil, o Estado do Paraná também passou por ciclos econômicos que trouxeram para tal unidade federativa o desenvolver de uma economia, outrora dependente de São Paulo.

É fato que o processo de urbanização gira em torno de fatores quais sejam: o comportamento demográfico, o grau de modernização, bem como a organização dos transportes, o nível da industrialização, os tipos de atividades e relações que mantém com os grupos sociais envolvidos, a criação e retenção local do valor agregado, a capacidade local para guardar uma maior ou menor parcela da mais valia gerada, o grau de redistribuição da renda entre os produtores, os efeitos diretos e indiretos da modernização sobre a política, a sociedade, a cultura e a ideologia (SANTOS, p.57, 2005).

Quando se analisa o processo de urbanização no território paranaense Souza (1971) constata que em 1950 o Paraná possuía somente seis cidades com mais de 10 mil habitantes, agrupando 56,4% da população urbana. Em 1960, 63,7% dessa mesma população vivia em quinze cidades de mais de 10 mil habitantes: a autora salienta que Curitiba contava com 344.560 habitantes, Ponta Grossa com 77.803 habitantes e Londrina com 74.110 habitantes englobavam já, 43,5% da população urbana total do Paraná.

No entanto, a autora centra-se em um dado muito importante para a época: o aumento do número de pequenas cidades (entre 5 mil a 10 mil habitantes). Em 1950 elas eram em número de 14 e, em 1960, passaram a 34. Esse mesmo crescimento é verificado igualmente para as cidades de 2 mil a 3 mil habitantes, cujo número passa de 16 a 31 para o mesmo período.

Portanto, a urbanização do Paraná foi caracterizada não somente por uma concentração da população urbana nas três maiores cidades daquela época, como também a difusão de pequenos centros.

Ainda relacionado a urbanização no Paraná Souza (1971) estabelece quatro categorias de cidades, entre os anos de 1950 e 1960.

- A primeira categoria compreendia as cidades que conheceram um aumento na sua taxa de urbanização;
- A segunda categoria representava as cidades cuja taxa de urbanização se manteve no mesmo nível;
- Na terceira categoria a autora inseriu aquelas cidades que acusaram uma diminuição de sua taxa de urbanização;
- Na quarta categoria pertenciam os centros urbanos novos, criados depois de 1950, nas zonas de colonização recente, notadamente aqueles cuja população não atingiam a cifra 2 mil habitantes para aquela época.

Para compreender de maneira geral o processo de urbanização, da região em estudo, traçamos um quadro geral que se inicia desde a década de 1970 até 2007 para constatar a evolução de tal processo. No entanto, é importante notificar que tal urbanização, ao contrário do que ocorreu em outras regiões do território paranaense, nesse recorte analítico o urbano se apresenta com menor ímpeto do que em outras porções do território paranaense.

Assim, no ano de 1960 a região apresentava-se composta pelos seguintes municípios: Borrazópolis, Cândido de Abreu, Faxinal, Manoel Ribas, Pitanga e São Pedro do Ivaí. A população total era de 179.789 habitantes, dos quais pouco mais de 10% viviam na zona urbana. Portanto, mais de 80% dessa mesma população habitava a zona rural. O município de Pitanga naquele censo apresenta a maior população absoluta, algo em torno de 54.994, ou seja, 30% da população total do conjunto daqueles municípios.

Entretanto, quando falamos em população urbana, a Tabela 1 nos mostra que o município de Manuel Ribas se destaca como sendo aquele que com 29% das pessoas vivendo na zona urbana foi o município com o maior número de moradores urbanos. O município de Pitanga se destaca como sendo aquele que teve o maior número de moradores na zona rural: 93% de sua população vivia no campo. Finalizando, o município de São Pedro do Ivaí apresentou uma taxa de urbanização de 26, 52% a maior da década de 1960.

Tabela 1- Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 1960

Município	Pop.Total	Pop. Urbana	% Urbana	Pop.Rural	% Rural	Taxa de Urbanização
Borrazópolis	17.945	2.375	13,24%	15.570	86,76%	13,2%
Cândido de Abreu	16.408	651	3,96%	15.757	96,04%	3,9%
Faxinal	22.830	2.764	12,10%	20.066	87,89%	12,1%
Manuel Ribas	54.994	5.520	10,03%	49.474	89,97%	10,0%
Pitanga	56.006	4.362	7,78%	51.644	92,22%	7,7%
São Pedro do Ivaí	11.606	3.078	26,52%	8.528	73,48%	26,5%
Total na região	359.578	37.500	12,28%	161.039	87,72%	12,23%

Fonte: IBGE

Org: Marcos Queiroz, 2011

A década de 1970 é impar para a realidade paranaense, uma vez que começa a acontecer em nível estadual, o início da modernização da agricultura com a injeção de implementos agrícolas. Decorrente da denominada Revolução Verde, esse processo, qual seja, a modernização das técnicas agrícolas começa a impulsionar o processo de urbanização do território.

A tabela 2 mostra o processo de urbanização na década de 1970. Nesse período o município de Borrazópolis que apresentou um incremento da taxa de urbanização, pois no censo de 1960 tinha uma taxa de urbanização de 13,2% passando a uma taxa de 16,8% para o censo de 1970. É importante mencionar que no censo de 1970 o município de São Pedro do Ivaí tem uma vertiginosa caída, pois em 1960 apresentou uma taxa de urbanização de 26,5% já para o censo de 1970 tem uma queda de -8,6 pontos na taxa de urbanização. Tal declínio diz respeito a desmembramentos internos, originando novos municípios. Pitanga ainda se destacou como município que apresentava a maior população rural em torno de 90,9%. Com a criação do município de Ivaiporã, desmembrado de Manoel Ribas, esta cidade passou a ter a

maior taxa de urbanização da região e o maior aglomerado urbano. Novamente Pitanga se destacou como o município que tem maior população absoluta.

Tabela 2 - Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 1970

Município	Pop. Total	Pop. Urbana	% Urbana	Pop.Rural	% Rural	Taxa de Urbanização
Borrazópolis	24.137	4.070	16,87%	20.067	83,13%	16,8%
Cândido de Abreu	14.547	984	6,77%	13.563	93,23%	6,7%
Faxinal	33.851	4.542	13,42%	29.309	86,58%	13,4%
Ivaiporã	67.598	16.088	23,78%	51.510	76,20%	23,7%
Jardim Alegre	34.870	4.201	12,05%	30.669	87,95%	12,0%
Manoel Ribas	12.552	681	5,43%	11.871	94,57%	5,4%
Pitanga	64.014	5.776	9,03%	58.238	90,97%	9,0%
São João do Ivaí	47.762	4.498	9,42%	43.264	90,58%	9,4%
São Pedro do Ivaí	19.378	3.482	17,97%	15.896	82,03%	17,9%
Total na região	359.578	37.500	12,28%	161.039	87,72%	12,23%

Fonte: IBGE

Org: Marcos Queiroz

As considerações a serem feitas sobre o censo demográfico de 1980, e ilustrada na Tabela 3 dizem respeito ao aumento substancial da taxa de urbanização da região toda e, em especial, São Pedro do Ivaí que de 17,9 passa para 44,0 ou seja, há um aumento de 26, 1 pontos percentuais em comparação ao censo anterior. O município de Faxinal se destacou também nesse aumento onde saiu de 13, 4 para 35,0 aumentando em 21.6% a sua taxa de urbanização. Nesse censo, como nos anteriores, Pitanga teve as maiores taxas população rural e total. Já quanto a população urbana Ivaiporã apresentou maior quantidade de pessoas residindo na sede do município.

Ainda que os indicadores da região Central do Paraná não acompanhe o impulso ocorrido no Brasil, é importante perceber que, de alguma maneira, a região passou pelo mesmo processo de inversão do local de residência da população sinalizado por Santos (2005).

Tabela 3- Região central do Paraná, Dados demográficos e taxa de urbanização, 1980

Município	Pop. Total	Pop.Urbana	% Urbana	Pop.Rural	% Rural	Taxa de Urbanização
Borrazópolis	15.465	4.962	32,08%	10.503	67,92%	32,0%
Cândido de Abreu	18.486	2.307	12,47%	16.179	87,53%	12,4%
Faxinal	25.544	8.960	35,07%	16.584	64,93%	35,0%
Ivaiporã	62.835	25.628	40,78%	37.207	59,22%	40,7%
Jardim Alegre	28.640	7.772	27,14%	20.868	72,86%	27,1%
Manoel Ribas	16.163	2.488	15,40%	13.675	84,60%	15,3%
Pitanga	84.502	9.442	11,17%	75.060	88,83%	11,1%
São João do Ivaí	41.286	11.065	26,80%	30.221	73,20%	26,8%
São Pedro do Ivaí	10.461	4.606	44,03%	5.855	55,97%	44,0%

Fonte: IBGE

Org: Marcos Queiroz

Uma vez mais se observa o impulso de urbanização. O censo de 1991 mostrado na Tabela 4 mostra o município de São Pedro do Ivaí com a maior taxa de urbanização, 44,0%. Quanto ao crescimento médio das taxas de urbanização, percebe-se que São João do Ivaí teve um crescimento da ordem de 32.1 para o conjunto em análise, os municípios de Faxinal e Ivaiporã também apresentaram altas taxas de crescimento 20.7 para a primeira e 20.5 para a segunda.

Quanto à população rural, Pitanga e Cândido de Abreu apresentam as mais altas taxas de pessoas habitando a zona rural e, Ivaiporã, Pitanga e Faxinal as maiores quantidades de pessoas vivendo nas sedes urbanas de seus municípios. Pitanga e Ivaiporã são os principais centros regionais e populacionais do grupo de municípios em análise.

É importante notar, que o município de Nova Tebas, criado em 1989, começa a aparecer no censo demográfico de 1991. Desmembrado do município de Pitanga, no primeiro censo suas características são marcadamente rurais, pois 87,78% de sua população residia no campo.

Tabela 4 - Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 1991

Município	Pop.Total	Pop. Urbana	% Urbana	Pop.Rural	% Rural	Taxa de Urbanização
Borrazópolis	11.481	5.480	47,73%	6.001	52,26%	47,7%
Cândido de Abreu	21.607	3.958	18,32%	17.649	81,68%	18,3%
Faxinal	19.926	11.108	55,74%	8.818	44,26%	55,7%
Godoy Moreira	5.294	1.262	23,84%	4.032	76,16%	23,8%
Grandes Rios	12.156	4.332	35,64%	7.824	64,36%	35,6%
Ivaiporã	45.564	27928	61,30%	17.636	38,70%	61,2%
Jardim Alegre	20.446	8.580	41,97%	11.866	58,03%	41,9%
Lunardelli	7.530	2872	38,14%	4.658	61,85%	38,1%
Manoel Ribas	11.956	4.552	38,08%	7.404	61,92%	38,0%
Nova Tebas	17.587	2.148	12,22%	15.439	87,78%	12,2%
Pitanga	64.514	17.106	26,52%	47.408	73,48%	26,5%
Rosário do Ivaí	9.908	2.392	24,15%	7.516	75,85%	24,1%
São João do Ivaí	16.663	9.819	58,93%	6.844	41,07%	58,9%
São Pedro do Ivaí	9.333	6.857	73,48%	2.476	26,52%	73,4%
Total na Região	273.965	108.394	39,72%	165.571	60,28%	39,67%

Fonte: IBGE

Org: Marcos Queiroz

Nesses cinco anos decorridos do censo de 1991 na contagem populacional de 1996, poucas são as alterações que aconteceram para os municípios elencados que ora abordamos. Dois novos municípios são criados: Mato Rico e Santa Maria do Oeste. No entanto, os números nos mostram algumas considerações importantes.

De acordo com a Tabela 5, o município de Pitanga que no censo de 1991 apresentava uma taxa de urbanização em torno de 26,5% sofreu um aumento para a ordem de 40,8%, ou seja, um acréscimo de 14,3% de sua taxa de urbanização. Em contraponto, São Pedro do Ivaí que em 1991 tivera uma taxa de urbanização de 73,4% caiu para uma taxa de 64,7%, decréscimo de 8,7.

Nessa contagem, podemos afirmar que o município de Pitanga foi ímpar, pois o mesmo apresentava em 1991, uma população total de 64514 habitantes, já para a contagem populacional de 1996 tinha 43.593 habitantes, ou seja, nesses cinco anos o município perdeu em torno de 20.921 habitantes. Ao menos parte desse decréscimo está relacionado com a criação do município de Santa Maria do Oeste com uma população rural de 12.346, ou seja, 87,5% da sua população rural, uma vez que tal município foi desmembrado de Pitanga.

A população no campo mantém-se predominante nos municípios de Pitanga e Cândido de Abreu. Quanto a população urbana Ivaiporã e Faxinal ainda tem a maior quantidade de pessoas em suas sedes urbanas. Os municípios de Pitanga, Ivaiporã e Faxinal ainda se mantinham como as principais populações totais.

Quanto ao município de Nova Tebas, percebe-se um decréscimo populacional, porém os habitantes começam a se concentrar na sede urbana do município, provavelmente pelas melhores condições de infra-estrutura, que as sedes urbanas dos municípios oferecem.

Tabela 5- Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização,1996

Município	Pop. Total	Pop. Urbana	% Pop. Urbana	Pop.Rural	Pop. Rural	Taxa de Urbanização
Borrazópolis	10.473	5.602	53,48%	4.871	46,52%	53,4%
Cândido de Abreu	19.783	4.526	22,87%	15.257	77,13%	22,8%
Faxinal	19.982	11.690	58,50%	8.292	41,50%	58,5%
Godoy Moreira	4.083	1.462	35,80%	2.621	64,20%	35,8%
Grandes Rios	10.806	4.630	42,85%	6.176	57,15%	42,8%
Ivaiporã	40.750	28.183	69,16%	12.567	30,84%	69,1%
Jardim Alegre	11.557	6.451	55,82%	5.106	44,18%	55,8%
Lunardelli	5.843	2.719	46,53%	3.124	53,47%	46,5%
Mato Rico	5.078	549	10,02%	4.529	89,18%	10,8%
Manoel Ribas	12.823	5.779	45,06%	7.044	54,94%	45,0%
Nova Tebas	14.301	2.547	17,80%	11.754	82,20%	17,8%
Pitanga	43.593	17.807	40,85%	25.786	59,15%	40,8%
Rosário do Ivaí	7.731	2.317	29,97%	5.414	70,03%	29,9%

Santa Maria do Oeste	14.100	1.754	12,43%	12.346	87,57%	12,4%
São João do Ivaí	13.815	8.971	64,93%	4.844	35,07%	64,9%
São Pedro do Ivaí	10.086	6.529	64,74%	3.557	35,26%	64,7%
Total na Região	244.804	111.516	41,93%	133.288	58,07%	41,9%

Fonte: IBGE

Org: Marcos Queiroz

O século XXI na região central paranaense tem a criação de cinco novos municípios: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Boa Ventura de São Roque, Cruzmaltina e Rio Branco do Ivaí, que foram emancipados politicamente em meados da década de 1990.

Dentre esses municípios, a Tabela 6 retrata que o município de Boa Ventura de São Roque apresentara uma população absoluta da ordem de 6.780, dos quais 5.700 habitantes, ou seja, 84% de sua população pertencia ao campo, em contraponto apenas 1.080 pessoas moravam na sede urbana do município.

No entanto, o município que apresentou a maior concentração de pessoas alocadas no campo foi Mato Rico, que de um total de 4.496 pessoas, 3.844 moravam na zona rural. No entanto, a sede urbana era formada por apenas 652 pessoas, ou seja, 14% de pessoas habitando a zona urbana.

No rol dos municípios que apresentaram maior parcela de seus habitantes em situação de domicílio na sede urbana mais uma vez, o município de São Pedro do Ivaí com um total absoluto de 9.473 habitantes, sendo 80% concentrada na cidade, foi o que apresentou a maior população urbana.

Logo em seguida, os municípios de Faxinal e Ivaiporã exemplificam os municípios que apresentaram significativas percentagens de populações urbanas, onde a primeira apresentava 80,4% e a segunda 80,2%.

O município enfocado nessa pesquisa, Nova Tebas, apresenta-se no ano de 2000 com uma população total de 9.476 habitantes, onde 6.312 pessoas, ou seja, 66,62% estão no campo. É importante frisar que a taxa de urbanização desse município foi de 33,3%.

Tabela 6 - Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 2000

Município	Pop. Total	Pop.Urbana	% Urbana	Pop.Rural	% Rural	Taxa de Urbanização
Arapuá	4.172	1.209	28,97%	2.963	71,03%	28,9%
Ariranha do Ivaí	2.883	697	24,18%	2.186	75,82%	24,1%
Boa Ventura de São Roque	6.780	1.080	15,93%	5.700	84,07%	15,9%
Borrazópolis	9.453	6.432	68,05%	3.021	31,95%	68,0%
Cândido de Abreu	18.795	4.684	24,93%	14.111	75,07%	24,9%
Cruzmaltina	3.459	1.181	34,15%	2.276	65,79%	34,1%
Faxinal	15.608	12.556	80,45%	3.052	19,55%	80,4%
Godoy Moreira	3.836	1.468	38,27%	2.368	61,73%	38,2%
Grandes Rios	7.868	3.800	48,30%	4.068	51,70%	48,2%
Ivaiporã	32.270	25.889	80,23%	6.381	19,77%	80,2%

Jardim Alegre	13.673	7.134	52,18%	6.539	47,82%	52,1%
Lunardelli	5.668	2.704	47,70%	2.964	52,30%	47,7%
Mato Rico	4.496	652	14,50%	3.844	85,50%	14,5%
Manoel Ribas	13.066	6540	50,05%	6.526	49,95%	50,0%
Nova Tebas	9.476	3164	33,38%	6.312	66,62%	33,3%
Pitanga	35.861	18.339	51,14%	17.522	48,86%	51,1%
Rio Branco do Ivaí	3.758	925	24,62%	2.833	75,38%	24,6%
Rosário do Ivaí	6.585	2.269	34,45%	4.316	65,55%	34,4%
Santa Maria do Oeste	13.639	3.175	23,28%	10.464	76,72%	23,2%
São João do Ivaí	13.195	9.368	71,00%	3.828	29,00%	70,9%
São Pedro do Ivaí	9.473	7.730	81,60%	1.743	18,40%	81,6%
Total na Região	234.015	120.996	44,16%	113.017	55,84%	44,10%

Fonte: IBGE

Org: Marcos Queiroz

De acordo com a contagem populacional de 2007, ilustrada na Tabela 7 percebe-se nitidamente a tendência de urbanização nos municípios em análise. Embora grande parte dos municípios apresentem diminuição total em sua população absoluta, apenas os municípios de Jardim Alegre e São Pedro do Ivaí apresentam ganho em sua população total.

Entretanto, quando nos referimos à população urbana, de acordo com a Tabela 8 percebemos que houve acréscimos. De um total de 21 municípios em análise, quinze municípios ganharam habitantes em sua mancha urbana. Porém, quando analisamos a população rural, novamente, apenas Jardim Alegre apresenta ganho na população rural.

Ademais, o município que apresenta o maior percentual de população fixada na zona urbana é Ivaiporã, concentrando 84% da população na cidade. Já o município que concentra a maior quantidade de pessoas residindo no campo é o município de Boa Ventura de São Roque, que apresenta quase 80% de sua população na zona rural, e uma taxa de urbanização nos ínfimos 20%.

O intervalo de sete anos para o município de Nova Tebas, trouxe para tal espaço uma perda de 1.253 habitantes. Assim, percebe-se que o decréscimo populacional é uma forte característica em municípios com pequenas sedes urbanas, como o caso de Nova Tebas. Porém é importante salientar que a taxa de urbanização desse município passou de 33,3% no

ano 2000, para 37,8%. Diminuiu a população total, porém aumentou o grau de urbanização, haja visto que quando migram de sua localidade, ou vão para outras cidades ou vão para a sede do município.

Tabela 7 - Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 2007

Município	Pop. Total	Pop.Urbana	% Urbana	Pop.Rural	% Rural	Taxa de Urbanização
Arapuá	3.931	1.668	42,43%	2.263	57,57%	42,4%
Ariranha do Ivaí	2.526	833	32,98%	1.693	67,02%	32,9%
Boa Ventura de São Roque	6.685	1.359	20,33%	5.326	79,67%	20,3%
Borrazópolis	8.141	5.744	70,55%	2.397	29,45%	70,5%
Cândido de Abreu	17.494	4.615	26,38%	12.879	73,62%	26,3%
Cruzmaltina	3.116	1.242	39,85%	1.874	60,15%	39,8%
Faxinal	15.336	11.194	73,00%	4.142	27,00%	72,9%

Godoy Moreira	3.500	1.577	45,05%	1.923	54,95%	45,0%
Grandes Rios	7.595	3.857	50,78%	3.738	49,22%	50,7%
Ivaiporã	31.147	26.316	84,48%	4.831	15,52%	84,4%
Jardim Alegre	14.194	8.069	56,85%	6125	43,15%	56,8%
Lunardelli	5.055	3.411	67,48%	1.644	32,52%	67,4%
Manoel Ribas	12.762	7.948	62,28%	4.814	37,72%	62,2%
Mato Rico	4.001	908	22,70%	3.093	77,30%	22,6%
Nova Tebas	8.223	3111	37,83%	5.112	62,17%	37,8%
Pitanga	33.892	18570	54,80%	15.322	45,20%	54,7%
Rio Branco do Ivaí	3.708	1.300	35,05%	2.408	64,95%	35,0%
Rosário do Ivaí	5.772	2.690	46,60%	3.082	53,40%	46,6%
Santa Maria do Oeste	11.532	2.875	24,93%	8.657	75,07%	24,9%
São João do Ivaí	11.767	8.968	76,22%	2.799	23,78%	76,2%
São Pedro do Ivaí	9.564	7.886	82,45%	1.678	17,55%	82,4%
Total na Região	219.941	124.141	50,14%	95.800	49,86	50,08%

Fonte: IBGE

Org: Marcos Queiroz

De acordo com a Tabela 8, podemos inferir que a população total da região central do Paraná, saltou para 215.516 habitantes, onde 126.910 pessoas ou 58,8% da população total habita as cidades e 88.606 habitantes ou 41,12% residem no campo.

O município que apresentou a maior concentração de pessoas vivendo na cidade é Ivaiporã, com uma taxa de 86,22% das pessoas na sede urbana. No entanto, o município de Ariranha do Ivaí, foi aquele que apresentou a menor quantidade de habitantes na zona urbana, com ínfimos 904 moradores residindo na sede urbana do município. Porém, quando analisamos as menores taxas de concentração urbana, os municípios de Boa Ventura de São Roque e Rio Branco do Ivaí com apenas 23,58% de pessoas habitando a zona urbana são aqueles que apresentam as menores taxas de pessoas residindo nas cidades.

Quanto à análise da zona rural, esta por sua vez, mostrou que 88.606 habitantes residem no campo. Assim, Pitanga com uma população de 12.058 pessoas vivendo no campo se destacou como o município que mais apresentou habitantes na zona rural. Quanto às

maiores percentagens de habitantes na zona rural citam-se os municípios de Boa Ventura de São Roque e Rio Branco do Ivaí, cada uma com 76,42% da população vivendo no campo.

O município de Ariranha do Ivaí é aquele que do elencado de municípios analisados apresenta a menor quantidade de pessoas vivendo no campo. Porém, quando analisamos as menores taxas de população rural, Ivaiporã com apenas 13,78% dos habitantes morando na zona rural é aquele com menor taxa.

O município de Nova Tebas apresenta em 2010 população total de 7.389 habitantes, dos quais apenas 2.891 pessoas vive na sede urbana ou sedes dos distritos e 4.498 habitantes vive no campo. Portanto, mesmo percebendo que existe uma tendência para o processo de urbanização, em alguns municípios ainda há o predomínio da população rural.

Tabela 8- Região Central do Paraná, Dados Demográficos e Taxa de Urbanização, 2010

Município	Pop. Total	Pop.Urbana	% Urbana	Pop. Rural	% Rural	Taxa de Urbanização
Arapuá	3.554	1.331	37,45%	2.223	62,55%	37,4%
Ariranha do Ivaí	2.453	904	36,85%	1.549	63,15%	36,8%
Boa Ventura de São Roque	6.549	1.544	23,58%	5.005	76,42%	23,5%

Borrazópolis	7.877	5.809	73,75%	2.068	26,25%	73,7%
Cândido de Abreu	16.662	4.759	28,56%	11.903	71,44%	28,5%
Cruzmaltina	3.162	1.503	47,53%	1.659	52,47%	47,5%
Faxinal	16.317	12.745	78,10%	3.572	21,90%	78,1%
Godoy Moreira	3.337	1.547	46,35%	1.790	53,65%	46,3%
Grandes Rios	6.625	3.562	53,76%	3.063	46,24%	53,7%
Ivaiporã	31.812	27.431	86,22%	4.381	13,78%	86,2%
Jardim Alegre	12.325	7.175	58,22	5.150	41,78%	58,2%
Lunardelli	5.156	3.593	69,68%	1.563	30,32%	69,6%
Manoel Ribas	13.164	6.802	51,68	6.362	48,32	51,6%
Mato Rico	3.822	961	25,14%	2.861	74,86%	25,1%
Nova Tebas	7.389	2.891	39,12%	4.498	60,88%	39,1%
Pitanga	32.645	20.587	63,06%	12.058	36,94%	63,0%
Rio Branco do Ivaí	3.897	919	23,58%	2.978	76,42%	23,5%
Rosário do Ivaí	5.586	2.721	48,72%	2.865	51,28%	48,7%
Santa Maria do Oeste	11.497	3.209	27,92	8.288	72,08%	27,9%
São João do Ivaí	11.523	8.879	77,05%	2.644	22,95%	77,0%
São Pedro do Ivaí	10.164	8.038	79,08%	2.126	20,92%	79,0%
Total na Região	215.516	126.910	51,20%	88.606	48,80%	51,16%

Fonte: IBGE

Org: Marcos Queiroz

Portanto, de acordo com o histórico do processo de urbanização da espacialidade em análise, segue o gráfico que mostra a evolução da população urbana e rural dos municípios. Assim, através de uma análise histórica e com o Gráfico 1 percebemos que transcorridos 50 anos a população total salta de 179.798 habitantes, para 215.516 com um acréscimo de 22, 33% .

Porém, quando analisamos a dinâmica da população assentada no campo nesses 47 anos, percebemos a nítida diminuição de habitantes, pois no ano de 1960 tal recorte espacial tinha uma população rural da ordem de 161.039 habitantes, porém no ano de 2007 a população do campo estava na ordem de 95.800 habitantes. Assim, houve um decréscimo de 59, 50% entre o primeiro e o segundo censos demográficos.

Com a análise da população urbana entre esses mais de 40 anos na realidade em estudo, percebe-se o nítido aumento da população nos centros urbanos desses municípios. Uma vez que no ano de 1960 existia uma população urbana de 18.750 habitantes, para o ano de 2007, a população apresentada por essa região foi de 105.391 habitantes com um crescimento de 562,08%.

Portanto, observa-se que mesmo nos espaços em esvaziamento populacional percebe-se um nítido crescimento dos centros urbanos no Paraná, e em especial, na região em análise.

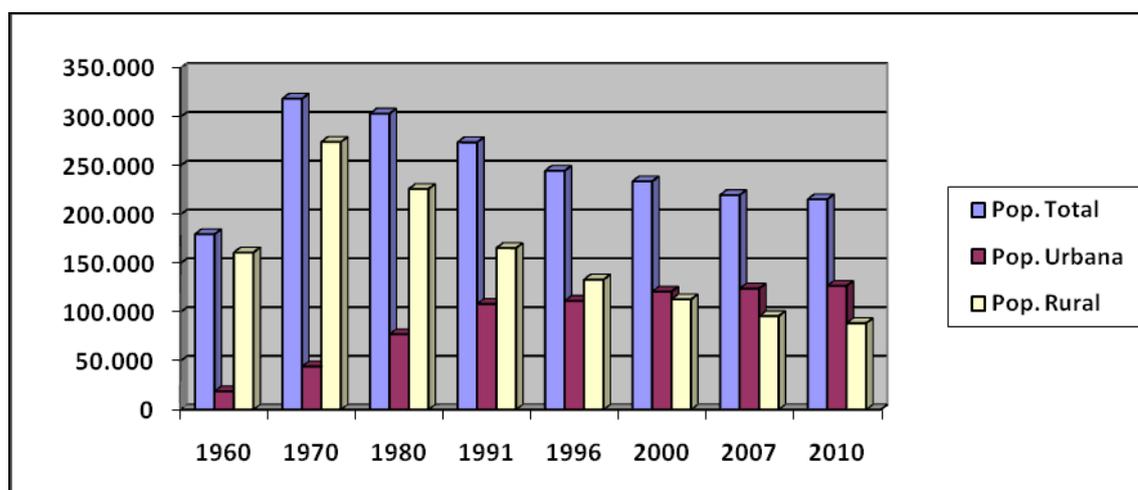


Gráfico 1: Evolução da População Urbana e Rural da Região Central do Paraná

Fonte: Censos Populacionais do IBGE

Org: Marcos Queiroz, 2011

Estes dados demográficos são significativos não apenas por si mesmos, mas porque indicam processos mais amplos e relacionados à dinâmica socioespacial regional.

Pelos estudos apontados pelos cadernos municipais e os perfis municipais do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (IPARDES), constatamos que a economia predominante nos municípios em análise se pauta ora, pela agropecuária uma vez que os municípios apresentam características rurais, ora a economia é centrada nos serviços. Trata-se de uma região com poucas atividades industriais. Assim, os pilares propulsores do desenvolvimento econômico são a agropecuária e o setor de serviços. Passaremos agora para a análise da estrutura fundiária, os produtos agropecuários e os estabelecimentos de serviços bem como o número de empregos que tais municípios apresentam.

1.1.1 Estrutura Fundiária da Região Central do Paraná

Desde o início do processo de ocupação do território brasileiro, a distribuição desigual de terras e dos recursos naturais tem sido a sua característica principal. O último Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2006 e divulgado no fim de 2009, mostrou uma tímida diminuição do índice de Gini, utilizado pelo instituto para medir a concentração de terra. Em uma década, ele passou de 0,856 para 0,854. Em nível nacional, os lotes de menos de dez hectares representam apenas 2,7% da área total das propriedades, e as que possuem mais de mil hectares concentram 43%.

Ainda de acordo com o censo, o país tem quase 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários. A agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos agrários brasileiros e ocupam uma área de 24,3%. Já os estabelecimentos não familiares são 15,6% e ocupam 75,7% .

Isso posto, para a realidade do Paraná Central, as características não diferem muito. De acordo com a Tabela 9 tal fração do território paranaense apresenta um total de 27.939 estabelecimentos, 13.0077 hectares apresentam até 10 ha. Os municípios que apresentam os maiores números de estabelecimentos são por ordem decrescente: Cândido de Abreu com 3.809, Pitanga com 3.748 e Santa Maria do Oeste com 2.365 estabelecimentos. A categoria de 0 até 10 há apresenta com os seguinte municípios em maior quantidade: Novamente Cândido de Abreu apresenta a maior quantia de estabelecimentos com até 10 ha, em seguida temos Pitanga com 1.643 estabelecimentos e Santa Maria do Oeste com 1.066 estabelecimentos. A categoria de 10 a menos de 100 ha apresenta um total de 12.369 estabelecimentos, sendo Pitanga aquele que apresenta a maior quantidade de estabelecimentos em um total de 1.685 hectares, em seguida apresenta-se Cândido de Abreu com 1.492 estabelecimentos e Santa Maria do Oeste com 1.111 hectares.

Já a categoria de 100 a menos de 1000 ha apresenta 1.687 estabelecimentos, onde Pitanga , Cândido de Abreu e santa Maria do Oeste são aqueles que também apresentam-se como os maiores. A categoria de mais de 1000 ha apresenta-se em maior quantidade nos municípios de Pitanga, Rio Branco do Ivaí e Cândido de Abreu . É importante notificar também que para esse censo na referida região, 508 produtores não tinham área para realizar a sua produção. Os municípios que mais apresentam produtores nesse conjunto são: Pitanga, Boa Ventura de São Roque e Cândido de Abreu.

Tabela 9 - Número de Estabelecimentos Fundiários dos Municípios da Região Central 2006

Municípios da região central do Paraná	Número de estabelecimentos	Percentagem	Até 10 há	Percentagem	De 10 a menos de 100 há	Percentagem	De 100 a menos de 1000 há	Percentagem	Mais de 1000 ha	Percentagem	Produtor sem área	Percentagem
Arapuã	685	100	266	38,83 %	378	55,18 %	37	00	00	00	4	0,578%
Ariranha do Ivaí	661	100	303	44,92%	315	47,66%	39	5,9%	01	0,15	3	0,45 %
Boa Ventura de São Roque	1.270	100	528	41,58%	538	42,36	86	6,77%	5	0,39%	113	8,90%
Borrazópolis	942	100	201	46,39%	452	47,98%	51	5,42%	2	0,21%	-	-
Cândido de Abreu	3.809	100	1.999	52,48%	1492	39,16%	232	6,09%	7	0,19%	79	2,07%
Cruzmaltina	440	100	206	46,76%	158	35,91%	65	14,78%	3	0,68%	8	1,82%
Faxinal	1.057	100	568	53,74%	350	33,12%	127	12,01%	6	0,56%	6	0,57%
Godoy Moreira	806	100	563	69,84%	228	28,28%	12	1,49%	-	-	3	0,37%
Grandes Rios	1.083	100	629	58,07%	378	34,91%	64	5,91%	-	-	12	1,11%
Ivaiporã	1.883	100	968	51,41%	836	44,39%	78	4,15%	-	-	1	0,05%
Jardim Alegre	1.950	100	903	46,31%	1.007	51,63%	39	2,00%	1	0,05%	-	-
Lunardelli	816	100	470	57,6%	312	38,23%	22	2,7%	4	0,49%	8	0,98%
Manoel Ribas	1.457	100	430	29,52%	933	64,04%	81	5,56%	1	0,07%	12	0,82%
Mato Rico	745	100	308	41,36%	358	48,05%	62	8,33%	4	0,53%	13	1,74%
Nova Tebas	1.350	100	720	47,17%	513	38,00%	90	6,66%	4	0,29%	23	1,70%
Pitanga	3.748	100	1.643	43,83%	1.685	44,96%	251	6,7%	8	0,22%	161	4,30%
Rio Branco do Ivaí	422	100	209	49,52%	150	35,54%	54	12,8%	8	1,89	1	0,24%
Rosário do Ivaí	915	100	381	41,64%	466	50,93%	66	7,21%	1	0,11%	1	0,11%
Santa Maria do Oeste	2.365	100	1.066	45,06%	1.111	46,97%	124	5,24%	4	0,17	60	2,54%
São João do Ivaí	979	100	496	50,66%	431	44,02%	51	5,21%	1	0,10%	-	-
São Pedro do Ivaí	556	100	220	39,58%	278	44,99%	56	10,44%	2	0,36%	-	-
Total na Região	27.939	100	13.077	47,44%	12.369	43,63%	1.687	6,44%	62	6,46	508	28,34%

Fonte: Censo Agropecuário de 2006

A Tabela 10 nos mostra a área dos estabelecimentos agropecuários na região central. Apresentando uma área de 966.327 hectares temos como município que apresenta a maior área de estabelecimentos, Pitanga com 146.057 ha e o município que apresenta a menor área de estabelecimentos é o município de Godoy Moreira. O município de Cândido de Abreu apresenta a maior quantidade de propriedades até 10 ha.

Em contraponto, o município de Pitanga apresentou a maior quantidade de estabelecimentos na faixa de 10 a 100 ha e na faixa de 100 a menos que 1000 ha. Rio Branco do Ivaí e Pitanga são os municípios que apresentam as propriedades com mais de 1000 ha. Boa Ventura de São Roque com 232 produtores sem área é o município mais existem problemas de conflitos agrários.

A concentração de terras na região central do Paraná é tão forte que como exemplo, podemos citar o município de Nova Tebas que apresenta 720 pequenos produtores que no conjunto somam 47,71% dos estabelecimentos. Porém, quando analisamos a área dos estabelecimentos esses mesmos 720 produtores tem 3.213 hectares, já os fazendeiros que apresentam mais de 1.000 ha no respectivo município são em número de 4 proprietários e somam uma área total de 3.957 hectares. Assim a tal propalada concentração fundiária também é gritante na região central do estado do Paraná conforme aponta a Tabela 9.

Tabela - 10 Área dos Estabelecimentos Fundiários dos Municípios da Região Central do Paraná

Municípios da região central do Paraná	Área estabelecimentos agropecuários	Percentage m	Até 10 há	Percentage m	De 10 a menos de 100 ha	Percentage m	De 100 a menos de 1000 ha	Percentage m	Mais mais de 1000 ha	Percentage m
Arapuã	20.368	100	1.251	6,14%	11.066	54,32%	7.363	36,15%	-	-
Ariranha do Ivaí	22.937	100	1710	7,45%	8.463	36,9%	11.530	50,27%	-	-
Boa Ventura de São Roque	49.165	100	2.157	4,37%	15.382	31,29%	24.397	49,62%	7.228	14,70%
Borrazópolis	30.580	100	2.431	7,95%	12.653	41,38%	12.519	40,94%	-	-
Cândido de Abreu	130.547	100	7.536	5,79%	44.836	34,35%	61.124	46,81%	9.332	7,15%
Cruzmaltina	29.447	100	805	2,74%	5.152	17,49%	19.727	66,99%	3.763	12,78%
Faxinal	53.316	100	1.609	3,01%	10.474	19,65%	29.975	56,22%	8.282	15,53%
Godoy Moreira	10.116	100	2.687	26,57%	5.259	51,99%	2.170	21,46%	-	-
Grandes Rios	31.127	100	2.949	9,46%	10.675	34,3%	17.503	56,23%	-	-
Ivaiporã	50.230	100	4.616	9,2%	21.359	42,53%	24.254	48,29%	-	-
Jardim Alegre	34.284	100	5.040	14,7%	18.398	53,66%	9.755	28,45%	-	-
Lunardelli	22.443	100	2.796	12,47%	6.697	29,84%	6.740	30,03%	3.306	14,73%
Manoel Ribas	52.363	100	1.844	3,52%	27.368	52,26%	20.150	38,48%	-	-
Mato Rico	36.158	100	1.476	4,08%	11.586	32,04%	15.861	43,87%	3.848	10,64%
Nova Tebas	51.784	100	3.213	6,19%	15.144	29,24%	25.840	49,9%	3.957	7,64%
Pitanga	146.057	100	6.920	4,74%	53.924	36,92%	65.249	44,67%	19.964	13,67%
Rio Branco do Ivaí	37.206	100	658	1,76%	4.196	11,28%	17.264	46,4%	15.089	40,55%
Rosário do Ivaí	31.638	100	1.774	5,61%	12.815	40,5%	15.413	48,72%	-	-
Santa Maria do Oeste	68.117	100	4.156	6,1%	28.439	41,75%	29.000	42,58%	6.525	9,58%
São João do Ivaí	28.868	100	2.233	7,74%	12.088	41,87%	11.452	39,67%	-	-
São Pedro do Ivaí	29.576	100	756	2,55%	9.083	30,71%	14.392	48,66%	-	-
Total na Região	966.327	100	58.617	7,24%	345.057	36,39%	441.678	44,50%	81.294	6,99%

Fonte: Censo Agropecuário de 2006

Org: Marcos Queiroz

De acordo com a Tabela 10, percebemos que os estabelecimentos com intervalos de áreas entre 100 a menos de 1.000 ha, são aqueles que predominam entre os municípios em análise.

Com isso, percebe-se que a dinâmica social nesse recorte, apresenta-se com áreas propícias ao esvaziamento populacional, levando um grande número de pessoas para as cidades metropolitanas, ou centro urbanos com maior densidade demográfica.

Analisando os cadernos estatísticos municipais do Estado do Paraná, publicado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico do Paraná (IPARDES), percebemos que os municípios que compõem tal território apresentam suas economias pautadas principalmente nos setores primário, e terciário. Nos próximos ítems abordaremos tais setores da economia com o intuito de compreender tal porção do território paranaense.

1.1.2 - Setor Primário: Agropecuária na Região Central do Paraná

É fato que a agropecuária, é um dos pilares da economia brasileira desde os tempos coloniais. É importante salientar também que o Brasil é o maior produtor mundial de vários itens da pauta agrícola, como suco de laranja, açúcar, café, feijão e na pecuária, é também o maior exportador de carne bovina e de frangos. O país é grande produtor e exportador de carne suína, de milho e de soja e seus derivados.

Nos últimos dez anos, a participação da agropecuária no total de exportações subiu de 2,82% para 14,17% e colocou o Brasil entre os cinco principais exportadores de alimentos do planeta.

No entanto, para a realidade central do Paraná, 64% da economia é formada pela produção primária, onde o município de Mato Rico com 91,62% é o município com a maior produção primária. Em contrapartida, o município que apresenta a menor percentagem em produção primária foi o município de São Pedro do Ivaí com 20,46%.

Quando analisamos a indústria na região, o município de Manoel Ribas se destaca, apresentando 58,92% de sua receita proveniente de tal setor. Em contrapartida Cruzmaltina apresenta apenas 1,65% dependente do setor industrial.

Quanto ao comércio o município de Ivaiporã apresenta 41,30% de suas fontes provenientes de tal setor econômico, e o município de Arapuá com seus mínimos 0,01%.

A segmentação da composição econômica apresentada no Gráfico 2, classificação que inclui dados agrupados em indústria simples e comércio simples, é utilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda e Agricultura (SEFA) do Estado do Paraná, sendo estabelecido graças a um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, aplicável as Microempresas e as empresas de pequeno porte, a partir de 01/07/2007.

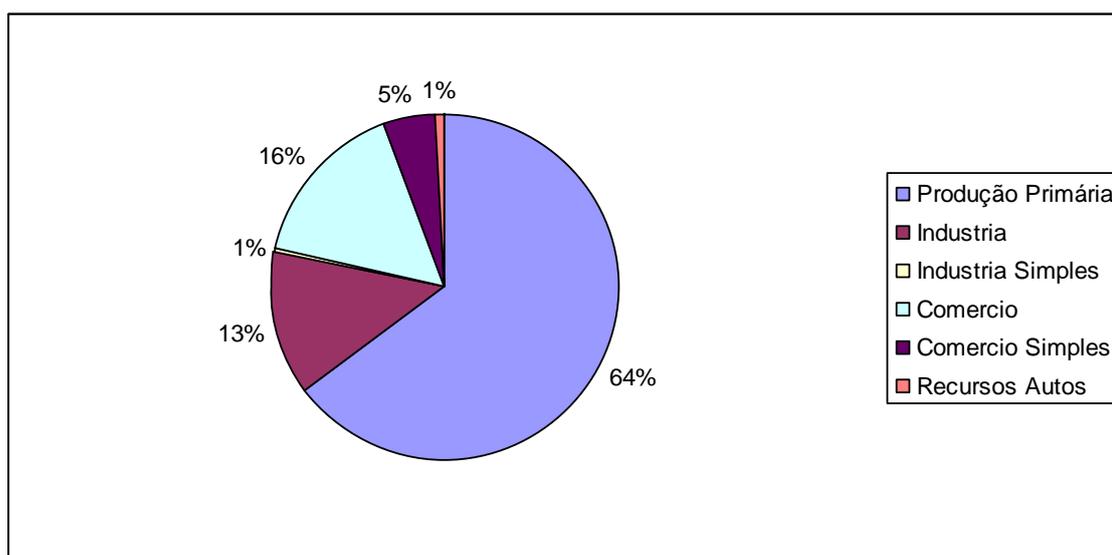


Gráfico 2 - Região Central do Paraná, Composição da Economia, 2008.
Org: Marcos Queiroz, 2011

Entretanto, é importante enfatizar a distribuição dos produtos agropecuários que tal fração do território paranaense apresenta. Assim, para uma análise mais pormenorizada e utilizando-se dos dados contidos nos cadernos municipais elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), podemos perceber que a maioria dos produtos cultivados, destina-se a exportação. A apresentação do Gráfico 3, nos mostra os principais cultivos realizados na Região Central Paranaense. Em ordem de percentagem o milho com 33%, a soja com 28% e o trigo com 26% são aqueles mais produzidos.

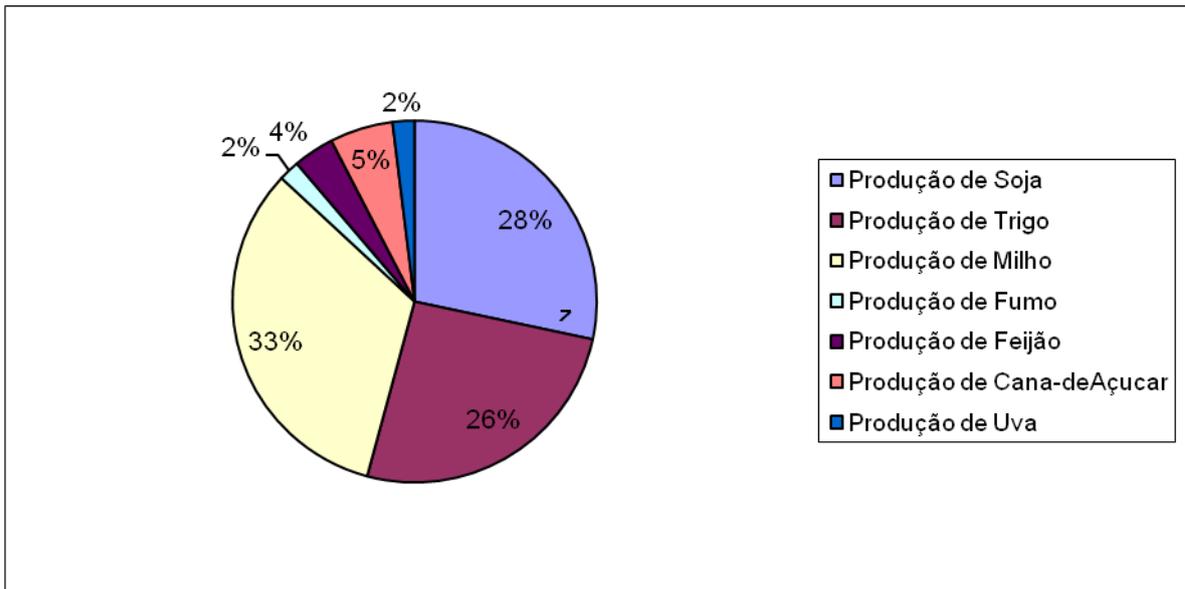


Gráfico 3: Principais cereais cultivados na Região Central do Paraná, 2008
Org: Marcos Queiroz, 2011

Por sua vez, o Gráfico 4, nos revela a produção pecuária na realidade em análise. Assim, quando analisamos a criação animal na região, está pautada principalmente por galináceos, como galinhas, frangos e derivados. Em uma segunda posição, aparece os bovinos, e em terceiro lugar a criação de suínos.

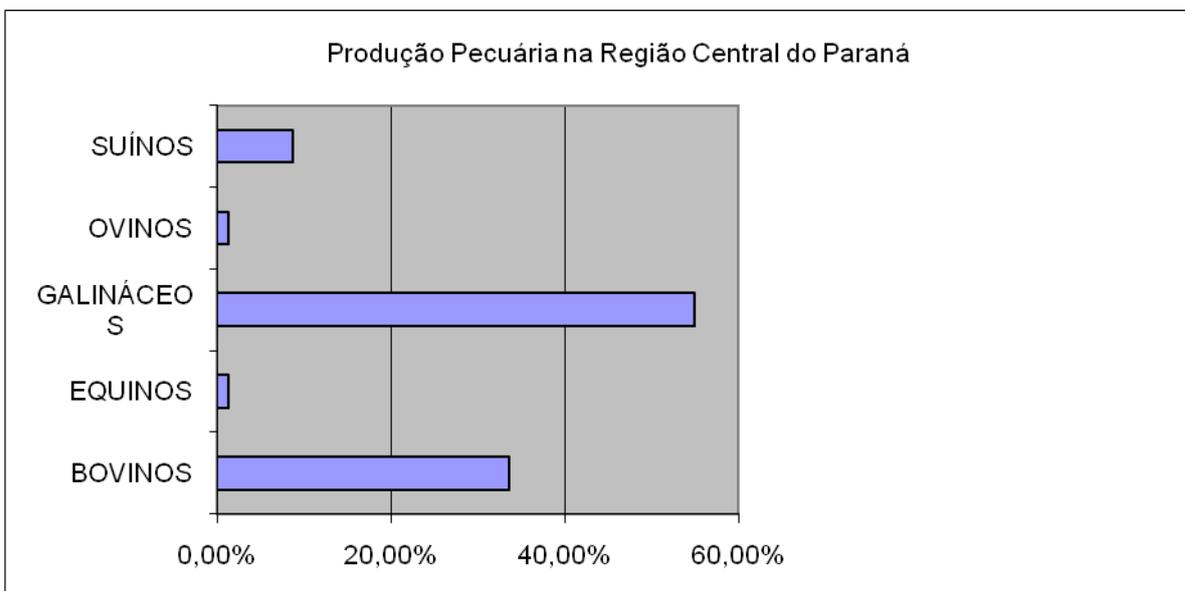


Gráfico 4: Produção pecuária na Região Central do Paraná, 2008
Org: Marcos Queiroz

Com a análise da produção primária, conseguimos apreender que os municípios que compõem essa região, apresentam uma forte concentração econômica nos setores primários e de serviços. Portanto, agora, iremos analisar o setor terciário que também se apresenta como um setor econômico pulsante em tal espacialidade de análise.

1.1.3 - Setor Terciário na Região Central do Paraná: Estabelecimentos e Empregos Formais

A partir da década de 1970, as mudanças na economia mundial, vinculadas ao desenvolvimento da acumulação pós-fordista ou flexível, promoveram alterações sobre o setor terciário, que passou a ter um significativo processo de expansão da atuação das empresas e de diversificação pela formação de novos ramos e produtos proporcionados, sobretudo, pelo desenvolvimento tecnológico. É possível perceber essa mudança no terciário local? Como?

O setor terciário passou a ser o maior gerador de empregos na maioria dos países, numa economia global em profunda transformação, a qual acentuou novas demandas nas áreas de finanças, serviços relacionados à produção industrial, *marketing*, propaganda, contabilidade, assessoria jurídica, ensino e pesquisa, dentre outros.

Para Vargas (2001, p.52) “O setor terciário pode ser definido como aquele que incorpora atividades que não produzem nem modificam objetos físicos (produtos ou mercadorias) e que terminam no momento em que são realizadas”.

Com relação aos municípios que compõem a região central, realizamos uma pesquisa entre os anos de 2000 e 2009 (Tabela 11) para constatar a evolução ou diminuição do número de estabelecimentos bem como o número de empregos. De acordo com a tabela 10 seis municípios tiveram redução no número de estabelecimentos. Portanto os municípios de Arapuã, Ariranha do Ivaí, Borrazópolis, Grandes Rios, Lunardelli e São João do Ivaí sofreram perdas no número de estabelecimentos entre os nove anos analisados.

Tabela 11 - Região Central do Paraná, Número de Estabelecimentos comerciais entre os Anos de 2000 e 2009

Municípios	Número de estabelecimentos 2000	Número de estabelecimentos 2009	Varição absoluta	Porcentagem
Arapuá	38	36	-2	-5,26%
Ariranha do Ivaí	214	31	-183	-85,51%
Boa Ventura de São Roque	78	84	+6	+7,7
Borrazópolis	794	179	- 615	-77,45%
Cândido de Abreu	214	212	-2	-0,93%
Cruzmaltina	41	45	+4	+9,75
Faxinal	431	436	+5	+1,16%
Godoy Moreira	31	34	+3	+9,67%
Grandes Rios	133	132	-1	-0,75
Ivaiporã	785	851	+66	+8,40%
Jardim Alegre	186	204	+18	+9,67%
Lunardelli	72	68	-4	-5,55%
Manoel Ribas	208	228	+20	+9,61%
Mato Rico	39	47	+8	+20,51%
Nova Tebas	77	88	+11	+14,28
Pitanga	586	624	+38	+6,48%
Rio Branco do Ivaí	58	68	+10	+17,24%
Rosário do Ivaí	84	96	+12	+14,28%
Santa Maria do Oeste	91	109	+18	+19,78%
São João do Ivaí	217	210	-7	-3,22%
São Pedro do Ivaí	304	322	+18	+5,92%

Fonte: MTE (2009)

Org: Marcos Queiroz

Os dados relativos ao número de estabelecimentos, de maneira geral, para o elencado de municípios em análise, nos possibilita a análise da dinamicidade do local. É com esse intuito que está sendo apresentado nessa parte. Entretanto, há uma proposta de se considerar esse tipo de dado para mensurar a complexidade mínima para avaliar o nível de centralidade atingida por uma localidade.

Portanto, uma das formas de se avaliar o nível de centralidade ou a existência de uma complexidade mínima, consiste em verificar o número de estabelecimentos terciários (comerciais e de prestação de serviços existentes em cada localidade. Tais proposições são

formuladas por Cote (1986), ao estudar a realidade argelina bem como na obra de Berry (1971).

Uma vez que Cote (1986) sinaliza que seriam pequenas cidades, localidades com número de estabelecimentos comerciais entre cem e oitocentos, além de perfazer um total de vinte a quarenta tipos de estabelecimentos (ENDLICH, 2009, p.10) percebemos que das vinte e uma localidades em análise, aquelas que apresentam estabelecimentos entre cem e oitocentos são as seguintes: Borrazópolis=179, Cândido de Abreu=212, Faxinal=436, Grandes Rios=132, Ivaiporã=851, Jardim Alegre=204, Manoel Ribas=228, Pitanga=624, Santa Maria do Oeste=109, São João do Ivaí=210 e São Pedro do Ivaí=322.

Quando se analisa o número de empregos gerados nesses 21 municípios (Tabela 12), apenas Nova Tebas apresenta redução. No ano de 2000 eram 520 empregos gerados em tal espacialidade, contudo, para o ano de 2009 tal município apresentou 362 empregos. Uma diminuição de 58 empregos perfazendo um decréscimo de -11,15%.

No entanto, para esse período, o município que apresentou a maior variação absoluta em termos de crescimento de empregos foi o município de Boa Ventura de São Roque, que teve uma variação absoluta de + 132 empregos entre os anos de 2000 e 2009.

Tabela 12- Região Central do Paraná, Número de Empregos entre os Anos de 2000 e 2009 .

Municípios	Número de empregos 2000	Número de empregos 2009	Varição absoluta	Porcentagem
Arapuá	288	315	+27	+9,37%
Ariranha do Ivaí	214	247	+33	+15,42%
Boa Ventura de São Roque	547	679	+132	+24,13%
Borrazópolis	794	836	+42	+5,28%
Cândido de Abreu	1.054	1.117	+63	+5,97%
Cruzmaltina	292	308	+16	+5,47%
Faxinal	2.186	2.281	+95	+4,34%
Godoy Moreira	248	261	+13	+5,24%
Grandes Rios	680	695	+15	+2,20%
Ivaiporã	4.041	4.768	+727	+17,99%
Jardim Alegre	1.000	1.043	+43	+4,3%
Lunardelli	445	478	+33	+7,41%
Manoel Ribas	1.096	1.146	+50	+4,56%
Mato Rico	346	362	+16	+4,62%
Nova Tebas	520	362	-58	-11,15%
Pitanga	3.525	3.741	+216	+6,12%
Rio Branco do Ivaí	396	434	+38	+9,6%
Rosário do Ivaí	458	542	+84	+18,34%
Santa Maria do Oeste	708	737	+29	+4,10%
São João do Ivaí	1.019	1.069	+50	+4,90%
São Pedro do Ivaí	4.815	5.062	+247	+5,12%
Região Central do Paraná	24.672	26.483		

Fonte: MTE (2009)

Org: Marcos Queiroz

A análise dos dados de uma maneira geral, teve como centralidade discorrer sobre a estrutura fundiária e os serviços, que por sua vez, compõe a maior parte do produto interno bruto da região. Portanto, de acordo com dados analisados, podemos perceber que dos 21

municípios, 13 apresentam como maior concentração de Produto Interno Bruto, o setor de serviços, já o setor da agropecuária apresenta com maior fonte em apenas cinco dos 21 municípios. Já a indústria, por seu turno, nesses municípios não recebeu, mais de 10% como fonte do seu produto interno bruto, salvo o município de São Pedro do Ivaí que concentra mais de 20 % da sua fonte de receita. Portanto, como podemos perceber o setor de serviços predomina em tal conjunto de municípios, como mostra a Tabela 13.

Tabela 13- Região Central, Setores da Economia, Ano 2007.

Municípios	Total do PIB	Total em Percentagem%	Agropecuária	Porcentagem	Indústria	Porcentagem	Serviços	Porcentagem
Arapuá	30.949	100 %	14.546	47,00%	1.914	6,18%	14.488	46,81%
Ariranha do Ivaí	22.064	100%	11.973	54,27%	1.145	5,18%	8.946	40,55%
Boa Ventura de São Roque	87.519	100%	38.946	44,50%	4.126	4,2%	44.447	50,78%
Borrazópolis	89.675	100%	23.664	26,38%	4.885	5,45%	61.126	68,17%
Cândido de Abreu	151.748	100%	83.825	55,24%	7089	4,68%	60.834	40,08%
Cruzmaltina	40.479	100%	19.249	47,55%	1.578	3,9%	19.652	48%
Faxinal	139.012	100%	25.054	18,03%	23.228	16,70%	90.731	65,27%
Godoy Moreira	21.657	100%	8.758	40,43%	1.476	6,82%	11.422	52,75%
Grandes Rios	51.690	100%	20.934	40,5%	3.452	6,67%	27.304	52,83%
Ivaiporã	277.226	100%	38.777	13,98%	22.840	8,24%	215.609	77,78%
Jardim Alegre	96.663	100%	27.293	28,23%	8.170	8,45%	61.200	63,32%
Lunardelli	33.841	100%	10.986	32,47%	2.523	7,45%	20.332	60,08%
Manoel Ribas	137.408	100%	44.717	32,54%	7.518	5,48%	85.174	61,98%
Mato Rico	27.592	100%	14.860	53,86%	1.425	5,16%	11.307	40,98%
Nova Tebas	44.266	100%	18.814	42,51%	3.306	7,46%	22.146	50,03%
Pitanga	323.751	100%	96.820	29,90%	23.617	7,3%	203.313	62,8%
Rio Branco do Ivaí	52.411	100%	28.205	53,82%	3.451	6,58%	20.754	39,60%
Rosário do Ivaí	49.817	100%	27.591	55,38%	2.443	4,90%	19.783	39,72%
Santa Maria do Oeste	61.662	100%	29.415	47,70%	4.589	7,45%	27.658	44,85%
São João do Ivaí	98.299	100%	28.051	28,54%	7.319	7,44%	62.929	64,02%
São Pedro do Ivaí	128.516	100%	23.097	17,97%	31.375	24,42%	74.043	57,61%

TOTAL	196.6245		635575		166.139		1163198	
-------	----------	--	--------	--	---------	--	---------	--

Fonte: RAIS (2009)

Org: Marcos Queiroz

De acordo com a Tabela 14, podemos perceber que grande parte dos municípios que compõem a Região Central do Paraná apresenta significativa situação de pobreza para seus habitantes. Uma vez que o município de Pitanga apresenta a maior população absoluta, este obteve a maior quantidade de pessoas e famílias em situação de pobreza. Já, quando analisamos a taxa de pobreza vê-se que o município de Mato Rico foi aquele que teve a maior taxa de pobreza. O município de Nova Tebas apresenta também taxas altas de pessoas e famílias em situação de pobreza.

Tabela 14: Região Central do Paraná, Pessoas e famílias em situação de pobreza 2000.

Município	População Absoluta em 2000	Pessoas em situação de pobreza 2000	Famílias em Situação de Pobreza 2000	Taxa de Pobreza em 2000
Arapuá	4.172	2.117	514	44,74%
Ariranha do Ivaí	2.883	1.597	388	48,22%
Boa Ventura de São Roque	6.780	3.583	800	47,33%
Borrazópolis	9.453	3.524	934	32,17%
Cândido de Abreu	18.795	11.399	2.652	51,88%
Cruzmaltina	3.459	1.846	468	47,53%
Faxinal	15.608	5.635	1.409	30,14%
Godoy Moreira	3.836	2.051	564	49,72%
Grandes Rios	7.868	3.478	819	37,68%
Ivaiporã	32.270	10.924	3.006	30,47%
Jardim Alegre	13.673	6.507	1.659	41,54%
Lunardelli	5.668	2.326	567	34,03%
Mato Rico	4.496	2.901	673	55,42%
Manoel Ribas	13.066	6.208	1.486	40,76%
Nova Tebas	9.476	5.144	1.180	47,37%
Pitanga	35.861	17.010	3.994	40,86%
Rio Branco do Ivaí	3.758	2.302	521	51,46%
Rosário do Ivaí	6.585	3.626	855	47,20%
Santa Maria do Oeste	13.639	8.338	1.883	54,18%
São João do	13.195	4.659	1.263	31,06%

Ivaí				
São Pedro do Ivaí	9.473	2.616	682	24,00%

Fonte: IBGE/IPARDES, 2000.

Org: Marcos Queiroz 2011

A apresentação dos dados, especialmente estes últimos que expressam a condição social na região, demonstra que os municípios em análise necessitam de amplas políticas de desenvolvimento local para o fomento de suas particularidades e melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

A região que estamos analisando apresenta-se dentre as regiões paranaenses, aquela com os piores índices de exclusão social, conforme é possível apreender com o Atlas de Exclusão Social do Brasil apresentado no ano de 2000. Ele nos apresentou não apenas a espacialidade geográfica nacional dos excluídos, mas sim um conjunto significativo de indicadores tanto sociais como econômicos capazes de desenhar no mapa brasileiro, que aspecto espacial tem o mencionado processo exclusão.

Para cada um dos 5.507 municípios brasileiros existentes no ano de 2000, o referido estudo constatou 42% do total de municípios, que equivalem a 21% da população brasileira, vivem em localidades associadas à situação de exclusão social. Por outro lado, apenas cidadãos de 200 municípios (3,6% do total) representam 26% do total da população, que residem em áreas que apresentam padrão de vida adequado.

Uma vez que o Índice de Exclusão Social possui semelhança com o IDH, é importante lembrar que tais índices não apresentam no bojo de suas formulações, a definição de uma linha demarcatória entre incluídos e excluídos. Trata-se de um indicador comparativo das condições sociais nas diferentes unidades estabelecidas pelo estudo. Seu objetivo centra-se em apresentar por meio de mapas, a situação de disparidade entre as diferentes regiões do país. Com isso, aquelas regiões que necessitam de ações prioritárias para que a qualidade de vida da população seja elevada, tornam-se evidentes.

Para a leitura do índice e sua correta interpretação para cada município, é importante ter em mente que ele varia de zero a um. As piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de um.

O estudo utilizou como parâmetro, a análise dos índices de: Alfabetização, Índice de Concentração de Jovens, Escolaridade, Desigualdade Social, Emprego Formal, Violência e Exclusão Social. No entanto, é importante salientar que na Geografia nacional de exclusão

social, existem alguns acampamentos de inclusão social em meio a uma ampla selva de exclusão, que se estende por praticamente todo o espaço brasileiro. Os pontos de inclusão estão em torno e abaixo do Trópico de Capricórnio.

É fato que a exclusão social também está presente nas regiões mais desenvolvidas do Brasil como o Centro-Sul. As áreas que apresentam inclusão social das regiões centro-sul que se destacam em relação ao restante do território destas mesmas regiões e das regiões Norte e Nordeste, mais do que um sinal de progresso, são a marca do esgarçamento do tecido social. É desnecessário dizer que, sem uma inversão da trajetória da exclusão, as possibilidades de sucesso de um projeto de desenvolvimento são pequenas. Não há dúvida de que a face do país pode ser outra, em que o plano geográfico seja capaz de apontar para a existência de uma sociedade menos desigual, ainda que plural, diversa e democrática. Entretanto, para que essa nova face seja possível, o efetivo combate a exclusão social, em toda a sua extensão e complexidade, é imprescindível.

Para uma análise mais acurada na região em análise, optamos por focar os índices de pobreza, emprego formal, desigualdade e exclusão social.

De acordo com o Atlas, o Índice de Pobreza, nos revela que os chefes de família com rendimentos abaixo da linha de pobreza, estão localizados principalmente nas regiões norte e nordeste do Brasil. No Paraná especificamente na região central, os piores índices concentram-se nos municípios de Godoy Moreira (0,266), Mato Rico (0,295) e Santa Maria do Oeste (0,278). O município de Nova Tebas apresenta um índice de pobreza na ordem de (0,318).

Já o Índice de Emprego Formal que analisa a participação dos assalariados em ocupações formais no total da população ativa, percebe-se que 36,1% das cidades do Brasil apresentam uma pequena participação deste tipo. Na realidade central do Paraná não seria diferente, os municípios de Mato Rico com (0,031), Santa Maria do Oeste (0,035) e Ariranha do Ivaí (0,043) são aqueles que apresentam os menores índices. Nova Tebas por ser o município em análise apresenta com o índice de (0,057).

Quanto ao indicador que analisa o grau de desigualdade, o estudo revela que 49,0% das cidades brasileiras apresentam um elevado grau de desequilíbrio entre os chefes de grupos familiares situados nos extremos da distribuição de renda. Portanto, na região central paranaense os municípios de Santa Maria do Oeste (0,027) Arapuã e Cruzmaltina com (0,028)

cada um e o município de Mato Rico com (0,029) são aqueles que apresentam os piores índices. Lembramos novamente que nesse índice Nova Tebas apresentou (0,047).

O Índice de Exclusão Social, síntese de outros indicadores revelam que 41,6% das cidades brasileiras apresentam os piores resultados nesse indicador. O olhar para a região central do Paraná mostra essa mesma realidade, os municípios de Santa Maria do Oeste (0,363), Arapuã e Mato Rico (0,372) e Nova Tebas (0,374) apresentam os piores índices.

Tabela 15- Região Central do Paraná, Dados Socioeconômicos da Exclusão Social, 2000.

Municípios	Índice Pobreza	Índice Emprego Formal	Índice Desigualdade	Índice Exclusão Social
Arapuá	0,353	0,050	0,028	0,372
Ariranha do Ivaí	0,357	0,043	0,039	0,417
Boa Ventura de São Roque	0,389	0,072	0,079	0,390
Borrazópolis	0,458	0,061	0,067	0,459
Cândido de Abreu	0,339	0,044	0,050	0,395
Cruzmaltina	0,387	0,092	0,028	0,419
Faxinal	0,509	0,141	0,085	0,474
Godoy Moreira	0,266	0,056	0,038	0,407
Grandes Rios	0,392	0,085	0,041	0,416
Ivaiporã	0,541	0,103	0,132	0,498
Jardim Alegre	0,443	0,065	0,074	0,450
Lunardelli	0,564	0,078	0,062	0,475

Manoel Ribas	0,485	0,071	0,089	0,456
Mato Rico	0,295	0,031	0,029	0,372
Nova Tebas	0,318	0,057	0,047	0,374
Pitanga	0,438	0,089	0,078	0,0434
Rio Branco do Ivaí	0,365	0,061	0,045	0,394
Rosário do Ivaí	0,438	0,056	0,045	0,455
Santa Maria do Oeste	0,278	0,035	0,027	0,363
São João do Ivaí	0,487	0,083	0,069	0,462
São Pedro do Ivaí	0,582	0,201	0,076	0,506

Fonte: Atlas Nacional da Exclusão Social.

Org: Marcos Queiroz

Percebe-se a necessidade de políticas que ajudem no desenvolvimento socioeconômico e espacial desses municípios localizados espacialmente no centro de um dos estados mais ricos da federação brasileira, o Paraná.

Na sequência do trabalho, enfocaremos de forma pormenorizada o município paranaense que apresentou a maior perda populacional entre 1991- 2000, Nova Tebas. Com esta segunda parte, aproximamos o foco ao município de Nova Tebas, lembrando-o como parte da região Central do Paraná, anteriormente caracterizada.

2 - DESAFIOS SOCIOESPACIAIS DE NOVA TEBAS

A apresentação dos dados, que expressam a condição social na região, demonstra que os municípios em análise necessitam de amplas políticas de desenvolvimento local para o fomento de suas particularidades e melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Na sequência do trabalho, enfocaremos de forma pormenorizada o município paranaense que apresentou a maior perda populacional entre 1991- 2000, Nova Tebas.

Com esta segunda parte, aproximamos o foco ao município de Nova Tebas, lembrando-o como parte da região Central do Paraná, anteriormente caracterizada. Apresentamos reflexões iniciais acerca da institucionalização do município e da escala local, após a caracterização geral do processo de organização socioespacial da região em análise, passamos à caracterização específica do município de Nova Tebas.

2.1 MUNICÍPIOS E ESCALA LOCAL

Tendo sua origem ligada ao direito romano, as instituições municipais da Península Ibérica, forma transplantadas para o Brasil, esse é o início do processo histórico de formação do município brasileiro.

O *municipium* era a fórmula consagrada na antiga jurisprudência para designar as cidades conquistadas pelos romanos, porém algumas cidades conquistadas conservavam suas próprias leis, nomeavam seus magistrados e dispunham de seus cargos públicos (CIGOLINI, 1999).

No entanto, é apenas com a promulgação da Constituição de 1824 é que começou a fase verdadeiramente brasileira da história municipal no Brasil. O que havia até então entre nós, era o município português, transplantado para cá. É importante notificar que a constituição de 1824 reconhece o direito dos cidadãos de deliberar sobre as chamadas questões locais que são imprescindíveis para o desenvolvimento da cidadania local.

Em seu trabalho, Cigolini (1999) valendo-se das palavras de Duarte e Nunes nos diz que os debates sobre os municípios no período imperial eram constates, tendo de um lado a corrente descentralizadora administrativa e politicamente e, de outro, a corrente que deixasse livre a constituição e o exercício dos poderes e do governo municipal.

Com o caminhar da História, o Brasil com a declaração da República adotou o chamado Sistema Federalista, tendo como princípio a descentralização política e administrativa, em contraposição ao modelo centralizador imperial.

Historicamente, de acordo com Prado Júnior (1969) passou-se de um Brasil unitário, na época do Império, para uma república largamente descentralizadora, onde esta entregou as antigas províncias uma considerável autonomia administrativa, financeira e até política.

Com a intensão constitucional de tornar os municípios autônomos, com a República, apenas as províncias (estados) tiveram a tão sonhada autonomia.

Na primeira constituição brasileira, a ausência de uma conceituação consistente do que era autonomia, deu margem aos estados para elaborarem a política que melhor lhes conviessem em relação aos seus municípios. Na época, em doze dos vinte estados existentes, o governador continuava nomeando o prefeito, ou seja, asseguravam o controle dos municípios, através do comando político.

Embalados com a Revolução de 1930, e tendo Getúlio Vargas no comando, foram dissolvidos todos os poderes legislativos, inclusive o dos municípios. Porém, com a nova Constituição de 1934, há uma reafirmação da figura do município. Contudo, no âmbito das unidades federativas foram criados “Departamentos de Municipalidades” que tinham como objetivo central dar assistência técnica aos municípios e fiscalizar suas finanças. Desta forma, novamente os municípios ficaram sujeitos ao controle dos governos estaduais.

Getúlio Vargas em 1937, centraliza novamente o poder. O município e toda a sua máquina administrativa ficou sujeita aos chamados Departamentos Administrativos que exercem controle sobre os governos municipais e estaduais.

No término do governo de Getúlio Vargas, é promulgada uma nova constituinte no ano de 1946, que ficou conhecida como Constituição Municipalista. Ela apresentava como grande preocupação o chamado restabelecimento da democracia local e o fortalecimento das finanças municipais. Como consequência desse ato, após a promulgação da Constituição de 1945, houve-se a criação de muitos municípios. De acordo com Cigolini (1999) em 1940, havia 1.74 municípios, já no ano de 1950, totalizavam-se 1.889 localidades municipalizadas.

Com a ruptura constitucional, causada pelo golpe militar, no ano de 1964, começa-se a extinção de muitos municípios criados anteriormente. Neste sentido os dados apresentados por Cigolini (1999) são fundamentais para acompanhar este processo. No final de 1963, o Brasil tinha 4.235 municípios e, no final do ano de 1965, diminuiu para 3.957.

É importante salientar que o governo militar, com o intuito de minimizar a criação de municípios criou a emenda Constitucional de nº 01 de 1967, colocando regras rígidas quanto a criação de novos municípios.

Assim, com as medidas tomadas pelo governo centralizador militar, a malha municipal brasileira se tornou estável. De 1970 a 1980, apenas quarenta municípios foram criados em todo o território nacional, enquanto um foi extinto no Estado do Ceará.

Lentamente, a partir da década de 1980, o processo de fragmentação territorial é retomado. Foram instalados 186 novos municípios, até o ano de 1988.

Com a Constituição de 1988, os municípios ganharam grande importância. São considerados entes federativos e não apenas resultado da descentralização administrativa. Tal Constituição também outorgou aos municípios autonomia política e financeira. A mesma Constituição apresenta outra característica importante que foi a de repassar aos estados a competência para emancipar ou não as áreas municipais, pois à medida que os estados tem

diferentes características entre si, as regras para emancipação não poderão ser iguais para todo o território brasileiro. Logo após a elaboração da Constituição de 1988 eram os Estados, que baseados em critérios e requisitos próprios, normatizavam a criação de novos municípios.

Nesse contexto, houve um acréscimo no número de emancipações no território brasileiro. No ano de 1991, já eram 4.491 municípios, 324 a mais do que no ano da publicação da constituição brasileira. Somente entre 1993 e 1997, acrescentaram-se a malha municipal brasileira mais 1.016 novos municípios, totalizando uma soma total de 5.507 municípios.

É imprescindível constatar que em toda história brasileira, houve contínuas intervenções, promovidas pelo governo central.

Com isso, o Governo Federal, no ano de 1996, alegando que a criação dessas unidades impõe novos e desnecessários gastos a máquina pública, interviu no processo através da Emenda Constitucional 15/1996, aprovada pelo Congresso Nacional. É importante salientar que, inicialmente, essa emenda não retira das unidades federativas a competência para criação de municípios, mas estabelece novas regras gerais, determinando que a criação, incorporação, fusão e os desmembramentos dependerão de uma série de exigências e requisitos. Os projetos relativos a regulamentação desta emenda tramitaram por vários anos no Congresso Nacional.

De acordo com o parecer 1.052, da Comissão Diretora, aprovada em 15 de outubro de 2009, são as seguintes exigências necessárias para que um distrito possa pleitear a emancipação como município:

- I- População igual ou superior a 5 mil habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste; 7 mil na Região Nordeste e 10 mil nas Regiões Sul e Sudeste.
- II- Eleitorado igual ou superior a 50% de sua população.
- III- Existência de núcleo urbano já constituído, dotado de infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de município.
- IV- Número de imóveis, na sede do aglomerado urbano que sediará o novo município, superior à media de imóveis de 10% dos Municípios do estado, considerados em ordem decrescente os de menor população.
- V- Arrecadação estimada superior a 10% dos Municípios do Estado considerados em ordem decrescente os de menor população.

VI- Área urbana não situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações.

VII- Continuidade territorial

Uma vez que esse é o nível governamental mais próximo da população. A autonomia dada aos municípios precisa ser traduzida em ações coesas para a democratização desses entes federativos com uma maior participação popular dos munícipes.

2.2 MUNICÍPIOS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ

É importante destacar o papel do Estado, não só como um criador de novos municípios, mas como agente impulsionador da vida econômica e da ocupação efetiva do território. Assim, desde o final da década de 1930, no caso do Paraná, o Estado passou a agir como loteador das terras devolutas que lhe pertenciam. Foi aberta uma nova frente de colonização, no noroeste do Paraná, conhecida como Norte Novíssimo. Em tal fração do território paranaense, foi criado o município de Paranaíba, no ano de 1947. Também é importante notificar que nas regiões central e oeste, são fundadas os núcleos coloniais de Piquiri, Cantú, Goio-bang, Goio-êre, Manoel Ribas, Muquilhão e Mourão.

Assim de 1940 a 1950 para o Estado do Paraná, houve uma ampliação de 119 municípios na malha estadual.

Com a atuação das companhias de terras, especialmente a Companhia de Terras Norte do Paraná, a maior parte dos desmembramentos desse período ocorreu nas regiões mais dinâmicas, como é o caso do Norte Pioneiro e do Norte Novo.

A evolução desses desmembramentos como sugere Cigolini (1999), pode ser associada a duas questões: a própria colonização, que atraiu um grande contingente populacional, e o incremento das receitas municipais proporcionado pela “Constituição Municipalista” datada do ano de 1946.

O fluxo migratório, na década seguinte, foi constituído em sua grande maioria por paulistas e mineiros na porção norte do Estado e por gaúchos e catarinenses nas regiões Sudoeste e Oeste.

Assim, a população do Estado que em 1950, era de 2.115.547 habitantes, passa, em 1960, para 4.296.375 habitantes e em 1970 para 6.997.682 habitantes, ou seja, triplicou em vinte anos.

Na História do Estado do Paraná, há um aumento considerável do número de municípios, isso é evidenciado por Cigolini (1999) .No ano de 1951 existiam 119 municípios. No ano de 1960 eram 162, e em 1970 esse número vai para 288 municípios na malha estadual paranaense.

É imprescindível relatar que os desmembramentos ocorreram em toda extensão do território paranaense. Porém é nas regiões Sudoeste, Oeste e Norte Novíssimo, regiões de colonização mais recente que o processo de fragmentação é mais intensa.

Ainda de acordo com a História, a década de 1970, para a realidade estadual houve a emancipação de apenas oito municípios. Na década de 1980, mais 24 áreas são emancipadas e passam a integrar a malha municipal do Estado do Paraná. Porém, a comparação entre as décadas de 1970 e 1980 para com as décadas de 1950 e 1960, percebe-se uma diminuição drástica das últimas para as primeiras.

2.3 OS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS RECENTEMENTE NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ

Tal como acontece no Brasil, no Estado do Paraná a partir da década de 1990, por força da Constituição Federal, a criação de municípios toma um novo impulso, no território paranaense. Em 01.01.1993, são instalados 48 novos municípios e em 01.01.1997, mais 28 municípios são somados a malha municipal paranaense.

Dentre os 64 municípios-mãe, nove cederam área para emancipar mais de um município. No entanto, dentre os municípios que se emanciparam na Região Central do Paraná destacamos os seguintes:

- De Ivaiporã, desmembraram-se os municípios de Arapuã e Ariranha do Ivaí;
- De Pitanga, desmembraram-se os municípios de Mato Rico, Santa Maria do Oeste e Boa Ventura de São Roque;
- Rio Branco do Ivaí, que desmembrou áreas dos municípios de Grandes Rios, Rosário do Ivaí e Cândido de Abreu;
- De Faxinal, emancipou-se o município de Cruzmaltina.

É importante salientar que, quanto aos aspectos legais e os critérios para emancipação, a Constituição Federal, no artigo 18, inciso 4º, determinava que:

A Criação, a Incorporação, a Fusão e o Desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade Histórico-Cultural do Meio Ambiente Urbano, far-se-ão por Lei Estadual obedecendo os requisitos previstos por Lei Complementar Estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas”.

Entretanto, com o objetivo de atenuar a criação de municípios, em 02 de fevereiro de 1991, é publicada a Lei Complementar número 56/91, que dispõe sobre o processo e criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, explicitando os requisitos exigidos para que uma área pudesse pleitear a sua emancipação.

- População estimada superior a cinco mil habitantes;
- Eleitorado não inferior a 20% da população;
- Centro urbano já constituído com mais de cem casas;

Quando analisamos a realidade da Região Central do Paraná, dentre os seis municípios criados a partir da década de 1990, apenas o município de Boa Ventura de São Roque, com 6.780 habitantes e o município de Santa Maria do Oeste com 13.693 habitantes, apresentam o requisito de ter população total superior a cinco mil habitantes.

No entanto, é importante constatar que as áreas emancipadas cumpriram uma função, qual seja, a de dar suporte político, para aqueles interessados em posições políticas. Assim, para a realidade em análise, ou seja, dos 21 municípios analisados, todos apresentam uma grande percentagem de eleitores, com mais de 50% da população em posição de eleitores, como consta a Tabela 14.

Tabela nº14: Região Central, número de eleitores e percentagem da população eleitoral

Município	P. Total 2010	N eleitores em 2010	% da população eleitoral
Arapuá	3.554	3.078	86,60%
Ariranha do Ivaí	2.453	2.165	88,25%
Boa Ventura de São Roque	6.549	4.645	70,92%
Borrazópolis	7.877	6.864	87,13%
Cândido de Abreu	16.662	12.496	74,99%
Cruzmaltina	3.162	2.830	89,50%
Faxinal	16.317	10.795	66,15%
Godoy Moreira	3.337	2.729	81,78%
Grandes Rios	6.625	5.462	82,44%
Ivaiporã	31.812	23.043	72,43%
Jardim Alegre	12.325	9.392	76,20%
Lunardelli	5.156	3.983	77,24%
Manoel Ribas	13.164	10.180	77,33%
Mato Rico	3.822	2.943	77,00%
Nova Tebas	7.389	5.492	74,32%
Pitanga	32.645	26.031	79,73%
Rio Branco do Ivaí	3.897	3.181	81,62%
Rosário do Ivaí	5.586	4.932	88,29%
Santa Maria do Oeste	11.497	9.091	78,89%
São João do Ivaí	11.523	8.915	77,36%
São Pedro do Ivaí	10.164	7.147	70,31%
Total Região	215.516	165.394	80,34%

Fonte: TSE, 2010

Org: Marcos Queiroz

Podemos inferir que mais de 70% da população dos municípios que compõem a Região Central, está apta a participar dos processos eleitorais. É certo que os processos de emancipações envolvem vários aspectos e interesses. De qualquer modo, pode se afirmar que

podem servir para a projeção de políticos, uma vez que grande parte dos deputados estaduais incentivam a criação desses municípios para posteriormente terem votos dessas áreas emancipadas.

Tendo em vista que a criação de municípios é uma ação transescalar, resultado da relação sociedade e espaço, é imperativo afirmar que os estudos sobre a escala local, no âmbito da ciência geográfica brasileira ainda estão em construção, conforme expressa Fischer (1992):

Os processos em escala local articulam-se com macroprocessos em escala nacional e internacional e, no trato da questão, não há como desconhecer um “vazio teórico” para identificar e articular as interconexões entre local, regional, nacional e transnacional, considerando-se a multidimensionalidade de conjunturas e processos que circunscrevem e transpassam o local. (FISCHER, 1992, p.107).

Assim, o conceito de local, não é circunscrito apenas ao conceito de rua, bairro ou até mesmo à cidade. Tal conceito é amplo e abstrato, estando relacionado também a territorialidade de bairro e município. Quando se fala em local, de acordo com Fischer (1992) estamos nos remetendo ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõe, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores.

Entretanto, é imprescindível analisar os alcances e limites da realidade municipal, haja vista que é no município que as relações de poder se estabelecer de maneira mais tenaz.

Dentre os alcances da escala municipal, podemos citar as ações das organizações da sociedade civil até as decisões concretas que resultam em políticas públicas que irão impactar no território e na vida do cidadão (CASTRO, 2002). Já quanto aos limites que a escala local nos apresenta, podemos citar os custos elevados da máquina política e administrativa municipal, bem como os redutos da “política clientelista”, do populismo e das oligarquias.

Portanto, é importante notificar que o município é muito mais do que apenas uma espacialidade dotada de dados estatísticos e de uma ampla capacidade eleitoral. É importante deixar claro que muito mais do que dados, ou como diz Castro (2002), muito mais do que um continente, o município hoje é dotado de conteúdo, onde a cidadania e a personalidade se apresentam de suma importância para a apreensão da totalidade.

2.4 ESCALA LOCAL: MUNICÍPIOS OU CIDADES?

Tal subtítulo tem como objetivo apresentar os objetivos pelos quais estamos utilizando o termo município e não cidade para a respectiva pesquisa. Temos como foco não apenas a dinâmica na sede urbana, mas no âmbito do município. Portanto, trata-se de não só de espaço físico dotado de infra-estruturas e, sim, um contexto mais amplo que inclui o conjunto de redes sociais de atores presentes nesse espaço, ou seja, por suas relações e interesses, que se articulam e se sobrepõem. As inter-relações societárias entre povoados, bairros e distritos, urbanos ou rurais, necessitam do que Soares (2006) chama de forma de organização que seja responsável pela administração dos interesses locais da comunidade. De acordo com a mesma autora, por tradição e legislação a essa comunidade local dá-se o nome de município, célula política essencial da estrutura orgânica do Estado.

Com funções urbanas e políticas próprias, Giovannetti e Lacerda (1996) definem cidade como o centro populacional permanente, altamente organizado. Por seu turno, Tauil (2003) explica que se a sua conceituação fosse exclusivamente de centro urbano ou núcleo urbano, em muitos municípios brasileiros poderiam existir várias cidades, que em muitas vezes cresceram e se desenvolveram superando, em alguns casos a própria sede do município.

No entender de Bacelar (2005), a análise e o estudo das pessoas em determinada região somente poderá se aproximar do real quando localidades humanas acima de 50 mil habitantes são observadas na cidade ou sede municipal e podem assim ser chamadas de cidades.

As localidades humanas com menos de 50 mil habitantes, especialmente as com número inferior a 10 mil habitantes, serão elencadas dentro da expressão município, pois, no seu entender, nessas localidades, o rural e o urbano são muitos próximos e portanto, não seria prudente realizar uma análise em que a realidade rural/urbano estivesse dissociada. Este é também o enfoque deste trabalho.

Bacelar apresenta tal pensamento pois uma parcela considerável de localidades acima de 50 mil habitantes, no Brasil, possuem uma população com ligação histórica e produtiva com o meio urbano sendo seus habitantes essencialmente cidadãos. Já nas localidades com uma população inferior a 50 mil habitantes, especialmente as com menos de 10 mil habitantes, a realidade das pessoas é espacialmente pulverizada no município. Para os municípios demograficamente pequenos, os repasses federais e estaduais são a principal fonte de recursos para tais localidades, uma vez que não conseguem gerar receita interna, devida em grande parte a falta de meios de gerar divisas. A fonte principal destes repasses é o Fundo de

Participação Municipal (FPM), criado pelo governo Federal como forma de transferência de caráter compensatório, que procura dar mais recursos para aqueles municípios que tem menos condições de arrecadar por seus meios.

Além desse repasse Federal existe ainda o repasse Estadual o chamado ICMS. O repasse da verba Federal para os municípios, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é calculado no montante populacional de cada município e não na arrecadação tributária. Quanto maior a população, maior o percentual de recebimento do FPM.

É importante esclarecer que tais tributos e formas de repasse para Estados e Municípios tem como pressuposto uma base urbana, ou seja, tais tributos e repasses sempre tiveram como base a cidade. Assim, tais tributos são eminentemente urbanos (ISS, IPTU, IPVA, etc) o que cria de fato um anacronismo, pois os pequenos municípios possuem uma fraca arrecadação destes tributos, em contrapartida as cidades médias e as grandes metrópoles apresentam uma grande arrecadação de tais tributos. Uma vez que o município de Nova Tebas apresenta-se com uma população que em sua maioria está localizada na zona rural, sinalizamos que o termo município seja o termo mais apropriado para esse trabalho, conforme já consideramos anteriormente. Assim, passaremos agora a analisar os fatores históricos do processo de desenvolvimento de tal municipalidade.

Além de demonstrar a necessidade de focar o município como um todo, os itens anteriores nos permitem perceber os limites políticos e econômicos da escala local, especialmente em áreas comparativamente isoladas, como é o caso da região central do Paraná.

2.5 - PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS

Com o levantamento de dados e de posse das informações oferecidas pelas fontes orais, decidimos sistematizar o processo de ocupação em duas categorias temporais: uma que diz respeito à porção sul do município entre a década de 1930 e 1940 - neste processo surge o povoado de Bela Vista como referencial; e a outra, remete-se a década de 1950 e 1960, na qual há uma expansão até a região onde hoje se encontra a cidade de Nova Tebas ao norte do município. A ocupação da porção norte, foi impulsionada pelo loteamento realizado na área e também pelas desapropriações feitas pela Colonizadora Ubá na região de Ivaiporã, forçando

os posseiros a buscarem novas áreas, contribuindo para a colonização ao norte do território de Nova Tebas.

A sede urbana do município está localizado à 24° 15'33" latitude sul e 52°03'05" longitude oeste de Greenwich como mostra a figura 1, apresentando-se a 950 m de altitude, com um relevo bem íngreme. É composta por 3 (três) distritos administrativos Poema, Bela Vista e Catuporanga. No entanto, é de suma importância fazer uma retrospectiva quanto ao seu processo de ocupação. Sendo assim, a Serra da Pitanga, região próxima de Nova Tebas, começou a ser povoada por volta de 1847.

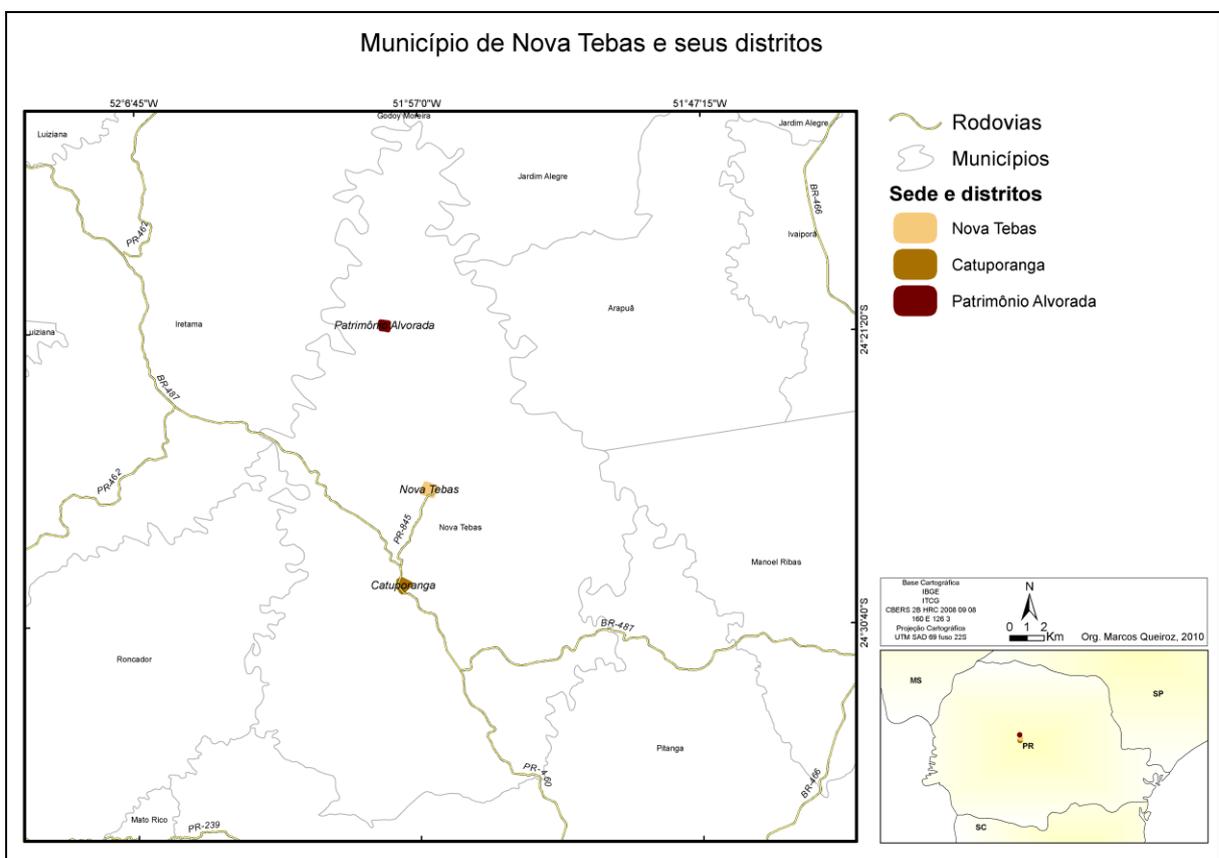


Figura 3 Localização do Município de Nova Tebas, no Estado do Paraná, 2010.

Org: Marcos Queiroz .

Como já sinalizamos, os primeiros a chegar na região vieram atraídos pelo clima, e pela terra rica e inexplorada. A primeira denominação do município foi dada pelos indígenas da região, estes a conheciam por “Tabatinguera”, que significa lugar de morar. Com a chegada do homem branco a região, o nome veio a mudar, na década de 1930 o município passou a ser conhecido por Três Barras, pois se localizava entre o encontro de três córregos

que desaguavam no Rio Vorá. Este povoado teve um grande crescimento no final da década de 1940 com a chegada de várias famílias, vindo tanto do norte com a migração de paulista, mineiros e nordestinos, como do sul com os povos da Europa como os ucranianos, italianos e alemães, que vieram com o intuito de fixar moradia. Na década de 1960 começou a vir famílias de todo o Brasil, Pernambuco, Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo.

No ano de 1961 com a chegada do senhor Elias Papanastásio, grande fazendeiro que adquiriu as terras onde estava localizado o povoado de Três Barras, teve início a venda das terras tanto na área rural, como na área urbana. Esta, começou a ser loteada em quadras planejadas, começando a demarcação das ruas, e assim realizando um grande sonho do fazendeiro que era construir uma cidade. Ele por ter nascido na Grécia, resolveu homenagear uma cidade de seu país natal, e assim passou a chamar o povoado de Nova Tebas. Na década de 1970, através da iniciativa do padre Antônio Holler, foi dado início ao processo de emancipação do município. O movimento para a emancipação política do até então distrito administrativo de Pitanga foi inicialmente organizado por Lourivaldo Esser vereador que naquele tempo vinha fazendo a proposta da criação do novo município de Nova Tebas, desmembrando-o de Pitanga.

No ano de 1988, Donato Esser, vereador daquele momento histórico, levou em frente o projeto de emancipação política e lutou para conseguir criar o novo município, assim diversas viagens foram realizadas para a capital paranaense Curitiba bem como para Brasília.

De acordo com o padre. José Werts pároco do município de Nova Tebas no ano de 1988: “Quando tudo parecia perdido o Donato corria para cá e para lá e no fim conseguiu a vitória”. É importante dizer também que o projeto de criação do novo município foi apresentado pelo deputado Nilso Sguarezzi em 1985. Em junho de 1986, a Assembléia autorizou a realização de um plebiscito que aprovou por três mil votos contra duzentos, a criação do novo município, em 15 de março de 1988.

A notícia da emancipação política do até então distrito de Nova Tebas, é retratada da seguinte forma pelo jornal Gazeta do Povo:

O Paraná terá em breve mais um município. O governador Álvaro Dias comprometeu-se ontem (19 de outubro de 1987), em audiência no Palácio Iguazu, a sancionar o projeto de criação do município de Nova Tebas, atualmente distrito de Pitanga, que tramita na Assembléia Legislativa. A sanção só será concedida frisou o governador, por se tratar do único projeto de desmembramento que já teve

plebiscito realizado na localidade, que possui cerca de 25 mil habitantes, a maioria de pequenos agricultores. (GAZETA DO POVO, 20 de outubro de 1987)

Segundo o deputado Nilso Sguarezzi, autor do projeto de criação do município, um dos principais motivos para a emancipação foi a grande distância, cerca de 50 quilômetros até a sede do município de Pitanga, que dificulta a comercialização da produção dos agricultores da localidade. Assim diz Ferreira (1996) quanto ao seu processo de emancipação:

Com a denominação de Bela Vista, o núcleo foi elevado a categoria de distrito Administrativo em 14 de agosto de 1957, através da Lei nº 3.267, com território jurisdicionado ao município de Pitanga. Pela Lei estadual nº 7.958, de 22 de novembro de 1984, teve sua denominação alterada para Nova Tebas. Nesta época a principal economia do município era a agricultura, baseada nas culturas de feijão, milho e mamona. Em 08 de dezembro de 1987, pela Lei Estadual nº 8.624, sancionada pelo governo Álvaro Fernando Dias, foi criado o município de Nova Tebas, com território desmembrado do município de Pitanga. (FERREIRA, 1996, p. 48).

De acordo com Steca e Flores (2002, p. 29), a Serra de Pitanga foi visitada por europeus, primeiramente por franceses, no ano de 1847, formando uma colonização particular com cerca de 90 imigrantes, formando a *Colônia Tereza*, a mais ou menos 130 km ao norte de Guarapuava, nas proximidades do Rio Ivaí. No entanto, essa colônia não prosperou, devido às enormes dificuldades nos deslocamentos e isolamentos, assim, grande parte dos imigrantes retornaram a Guarapuava.

Anteriormente à demarcação do território como município, o distrito de Bela Vista, foi demarcado como Paróquia, sendo desmembrada de Pitanga, como salienta o Padre Ricardo Küpper, no livro Tombo da então recém-criada paróquia:

Desmembrando o seu território da Paróquia de Pitanga com as seguintes divisas: o ponto de saída é a confluência do Rio Taquaruçú e Corumbataí, partindo daí por uma linha reta e seca até alcançar a confluência do Rio Palmital e Liso onde teria o nome de Muquidão, daí desce pelo Rio Muquidão até a confluência com o Rio Corumbataí, e pelo Corumbataí sobe até a confluência com o Rio Taquarussú, ponto de partida. Abrangendo, assim, todo o território do distrito de Bela Vista (KÜPPER, 1975).

Sobre as características da região do povoado e a abundância dos recursos naturais, o mesmo autor escreve:

Era uma região coberta por florestas, nos anos trinta. Dois rios banham a região: o Muquidão e o Corumbataí. Rios que tinham peixe em abundância, conforme contam os primeiros moradores que chegaram à região, chegando a usar cargueiros para carregarem os peixes em pescas mais demoradas (Idem, 1975).

Sobre o processo de colonização e, principalmente, quais eram as famílias pioneiras que vieram para a área nos anos de 1930, enfrentando as enormes dificuldades, descreve o autor:

As primeiras famílias que chegaram à região nos anos trinta tiveram que abrir picadas para terem acesso às terras [...]. Assim, chegaram os “Santana”, os “Berardi”, os “Brand”, os “França”, os “Berger”, os “Oening”, os “Horodenski”, os “Hrycky” etc. [...] As primeiras casas eram feitas de madeira serradas a mão tiradas do próprio local onde seriam erguidas as casas (KÜPPER, 1975).

Em entrevista concedida a Luz e Haracenko (2010) a senhora Virka Neduziak², de descendência ucraniana procedente de Pitanga, descreve como foi a chegada de seus pais na região, comentando:

O meu avô ficou morando lá em Prudentópolis, por algum tempo, depois eles vieram prá região de Pitanga. Pitanga nessa época ainda não tinha, ainda não era município. E também ninguém era dono das terras e eles foram chegando e ficando dono, não tinha de quem comprar e foram ficando ali. Só bem mais tarde, quando Pitanga ficou município, então que fizeram algumas leis e conseguiram registrar essas terras, tanto que o meu avô tinha um total de cem alqueires, que não eram terra legítima, que eles falavam, era a tal de terra Nacional, não tinha documento assim, porque não era de ninguém, não era popularizada ali ainda, eles foram os primeiros habitantes de Pitanga (NEDUZIAK, 2009 citada por LUZ E HARACENKO, 2010).

Somente depois de certo tempo é que as terras foram legalizadas. Sobre esse processo ela diz “nóis mandava em cem alqueire, depois veio a loteação, primeiro veio uns homem e fez as linha e depois outro repartindo, daí [...] nós fiquemos com apenas vinte e oito alqueire, porque nós não tinha dinheiro pra pagar” (NEVES, 2009).

Assim como ela, muitos posseiros perderam parte de suas terras na legalização das mesmas, devido principalmente pela falta de dinheiro, reduzindo consideravelmente a área ocupada, sendo as terras tomadas por quem pudesse pagar a sua legalização.

A segunda fase de colonização do município, correspondente a década de 1950 e 1960, é marcada por sérios conflitos pela posse de terras, que mesmo não tendo a influência direta de uma empresa de colonização, mas de um imigrante grego com o sonho de fundar uma cidade, não fez com que esse processo fosse amigável, existindo uma enorme gama de

² NEDUZIAK, Virka. Entrevista concedida em sua residência em 26 de Abril de 2009 aos pesquisadores Adélia Haracenko e Leandro Luz

conflitos, assim nos mostra Küpper (1975), que “mesmo com requerimento houve gente que perdeu suas terras diante das pressões sofridas por quem tinha outros documentos em suas mãos, a cerca da posse das terras” num outro momento relembra “todo mundo era posseiro”, complementando evidencia: “como os compradores [Elias Papanastácio e Veronik Miquelik] não moravam aqui e vieram tomar posse das terras, muitos posseiros perderam suas terras e outros se revoltaram contra o loteamento” (KÜPPER, 1975).

No processo de colonização do Estado do Paraná, houve muitos conflitos a cerca da demarcação de terras. Conforme salienta Haracenko (2002), o Estado do Paraná, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, cede parte das terras griladas requeridas pelo Governo que, em sua visão, não estavam colonizadas, ou seja, eram terras devolutas, para companhias de Colonização. Os posseiros, que já ocupavam as áreas, acabaram, por fim, entrando em conflito com os grileiros e compradores das terras através das companhias colonizadoras.

Na década de 1960, o senhor Elias Papanastácio, - “o grego” -, como era chamado, loteou seiscentos alqueires, favorecendo a entrada de várias famílias na região. Vendendo lotes tanto na área que se destinava a cidade quanto na área rural, influenciando diretamente na denominação do nascente município, sendo uma homenagem a sua terra natal.

A entrevistada Maria Hrysky Berardi³, de descendência ucraniana, procedente de Guarapuava relata, em entrevista, contando como era sofrido a vida na nova área em 1951, e como eram feitas as compras, no qual tinham que se deslocar até Pitanga, cerca de 60 Km distância de Nova Tebas, dizendo que no início:

³ BERARDI, Maria Hrysky. Entrevista concedida em 28 de Abril de 2009 aos pesquisadores Luz e Haracenko.

Não tinha nada [aqui em Nova Tebas], mais já era ruim, era triste morá aqui e tinha mosquito que não dava prá dormi de noite, de dia a gente ia trabaíá naquele calor, nós era de lugar frio, mais nós sofria aqui, eu chorava dia e noite e queria voltar pra lá. [...]Prantando pra nós mesmo. Prantava trigo, feijão. Nós ía fazê compra na Pitanga, meu pai tinha uma carrocinha com dois cavalo e se mandava pra lá, posava lá na Pitanga, no galpão, e tinha aquele lugar de poso pros animais, tinha milho e daí nós posava ali. Demorava um dia pra í e um dia pra voltá, um dia e chegava lá de noite, chegando lá fazia as compras tudo e chegava aqui horas da noite, e quando pegava chuva na estrada então, podia deixá, num dava pra vim (BERARDI, 2009).

Com os relatos de alguns dos pioneiros que chegaram a Nova Tebas há vários anos atrás percebe-se que já era difícil, viver em tal território. No entanto, tais assertivas sobre as dificuldades de viver em Nova Tebas também são verificadas quando se estuda a dinâmica demográfica ao longo dos anos. Assim, iremos agora enfatizar os aspectos socioeconômicos para verificar o processo de evasão populacional.

2.5.1 Dinâmica Demográfica em Nova Tebas

Já nos referimos a dinâmica demográfica na primeira parte do trabalho. Demonstramos, na sequência, no Gráfico 3, de forma mais detalhada, o comportamento demográfico no município de Nova Tebas.

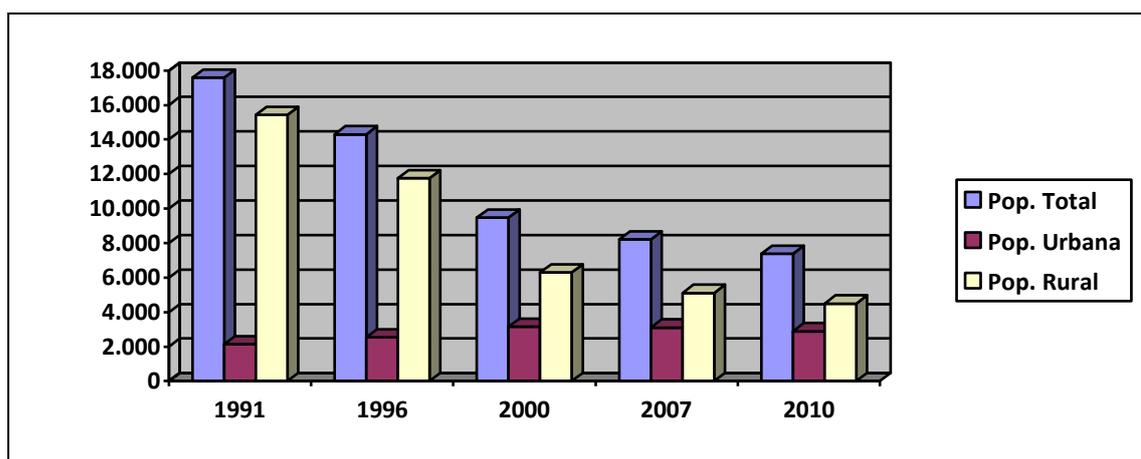


Gráfico 5: Evolução da População Total Urbana e Rural do Município de Nova Tebas, Paraná

Fonte: Censos Populacionais do IBGE 2010

Org: Marcos Queiroz. 2010

De acordo com os dados do Gráfico 3, podemos perceber nitidamente o decréscimo populacional ocorrido no município de Nova Tebas, desde o seu processo de emancipação política. Quando o município é emancipado havia uma população total de ordem de 17.587 habitantes. Ao longo dos seus primeiros cinco anos de existência registrou-se uma queda de sua população total. Porém, é importante fazer uma ressalva, pois dependendo das fontes analisadas podemos perceber uma discrepância de informações. Como exemplo, a nota de jornal da época de emancipação do município de Nova Tebas, mostrada na figura 4 lança um total de 25 mil habitantes para a espacialidade em análise. Nesse exemplo, parece que o total de população foi apresentado com algum exagero e não coincide com os dados apresentados pelo IBGE.



Figura 4: Nota de Jornal Notificando a Criação do Município de Nova Tebas, 1989

Quanto a sua taxa anual de crescimento geométrico populacional, entre as décadas de 1980-1991, o município apresentou um decréscimo da ordem de -1,37%, porém quando se analisa o crescimento de sua população urbana e rural, percebe-se que a população urbana,

teve um crescimento de 11,36%, porém a população total teve um decréscimo da ordem -2,24%.

Entre as décadas de 1991-2000, tal município apresentou a maior evasão populacional do Paraná, decréscimo esse em torno de -6,70%, porém quanto a população urbana essa aumentou para 4,44% em detrimento da população rural que caiu negativamente para -9,54%.

Devemos lembrar que esta tendência de decréscimo da população total não é exclusividade desse município, embora ele apresente as mais altas taxas do Paraná. Diversos municípios localizados em áreas não-metropolitanas, cuja sede municipal são pequenas localidades ou núcleos urbanos, igualmente passam por este processo.

As explicações para esta dinâmica são variadas, mas as transformações no campo foram fundamentais para desencadear tal processo.

2.5.2 Nova Tebas e a Estrutura Fundiária

Fundamental para analisar o processo de evasão populacional, no município de Nova Tebas diz respeito ao número de estabelecimentos que o mesmo apresenta. De acordo com a Tabela 14, podemos inferir que o município de Nova Tebas apresentou no ano de 1996 um total de 1.207 estabelecimentos.

De um total absoluto, de 1.207 estabelecimentos, 579 ou 47,98% tinham até 10 hectares, porém no ano de 2006 houve um aumento no número de estabelecimentos até 10 hectares passando para 53,34%, isso num primeiro momento parece que houve uma maior distribuição de estabelecimentos.

Porém quando analisamos a área dos estabelecimentos esses mesmos 720 produtores tem 3.213 hectares, já os fazendeiros que apresentam mais de 1000 há no respectivo município são em número de quatro proprietários e somam uma área total de 3.957 hectares.

Tabela 14 - Município de Nova Tebas, Número de Estabelecimentos em 1996 e 2006

	Estabelecimentos / 1996	%	Estabelecimentos/ 2006	%
Até 10 há	579	47,98%	720	53,34%
De 10 a 100 ha	536	44,40%	513	38,00%
De 100 a 500 há	89	7,38%	78	5,78%
De 500 a 1000 há	2	0,16%	12	0,88%
Mais de 1000 há	1	0,08%	4	0,30%
Produtor sem área	-		23	1,70 %
Total	1.207	100	1.350	100

Fonte: IBGE, 2010

Org: Marcos Queiroz

Quanto às atividades econômicas, a Tabela 15 nos mostra que o município apresenta 61,77% de seus estabelecimentos concentrada na pecuária, logo em seguida, com 32,45% dos estabelecimentos são ocupados por lavouras temporárias.

Tabela15 - Nova Tebas, Estabelecimentos e Área dos Estabelecimentos, Ano 2006

Atividades	Estabelecimentos	%	dos	Área (ha)	% da área
------------	------------------	---	-----	-----------	-----------

econômicas		estabelecimentos		
Horticultura e floricultura	24	1,77 %	226	0,45
Lavoura permanente	35	2,60 %	254	0,50
Lavoura temporária	438	32,45 %	17.479	33,75
Pecuária	834	61,77 %	33.150	64,02
Pesca	2	0,14 %	X	1,00
Produção florestal de florestas nativas	2	0,96 %	X	
Produção florestal de florestas plantadas	13	0,96 %	520	
Produção de sementes	2	0,96 %	X	
TOTAL	1.350	100	51.784	100

Fonte: IBGE, 2010

Org: Marcos Queiroz

Isso posto, percebemos que a economia do município apresenta-se com uma grande percentagem na agropecuária. Uma análise sobre os empregos nos revelará o significado do setor terciário na economia local.

2.5.3 - Divisão de Empregos Formais em Nova Tebas

Com uma população total de 7.892 habitantes de acordo com o Censo Demográfico de 2010, tal localidade conta com apenas 88 estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. A análise dos empregos formais no município de Nova Tebas através da Tabela 16 nos revela que em áreas de baixo crescimento demográfico, a administração pública é o setor que mais emprega as pessoas economicamente ativas. Portanto, é importante criar formas para aumentar a renda dos habitantes de tal município.

Tabela 16 - Nova Tebas, Número de Empregos Segundo as Atividades Econômicas, 2009

Indústria	%	Serviços	%	Comércio	Adm. Pública	%	Agrop.	%	Total
1	0,22	42	9,10	60	295	63,85	64	13,85	462

Fonte: IBGE, 2010

Org: Marcos Queiroz

O Gráfico 4 permite visualizar melhor o que representam estes números. No caso de Nova Tebas evidencia-se o peso das atividades agropecuárias. Entretanto, o município obedece a tendência verificada em tantos outros quanto à terceirização das atividades que absorvem a mão-de-obra, ao passo que neste município as atividades industriais são relativamente insignificantes.

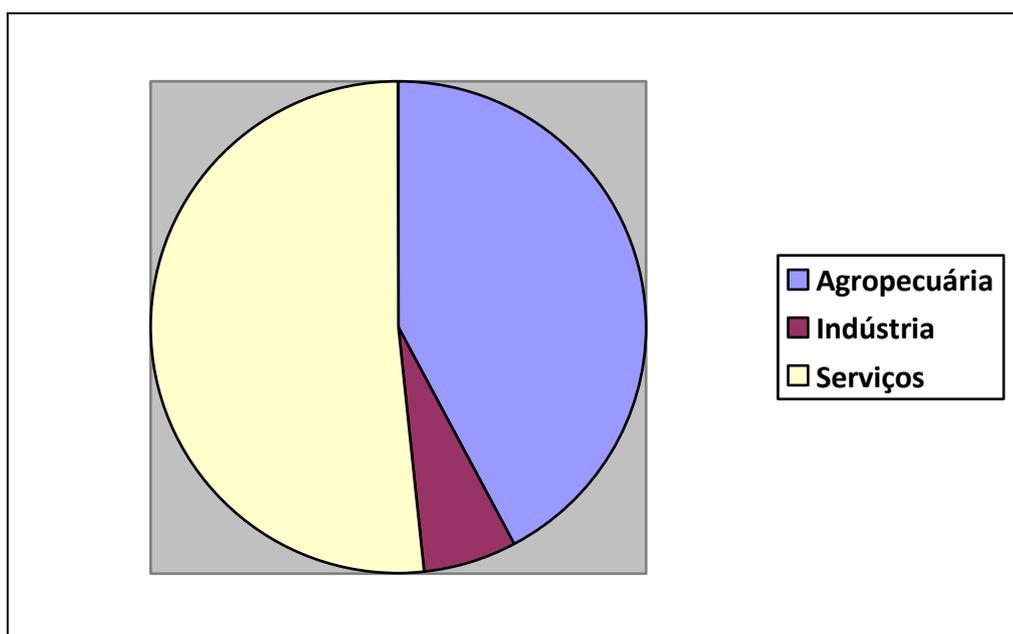


Gráfico 6: Setores da Economia em Nova Tebas

Fonte: Ipardes

Org: Marcos Queiroz

No intuito de não apenas traçar os parâmetros econômicos, colocaremos em evidência, os aspectos sociais do município, preocupação e motivação central da pesquisa.

2.5.4 - Indicadores Sociais no Município de Nova Tebas

O município de Nova Tebas, por fazer parte dos municípios socialmente críticos, apresenta dados estatísticos que comprovam tal situação de letargia. Para o município, o índice de Gini⁴, no ano de 1991 era de 0,490, porém para o ano de 2000 esse índice vai para

⁴ Este índice mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima)

0,570. Portanto, percebe-se nitidamente que o município ao longo da década de 1990 teve uma concentração de renda por parte da população mais abastada.

Já quanto a situação de pobreza, tendo a renda familiar como um referencial analítico, percebe-se que o município, ano de 2000 apresentava 2.492 famílias vivendo com até meio salário mínimo. Assim, a taxa de pobreza no início do século era de 47,4 % em contraposição, no mesmo período para o estado do Paraná, a taxa de pobreza era de 20,9%.

Portanto, o município de Nova Tebas e sua região apresenta algumas peculiaridades. A primeira que assinalamos é o baixo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que caracterizam este e outros municípios da região central do Paraná. A segunda diz respeito a particularidades demográficas, como o fato de que em Nova Tebas o maior percentual da população ainda é rural, contrariando a média brasileira de urbanização. Outra tendência demográfica do município que chama a atenção é que Nova Tebas, apresenta uma taxa de declínio populacional em torno de -6,70%, sendo o município paranaense que mais perdeu habitantes no período 1991-2000.

Com um IDH-M considerado baixo (0,689), segundo dados do IBGE (2000) apresenta 54% de sua população abaixo da linha de pobreza, o índice mais alto de toda a mesorregião norte central, ocupando também o primeiro posto com relação a intensidade da pobreza, apresentando uma porcentagem em torno de 55% da população abaixo da linha de pobreza. Como assinalado no parágrafo anterior, um aspecto curioso relacionado ao município, diz respeito ao fato de que grande parte da sua população está localizada na zona rural, apresentando uma taxa de urbanização em torno de 33,39%. Estes dados remetem a questionamentos, como os seguintes:

- Como diminuir essa perda populacional para outras partes do território brasileiro?
- Como promover um desenvolvimento local sustentável para esse município de forma que tanto a zona rural, como a zona urbana possam melhorar a qualidade de vida de seus munícipes?

Estas são questões que devem pautar não só políticas sociais, mas na medida em que devem estar dirigidas para um tipo específico de espaço, devem ser políticas claramente territoriais.

Pelos dados trabalhados até o momento, podemos perceber que o município de Nova Tebas bem como a região central, são realmente espaços socialmente vulneráveis e

demandam a implantação de medidas que diminuam o processo de evasão populacional e que melhorem a qualidade de vida, dos seus municípios. É imperativo, que conquistas materiais em relação a melhorias na condição de vida possam alcançar também estes espaços isolados, não metropolitanos, polarizados por pequenas cidades.

2.5.5 Nova Tebas, Políticas e Planejamento

Uma vez que a construção da estrutura interna do espaço urbano é na visão de Mendes (2007), caminhar na direção da apreensão dos processos e fatores que atuam determinando a referida estruturação, bem como os diferentes índices do tributo percebidos pelos proprietários fundiários, o mesmo autor entende que questão da localização como sendo pertinente a todas as cidades, sejam elas grandes, médias e sobretudo, às pequenas cidades. Assim, a natureza dos tributos da localização é determinada pela inter-relação dos seguintes elementos: a acessibilidade e a infra-estrutura. (MENDES, 2007).

Portanto, como tais atributos estão dispostos na municipalidade em análise? Dentre os seus elementos inicialmente nos portemos a acessibilidade, que no espaço urbano é determinado pelo conjunto de vias de circulação e pelo sistema de transportes da cidade. Assim, no município de Nova Tebas, apenas trechos do distrito-sede apresenta-se com pavimentação asfáltica. É importante notificar que a sede do município de Nova Tebas dista 5,0 quilômetros da PR 845 fato esse que já causa por si só um certo problema de escoamento de produtos e de desenvolvimento.

Quanto ao sistema viário da sede do município, a planta urbana não considerou o relevo local no traçado de vias, sendo que há várias situações onde a inclinação do terreno, cortes abruptos do relevo ou afloramentos de rocha tornam a pavimentação asfáltica de trechos de vias impraticável. Quanto ao sistema de transportes, o município não possui terminal rodoviário. Os ônibus de linhas intermunicipais que atendem o município param em frente a um bar no distrito administrativo de Cataporanga para embarque e desembarque de passageiros e vendas de passagem. Os moradores da sede devem se deslocar até Cataporanga.

A infra-estrutura local quando pertinente ao município de Nova Tebas, apresenta-se com sérias deficiências. Com o desenvolvimento do plano diretor municipal, elencaram-se diversos problemas concernentes ao município tais como:

- Dificuldade em construir obras enterradas devido ao terreno rochoso que predomina na região;
- Dificuldades e limitações em atrair grandes indústrias na região como um todo;
- Readequação da iluminação pública como um todo;
- Sinalização urbana;
- Maior investimento e construção de rede de esgoto.

Assim, percebe-se que o plano diretor é um instrumento fundamental para se pensar o desenvolvimento e direcionar políticas para Nova Tebas, haja visto as suas dificuldades.

Uma vez que planejar é organizar as ações que serão realizadas, o Estatuto da Cidade através da (Lei Federal 10.257/01) estabeleceu o chamado Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e ordenamento da expansão territorial urbana, possuindo a função de definir condições para que se cumpra a função social da cidade e da propriedade. Tal instrumento deve ser discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo Poder Executivo resultando em uma lei municipal que representa a expressão do pacto formado entre a sociedade e os poderes Executivo e Legislativo.

Obrigatoriamente conforme é exposto no Estatuto, devem ter planos diretores, cidades com mais de 20 mil habitantes. Porém, o governo do Estado do Paraná, através da Lei 15.299 de 25 de julho de 2006, determina que todos os municípios do Paraná devam elaborar os seus planos diretores – PD, para que tenham acesso aos investimentos disponibilizados pelo governo do Estado.

O plano deve ser compatível com os conteúdos constantes na: Lei Orgânica do Município; Planos Setoriais do Governo do Estado do Paraná; no Desenvolvimento Regional em que o município se insere; na Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal; e na Agenda 21 para o Estado do Paraná e Agenda 21 Local, particularmente no que se refere a: promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, integração entre meio ambiente e desenvolvimento.

O território do município como um todo é englobado, observando as áreas de interesse especial para o desenvolvimento econômico e turístico do município; as áreas urbanas e as de expansão da sede e de seus distritos.

Assim, para a construção do plano diretor do município de Nova Tebas audiências foram marcadas, para a discussão de tal instrumento de ordenamento espacial. O plano diretor municipal de Nova Tebas apresentou uma análise integradora a partir de duas leituras a

técnica e a comunitária que tiveram como objetivo central identificar e entender a situação do município, seus problemas, conflitos, potencialidades e identificação do que deveria ser mantido. A leitura técnica buscou entender o município através do embasamento em dados e informações socioeconômicas, culturais, ambientais, físico-territoriais, de infra-estrutura entre outras necessárias para a elaboração dos textos. Já a leitura comunitária, realizada através da audiência pública, foi a apresentação de como as pessoas que moram no município o vêem. Os habitantes do município querem a mesma realidade socioeconômica para o futuro? O que é relevante para e deve ser mantido para os próximos 10 anos? Quais são os principais problemas e dificuldades enfrentados e quais os principais potenciais?

Portanto, reiteramos que o Plano Diretor pode ser de suma importância para aprender, analisar e buscar alternativas para o desenvolvimento mais equitativo da realidade municipal.

Ademais, de acordo com a arquiteta e técnica do Paranacidade Melisa Matos o Plano Diretor é considerado:

um instrumento básico da política de desenvolvimento e ordenamento da expansão territorial, possuindo a função de definir condições para que se cumpra a função social da cidade e de todo o município. É organizar as ações a serem realizadas. Deverá ser discutido e aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Poder Executivo, resultando em uma Lei Municipal que representa a expressão do pacto formado entre a sociedade e os poderes Executivo e Legislativo. (PLANO DIRETOR DE NOVA TEBAS p.35 TREINAMENTO EQUIPE TÉCNICA).

Do ponto de vista desse trabalho, também é significativo salientar o plano diretor do município de Nova Tebas é muito importante, pois através desse documento analisamos os alcances e limites desse município que tem 22 anos de emancipação política.

O referido documento identifica áreas impróprias para a ocupação que compreendem locais em que o nível do lençol freático é aflorante, sendo estas áreas susceptíveis a enchentes, inundações e vulneráveis à poluição do lençol freático. Por outro lado, identifica área destinada ao lazer e recreação envolve a área compreendida pelo parque do arremate, sendo esta área voltada à atividade que envolvam o lazer e a recreação.

Área a ser consolidada, corresponde aos locais já ocupados ou em fase de ocupação, mas que ainda não dispõe de toda a infra-estrutura urbana, sendo necessária a implantação da mesma, considerando as condicionantes ambientais do local.

Já a unidade ambiental urbana corresponde as faixas de preservação permanente de 30 metros a partir das margens dos córregos e cinquenta metros a partir das nascentes. As áreas de expansão futura compreende locais com potencial para a urbanização futura.

Finalmente as zonas especiais de interesse social compreende localidades que necessitam de legalização do parcelamento do solo e a sua integração à estrutura urbana, bem como locais que por sua localização e características são de interesse para implantação de programas habitacionais de interesse social.

Embora não possua legislação que disponha sobre o uso e ocupação do solo urbano em Nova Tebas, percebe-se que a área comercial é concentrada ao longo da Avenida Brasília, no trecho compreendido entre as ruas Copacabana e Mato Grosso.

De acordo com o plano diretor municipal, existem muitos lotes vazios na cidade, com uma pequena área comercial e quase não dispondo de serviços e atividades industriais. O município apresenta um parcelamento do solo inicial, não havendo expansão, com exceção do conjunto habitacional implantado ao lado do Parque do Arremate.

O plano diretor ainda ressalta a falta de áreas públicas destinadas a praças e equipamentos de lazer e recreação.

Quanto ao distrito de Cataporanga, este apresenta um desenvolvimento muito parecido ao do distrito sede, porém nessa localidade a ocupação do solo é um pouco mais concentrada. Semelhante a sede de Nova Tebas, o distrito de Cataporanga possui muitos lotes vazios, com uma pequena área comercial situada ao longo da rua Rui Barbosa, sem locais destinados a serviços e indústria. A maior parte das construções existentes em Cataporanga são de madeira.

Em contraponto, o distrito de Poema possui a menor quantidade de lotes vazios. A avenida Ipiranga, apresenta-se como a área comercial do distrito, que por sua vez também nessa localidade as construções de madeira predominam.

O núcleo populacional de Bela Vista, apesar de não ser distrito, possui quadro urbano delimitado. Porém, no local existem apenas três estabelecimentos comerciais, sendo que o restante é composto por áreas institucionais, residenciais e lotes vazios.

O município de Nova Tebas, além dessas comunidades, implantou três Vilas Rurais com características bem distantes: Vila Rural de Poema, Vila Rural Santa Clara e Vila Rural Esperança. A implantação dessas Vilas Rurais atendeu o foco principal que era a questão da moradia. No entanto, em relação a geração de renda, não alcançou os resultados esperados.

Dentre as Vilas Rurais, a Vila Rural Esperança, situada próximo ao centro urbano e a Vila Santa Clara que se localiza em uma região de agricultura forte a situação das pessoas que lá habitam são melhores, devido as oportunidades de acesso ao trabalho pela população local.

Porém, na Vila Rural de Poema localizada a quatro quilômetros do distrito de mesmo nome, em um local de difícil acesso e sem opções de trabalho, propiciando a seus moradores um nível de vida abaixo das demais Vilas Rurais.

2.6 AS ASSOCIAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS COMO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tem sido comum nas reflexões acerca do desenvolvimento local, valorizar o que tem se denominado como ativo institucional. Na realidade, com isso se reconhece a relevância das iniciativas locais implementadas por meio de lideranças próprias. Nesse intuito, sistematizamos na sequência o que seria o ativo institucional de Nova Tebas, especialmente focalizando no tema que estamos desenvolvendo.

Existe em Nova Tebas, uma União Municipal das Associações de Nova Tebas-Unitebas, que compreende um conjunto de 13 associações comunitárias. No total elas atendem um número aproximado de 250 famílias em todo o município. A seguir listamos as associações abrangidas pela Unitebas:

- Associação Comunitária São José Barreirinho do Meio;
- Associação Comunitária Campos Novos;
- Associação dos Produtores Rurais de Poema- Alvorada;
- Associação Comunitária São José Barreirinho do Meio;
- Associação Comunitária Campos Novos;
- Associação dos Produtores Rurais de Poema- Alvorada;
- Associação Comunitária de Volta Grande;
- Associação dos Produtores Rurais de Santa Clara;
- Associação de Desenvolvimento Comunitário Vila Esperança;
- Associação de Desenvolvimento Comunitário Vila Verde;
- Associação Comunitária Novo Milênio de Mil Alqueires;
- Associação dos Produtores Rurais das Comunidades Unidas;
- Associação Comunitária São José do Paraíso;

Associação Comunitária Três Barras;

Associação de Desenvolvimento Comunitário Vila Rural Santa Clara.

É importante salientar que tal União é criada com o intuito de dar uma maior aproximação entre as entidades associadas, promovendo um entendimento entre as mesmas, articulando ações, viabilizando e desenvolvendo atividades produtivas aos associados. Com isso, deve ocorrer maior racionalização no trabalho além de promover o desenvolvimento econômico e social, criando e coordenando quadros de assistência técnica para o desenvolvimento sustentável, incentivando o cooperativismo e proporcionando oportunidades de crescimento para o meio urbano e rural.

Assim, de acordo com a cartilha elaborada pela equipe do projeto Assistência Técnica para melhorar e agregar valor à produção agrícola, percebe-se que o trabalho foi realizado tendo como subsídio o fato de que o município com seus 544,187 km² tem como diferencial entre as outras localidades de suas adjacências o fato de apresentar uma agropecuária onde a atividade leiteira e as práticas de olericultura subsidiadas por cultivos orgânicos e convencionais consiste no fator chave para o desenvolvimento de uma agricultura familiar forte.

São desdobramentos e a continuidade de projeto apoiado pela Universidade Estadual de Maringá no ano de 2007, na forma de extensão, vinculado ao programa estadual Universidade Sem Fronteiras.

Para aprofundar esse tema, dividimos nossa exposição em dois momentos. Em uma primeira parte trabalharemos o setor de produção pecuária enfocada no projeto, principalmente a produção leiteira do município e em um segundo momento trilharemos sobre a olericultura e a produção do maracujá orgânico e convencional.

O acompanhamento agropecuário, foi realizado por meio da supervisão técnica em dez propriedades, tendo como foco principal a maior produtividade com relação ao rebanho bovino leiteiro.

O município de Nova Tebas é possuidor de um rebanho bovino de 63.368 mil cabeças, 565 estabelecimentos produtores de leite e 8.300 vacas ordenhadas/dia e produção média de 30 mil litros/dia, caracterizando-se por uma atividade predominantemente familiar e de subsistência.

Desempenhando uma importante função sócio-econômica em Nova Tebas, a atividade leiteira mantém a permanência e a manutenção de muitos produtores da agricultura familiar,

uma vez que gera uma renda mensal significativa para manter o funcionamento do comércio local, proporcionando ainda geração de emprego e melhoria da qualidade de vida dos produtores envolvidos na atividade.

Porém, a realidade da maioria desses produtores consistia no fato de manter o rebanho em um sistema de pastagem extensiva, tendo como agravante o relevo acidentado do município. A atividade ainda apresentava problemas relacionados a sazonalidade forrageira, ao balanceamento da dieta alimentar, ao melhoramento genético, a sanidade do rebanho, a qualidade do leite, a assistência técnica, a industrialização e a comercialização dos produtos.

Com o apoio dos técnicos do projeto, notou-se a qualificação das propriedades no sentido de garantir um acompanhamento reprodutivo, sendo possível o planejamento do rebanho associado ao retorno econômico. Outro aspecto abordado e trabalhado nas propriedades incidiu sobre o manejo das pastagens, sendo o pastejo rotacionado uma meta aos agricultores, uma vez que, piquetes bem manejados possibilitam o aumento significativo da taxa geral de ocupação das pastagens, aumentando a produção de leite e trazendo retorno significativo aos agricultores familiares.

O acompanhamento clínico também foi fundamental, já que a sanidade do rebanho tem relação com a produtividade e interfere na saúde pública, logo, a adoção de medidas preventivas evita enfermidades no rebanho, principalmente no caso da mastite.

Assistido pelo projeto, o enfoque dado a vacinação dos animais, tratou-se de uma estratégia de incremento na produção bovina.

O mesmo foi observado para a alimentação dos animais, a indicação do uso de sal mineral (mineralização) constituiu-se em a regra geral em todas as propriedades. Seguindo o diagnóstico de gestação percebeu-se que depois da utilização do sal mineral diminuíram-se os dias em aberto (da prenhes ao parto), garantindo melhor lucratividade a atividade.

Outro trabalho realizado pela equipe, foi o de incentivo a inseminação artificial, realização de toque, escolha da raça leiteira adaptada as condições regionais, a vacinação nos animais, o manejo e seleção de forrageiras adequadas, o cuidado na alimentação, e sobretudo, no manejo da ordenha, além do melhoramento genético, a destinação correta de resíduos, a adoção de medidas sanitárias para animais como uso fitoterápico e homeopatia, adequação de manejo reprodutivo dos bovinos, automaticamente contribuíram para a melhora na qualidade do leite em Nova Tebas.

Quanto à olericultura, em razão da sua relevância, enquanto atividade econômica, a mesma apresenta uma importância social muito grande, gerando empregos e renda, especialmente para o segmento da agricultura familiar, como forma de diversificação.

Caminhando para a conversão de sistemas tradicionais para o orgânico, em Nova Tebas o fomento a olericultura, é muito importante, pois a maioria da população está vinculada a condição proporcionada pela agricultura familiar.

Assim, durante o projeto de extensão articulado as lideranças locais, buscou-se voltar a atenção para a cadeia produtiva das hortaliças, com o intuito de obter um processo produtivo capaz de atender aos requisitos quantitativos e qualitativos, definidos pela demanda escolar.

Em função do satisfatório resultado do trabalho, realizado com estes produtores, notou-se a necessidade de apoiá-los em um marco regulatório legal que contemple as necessidades e especificidades do setor em todos os seus elos, incluindo a comercialização.

De acordo com o relato dos técnicos participantes do projeto, na comunidade do Barreirinho do Meio, um grupo de nove produtores estão responsáveis pela maioria dos produtos entregues na merenda escolar, por intermédio da lei nº 11.947 de 2009, a qual determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para a alimentação escolar na compra de produtos de agricultores familiares e de empreendedores familiares rurais.

Segundo um dos produtores de olericultura:

A horta foi uma alternativa, já que o pequeno produtor não tinha apoio. O trabalho na horta foi muito bom para mim como para os outros que estão contentes e lutando por melhorias. E, agora, com a criação da Cooperatvama vamos procurar fazer este trabalho melhor ainda. Fiz as contas e o retorno é de um salário por mês como trabalho na horta. O esforço compensa. Tanto eu como os demais estamos contentes. Em uns 4 m³ consegui tirar R\$ 160,00 por mês, outro cultivo não me dá isso, o que é muito importante.

Portanto, o trabalho empreendido pelos pesquisadores do projeto Assistência Técnica para Melhorar e Agregar Valor à Produção Agrícola, consistiu também na organização e regularização das associações vinculadas a Unitebas, de acordo com os técnicos do projeto a sede da Unitebas começou a funcionar no ano de 2009, por meio do Programa Universidade Sem Fronteiras.

Durante esse período, foram feitas as reformas estatutárias de treze associações. O trabalho concretizou-se também para a fundação da Coopertebas- Cooperativa da Agricultura

Familiar de Nova Tebas, que virou realidade no início de novembro de 2010. Assim, os produtores poderão comercializar seus produtos via cooperativa.

Com os alcances de tal projeto, percebe-se que as ações estão surtindo efeito em Nova Tebas, como exemplo podemos citar a Vila Rural Esperança, que através da união dos sócios, estes efetivaram mudanças na estética das ruas da Vila; somando-se a isto, cada morador contribuiu para a reforma do salão comunitário e novas ações e estratégia estão sendo elaboradas.

Diante do trabalho realizado, constata-se que melhorias estão aparecendo na localidade, pois houve o crescimento econômico das associações, uma vez que informações adequadas, principalmente para diminuir os problemas nas lavouras e na criação de animais e salutar para uma maior produtividade e lucratividade para os produtores inseridos na agricultura familiar.

A próxima parte do trabalho tem como objetivo focar com detalhes a experiência dos produtores de maracujá orgânico, resultante da organização local e seus alcances e limites políticos e econômicos.

3 - NOVA TEBAS - POLÍTICAS TERRITORIAIS E INICIATIVAS LOCAIS

Como vimos mostrando nas partes anteriores, o município de Nova Tebas expressa uma dinâmica demográfica e social que exigem intervenções políticas. A migração das pessoas não é uma questão apenas estatística, mas uma questão social. Nos números envolvidos nesta mobilidade encontram-se dramas de pessoas que não tem conseguido reproduzir socialmente sua vida no espaço em questão. Por isso, elas têm buscado alternativas em outros locais. Há muitas implicações envolvidas neste processo para estas pessoas, como o desenraizamento social e para o espaço como local de vida também para os que ficam.

É imperativo afirmar que tal fração do território paranaense apresenta políticas sociais, que no âmago de suas contribuições pretendem fazer com que a realidade local trilhe para o chamado desenvolvimento socioeconômico. Essa parte da dissertação sistematiza as políticas implantadas principalmente pelas iniciativas locais de desenvolvimento municipal. Enfatizaremos, como recorte empírico, no caso do município de Nova Tebas a iniciativa local dos produtores de maracujá orgânico viabilizadas pela economia solidária.

Assim, em um primeiro momento, abordaremos sucintamente os autores que trabalham com a discussão sobre as políticas territoriais. Logo em seguida, citaremos o exemplo dos territórios da cidadania como exemplo de política federal, pois a mesma está em todo o território brasileiro. Posteriormente abordaremos outras políticas sociais nas quais as iniciativas locais recebem apoio da economia solidária.

3.1- POLÍTICAS TERRITORIAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ.

A formulação a nível nacional da Política Nacional de Ordenamento Territorial na visão de Ruchert (2005), está associado ao processo de reforma do Estado e de reestruturação

do território. Assim, tais tendências devem-se ao fato de que hoje os cenários político-econômico-sociais nacionais são muito mais densos e complexos do que quando da implantação do Estado desenvolvimentista. Uma vez que o Brasil, nos anos 1930 era basicamente rural-oligárquico e recém iniciava uma experiência que alcançaria 60 anos de mercado solidamente protegido.

Tal Estado desenvolvimentista brasileiro, de tendência cepalina, implementa, a partir dos anos de 1940, um núcleo de consenso desenvolvimentista análogo ao keynesianismo europeu. De corte geopolítico no pós-1964, o Estado autoritário brasileiro enfrenta, a partir dos anos de 1980, o esvaziamento de suas propostas e viabilidades com a crise do Estado Desenvolvimentista.

A partir de 1973 com a crise do petróleo e a emergência do sistema financeiro internacional globalizado provocam, na maioria dos países que adotam modelos semelhantes de desenvolvimento, modificações no campo da economia, das idéias e das instituições. O Brasil, um dos maiores exemplos do projeto desenvolvimentista, chega aos anos de 1990 sem ter mudado tal projeto, o qual vinha mantendo o país ainda dentro dos moldes do processo de substituição de importações.

Com o processo de globalização em curso desde os anos 1980, as transformações do sistema capitalista como um todo, a falência do planejamento centralizado e o fim dos padrões tecnológicos dominantes desde o pós-guerra, associados ao ideário político-econômico liberal, passam a fornecer as grandes linhas em que se passam a inspirar as ações que visam às reestruturações econômicas e territoriais.

A década de 1990 e a crise dos Estados Desenvolvimentistas periféricos representam, portanto, rupturas de paradigmas socioeconômicos e políticos com significados e alcances tão ou mais profundos do que a própria constituição dos Estados Nacionais sul-americanos, no século XIX.

Nesse cenário Ruckert aponta uma diversidade de crises para explicar a necessidade de um ordenamento territorial :

A crise do nacional-desenvolvimentismo e do planejamento centralizado, as redefinições da geopolítica clássica que perde seus sentidos originais; a tendência às economias flexíveis e à “flexibilização dos lugares”, pela alta mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados, e a emergência dos processos políticos descentralizantes na face do processo de redemocratização conduzem os Estados do Sul, como um todo e especialmente aos latino-americanos, como o Brasil, a

reatualizar suas políticas externas e internas e a requalificar suas opções e necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento. (RUCKERT, 2005, p.32).

Com isso, foi criado no âmbito do Ministério da Integração Nacional, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Essa política tem como objetivos, reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras. Dentre os seus focos, a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território.

Porém, quando se analisa a conceituação do ordenamento territorial podemos perceber que este é amplo e variado. De acordo com Sanchez (1992) a Política Territorial se configura pelo conjunto de enfoques estratégicos, a médio e longo prazo, assim como pelas correspondentes formulações de atuação, dirigidas a intervir sobre o território, a fim de que assumam as formas que sejam adequadas ao conjunto dos interesses que controlam o poder político.

Já na visão de Costa (1998), as políticas territoriais extrapolam a noção dos planos regionais de desenvolvimento. Elas abrangem toda e qualquer atividade que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional; uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial bem como mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar estas políticas.

É importante constatar que o conceito de ordenação do território, está na carta Européia de ordenação do território, que o define como:

A expressão espacial da harmonização de políticas econômica, social, cultural e ambiental, micro e macrorregionais, ora ciência, ora técnica administrativa, ora política pública concebidas com enfoque interdisciplinar e global, cujo objetivo é o desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço, segundo uma diretriz. (CEOT/CEMAT, 1983).

No entanto, é importante analisar com parcimônia o conceito proposto para a União Européia, pois para aquela realidade a integração da União Européia envolve a organização física do espaço e os cuidados com os diferentes espaços que o compõem, isto é, Estados e regiões, construindo um espaço transnacional, reduzindo o poder dos Estados-Nação que a compõem, enquanto no Brasil, pelo contrário, a lógica do ordenamento visa resgatar o papel do Estado em novas bases.

3.2. POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSIDERAÇÕES GERAIS

O que são políticas públicas? Tal temática apresenta-se em pleno século XXI como uma das medidas pelas quais é possível melhorar e desenvolver regiões deprimidas do processo de desenvolvimento sócio-econômico de qualquer fração do território brasileiro, quiçá do espaço mundial.

É importante notificar que as políticas públicas só terão uma melhor visibilidade a partir do momento que estiverem associadas ou formando um par com as denominadas políticas públicas privadas, pois havendo uma interdependência de ambas, os resultados poderão surtir maior efeito na realidade almejada.

Quanto aos fundadores da área de políticas públicas, Souza (2006) aponta quatro grandes nomes: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), como forma de conciliar conhecimento científico com a produção empírica dos governos. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando que a racionalidade da limitação poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Lindblom questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Finalmente, Easton contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Todas as ações produzidas pelas autoridades públicas, sejam elas de natureza executiva, legislativa ou judicial, causam, de alguma maneira, efeitos no indivíduo ou na sociedade, tanto nas questões de emprego e renda como nas de moradia e saúde, segurança e justiça, entre outras, e são denominadas de políticas públicas. É através do ato de fazer políticas (ação ou inação) que funciona a estrutura governamental.

No entanto, é importante considerar que as políticas públicas deveriam ser formalizadas e implementadas independentemente de quem está no poder, haja vista que o objetivo maior é o desenvolvimento social e econômico da população como um todo.

As políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, tornam-se regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, com suas

respectivas mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

É importante salientar que as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

Portanto, elaborar uma política pública significa definir quem decide o que, quando, com que conseqüências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “políticas públicas” de “políticas governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para que tenham o caráter de pública, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Porém, quanto aos seus objetivos, é importante notificar que as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Assim, percebe-se que os objetivos centrais das chamadas políticas públicas apresentam uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação. (TEIXEIRA, 2002, p.3).

É fato que a partir da Constituição de 1988, com a autonomia política adquirida pelos municípios, através da elaboração de sua própria lei orgânica e demais leis, bem como da escolha direta de seus governantes, essa esfera governamental, o município passa a ser espaço primordial para a realização e implementação de políticas públicas que na prática se expressam como políticas setoriais priorizando ora, a saúde, ora a educação, habitação e desenvolvimento urbano, assistência social e previdência social, política agrícola e reforma agrária dentre outras. Assim, com o intuito de levantar a tona a discussão sobre as políticas implementadas na região central, passamos para a sua discussão.

3.2.1 Poder: Objeto das Políticas Públicas Territoriais

É de suma importância a análise do Estado e do poder como caminhos norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas ou privadas. No intuito de legitimar estruturas fundamentais do poder político, o Estado cria um aparato de políticas governamentais que no seu ínterim, apresentam-se como mentoras para mascarar a realidade caótica em que algumas regiões estão inseridas, tal qual a região central do Paraná.

A elaboração e implementação de políticas, na verdade não são concebidas de forma neutra, como também as vezes aparece proposto pela ciência, nem muito menos são pensadas no interesse de todos, portanto políticas são feitas para servir aos preceitos político-econômicos dominante. A teoria do poder da elite na visão de Peet (2007, p.24) diz que os governos agem no interesse do capital.

Porém, além da ideologia que funde uma noção crítica de poder, o conceito de hegemonia em sua acepção gramsciana, também nos auxilia em tal concepção de analisar criticamente o poder. Para Gramsci, existem dois níveis de controle político: a dominação como coersão física e a hegemonia referente ao controle ideológico.

A hegemonia é constituída por um conjunto de ideologias relacionadas que incluem, no capitalismo liberal avançado, a validação do individualismo competitivo e o fetiche do saber especializado resultante da racionalidade tecnológica (PEET, 2007, p. 25)

Contudo, enquanto Marx havia salientado o papel da superestrutura política (basicamente, o aparato do estado) em seu fazer de ideologias, Gramsci dirigiu seu olhar para as instituições culturais supostamente não coercitivas, como a Igreja, as escolas, os sindicatos e os partidos políticos. Cada grupo social, dizia Gramsci, cria organicamente um estrato de intelectuais que empresta significado a sua experiência coletiva, unindo o grupo e ajudando a funcionar efetivamente.

Na modernidade, a arena política é povoada por indivíduos altamente treinados e experientes. Com isso, os discursos assumem uma forma proposicional particularmente significativa, a forma das políticas sugeridas pelos especialistas para corpos governantes, que os utilizam como instrumentos de poder as chamadas (tecnologias políticas, de acordo com Foucault). Na sua essência, as tecnologias políticas reformulam problemas sociais, culturais ou políticos na linguagem aparentemente neutra da ciência, para obter o apoio das pessoas convencidas de que a ciência beneficia a humanidade.

Já a análise do discurso, feita a partir de leituras da obra de Foucault, segundo Peet (2007), colocaram-na dentro de uma análise social mais ampla, denominada “governamentalidade”, que se refere a mentalidade dos governos modernos, a mentalidade dos governantes e dos governados. Tal temática, se refere a modelagem da conduta humana para fins definidos pelas autoridades e agências maiores do que o Estado, particularmente pelas instituições que invocam a verdade por meio do uso de recursos, expedientes e técnicas científicas.

Contudo, a posição exposta no trabalho de Peet, é a de que o poder é exercido por grupos de interesse em proporção aos recursos que eles comandam, ao dinheiro que têm, ao acesso e a influência política que as contribuições de campanha possam comprar, e também pelas ideologias e pelos discursos hegemônicos que o dinheiro produz.

Para Poulantzas, é impreterível que seja separada as esferas política e econômica para compreender o Estado. Isso posto, o poder político, embora esteja apoiado no poder econômico, é prioritário no sentido em que suas transformações condicionam toda a mudança em outras áreas de poder. Assim, o poder político é concentrado e materializado no Estado, o ponto central do exercício do poder político. Portanto, a burguesia escolheu o estado moderno nacional popular para expressão de seu poder político, argumentando que esse tipo particular de Estado em seu bojo depara com mais êxito, o trabalhador da luta pelos meios de produção, reproduzindo por consequência as relações capitalistas de produção com mais sucesso. (POULANTZAS 2006, p.146-147).

Portanto, é importante vislumbrar que as políticas públicas territoriais, apresentam se embuídas do poder atrelado principalmente a uma elite, que aproveita de um discurso dito para o local ou regional, porém na sua essência tais políticas irão o auxiliar no seu próprio desenvolvimento, tanto econômico como social.

Assim, acreditamos ser de suma importância o estudo das políticas implementadas na região central do Paraná, uma vez que a mesma é considerada uma região deprimida economicamente, ou utilizando a expressão de Milton Santos é um espaço de obediência do grande capital.

3.3 - POLÍTICAS FEDERAIS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ: TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

O nosso objetivo nessa exposição vem da necessidade de analisar e compreender os alcances do programa federal “Territórios da Cidadania” na região central do Paraná. Para tanto, elencamos o Território Paraná Centro, como exemplo de mecanismo de desenvolvimento e planejamento territorial, uma vez que o município de Nova Tebas é município integrante dessa parte do Paraná.

Os Territórios da Cidadania tem como objetivo central, promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

O Território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Tais Territórios são maiores que o município e menores que o estado, os Territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade. Isso facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões.

Para a implementação, as áreas precisam contar com os seguintes critérios de seleção:

- Ser Território Rural, conforme Programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Baixo Índice de Desenvolvimento Humano;
- Concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária;
- Concentração de populações quilombolas, indígenas e de pescadores;
- Número de beneficiários do Programa Bolsa família;
- Número de municípios com baixo dinamismo econômico;
- Ruralidade;
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- Prioridades ou políticas de governo, como Mesorregiões, Consads, Amazônia Legal, Arco Verde, Reservas Extrativistas e Bacia do São Francisco;
- Um mínimo de dois e um máximo de oito Territórios da Cidadania por Unidade da federação;
- Consulta aos estados, por meio dos Comitês de Articulação Estaduais, na definição dos 60 Territórios da Cidadania beneficiados a partir de 2009.

Em decorrência do processo histórico de ocupação do espaço geográfico do estado, esta região caracteriza-se como a última faixa do território a ser plenamente ocupada. Este fato se deve, primeiramente, a intensificação das atividades econômicas (caminhos das tropas que transportavam gado) na faixa territorial ao leste do estado, ou seja, as regiões litorâneas e de Lapa e Curitiba; e num segundo momento, a colonização da região oeste com a intensificação da migração de agricultores gaúchos e catarinenses.

A Região Central do Estado do Paraná, concentra os menores índices de IDH-M, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano/Ipardes.

O Paraná Centro apresenta, ainda, sérios problemas de infra-estrutura urbana e rural, que dificultam a implementação de atividades geradoras de renda, bem como o acesso à educação e à saúde.

As principais deficiências de infra-estrutura são:

- Estradas rurais deficitárias ;
- Municípios sem ligação asfáltica;
- Muitas famílias sem energia elétricas;
- A grande ausência de telefones públicos rurais;
- Estrutura urbana deficiente;
- Muitas pessoas com habitações precárias;
- A falta de documentação básica para grande parte de população da região faz com que muitas pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza tenham grandes dificuldades de acesso aos programas sociais e de transferência de renda ou até mesmo de créditos.

Porém, o processo de desenvolvimento territorial rural que vem ocorrendo no Paraná Centro tem como principal objetivo a melhoria dos indicadores sociais e econômicos tendo como estratégia a implementação de ações de forma articulada, com abrangência em 17 municípios pertencentes ao território, promovendo a integração sustentável deste. Esta espacialidade pode ser visualizada através da Figura 5.

Tal território tem população total de 196.863 habitantes segundo o censo 2000, sendo que 62% destes habitantes vivem na área rural e 38% na área urbana, com as cidades apresentando características fortemente rurais.

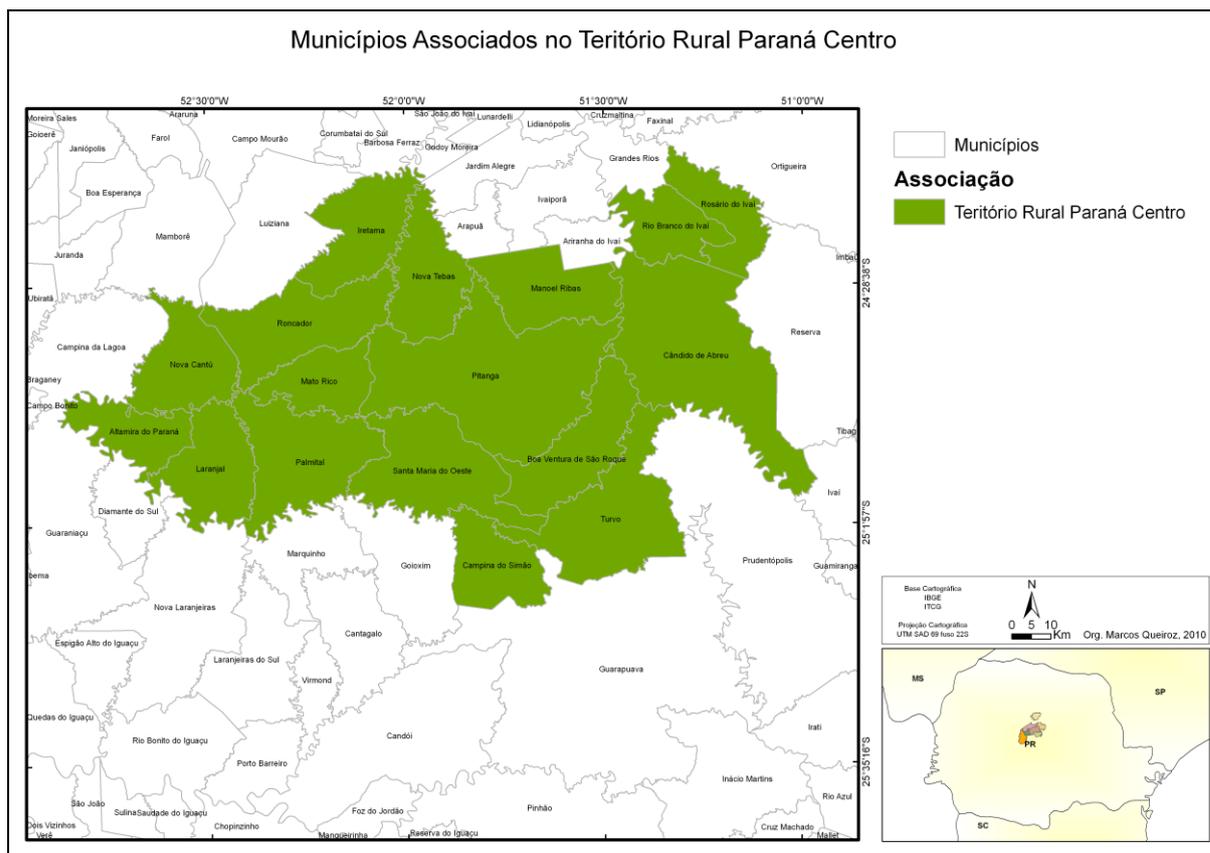


Figura 5: Municípios do Território Paraná Centro, 2010

Fonte da Base Cartográfica: IBGE/ITCG, 2011

Org: Marcos Queiroz, 2011

É preciso lembrar que de acordo com os estudos de Gómez (2007), a espacialidade resultante de projetos, frequentemente fica reduzida a um mero instrumento técnico de planejamento. A multiplicidade de sentidos que o território comporta e que o converte numa categoria analítica complexa, torna-se problemática demais para a elaboração e implementação de políticas públicas.

Portanto, o alcance que tal território apresenta é limitado pois o que se vende como tal resulta de um consenso fundamentado na identidade e nos interesses comuns. Afinal, trata-se de obter, mais recursos financeiros, uma variável que deve valorizar-se para conseguir um bom desempenho e a capacidade de competir no mercado. Ou seja, a prioridade na construção do território se centra na melhora de sua capacidade para competir com outros territórios, para aumentar a produção.

3.4 - POLÍTICAS TERRITORIAIS ESTADUAIS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ: POLÍTICAS DO GOVERNO DE JAIME LERNER

Nos itens a seguir, nossos esforços centram-se na necessidade de avaliar as políticas governamentais de Jaime Lerner e Roberto Requião . A análise temporal é importante para compreendermos o que cada governo realizou para a região central do Paraná e para o município como um todo.

A gestão do ex-governador Jaime Lerner, foi marcada por uma atuação fiel aos pressupostos do modelo neoliberal, de Estado mínimo, flexibilização das políticas públicas, particularmente as sociais. Tal governo acompanhou um movimento também nacional, em lugar de políticas urbanas e políticas de desenvolvimento regional, o Estado aproveitou-se de um movimento de desconcentração industrial do Sudeste, associando-o a uma estratégia de atração de capitais e corporações, com base em concessão de incentivos fiscais, alimentando a guerra fiscal entre estados brasileiros e o acirramento da competição entre municípios para lograrem novos investimentos.

O governo de Jaime Lerner, em nosso ponto de vista analítico se enquadra na visão institucional-funcionalista, uma vez que utilizou de aparatos como o Banco mundial como fomento para o desenvolvimento da infra-estrutura paranaense. Uma vez, que em grande parte o desenvolvimento econômico, encontra-se concentrado nas sedes urbanas dos municípios, o ex-governador dizia: “As pessoas vivem nas cidades, e é nelas que desejam encontrar sua realização pessoal. Aos gestores das cidades, cabe embalar o sonho das pessoas”. (PROGRAMA PARANÁ URBANO, 2001, p. 5).

Dentre os diversos programas setoriais implementados por sua gestão podemos citar o projeto Paraná Urbano, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com contrapartidas do governo do Estado e dos municípios. Tal programa lançado em 1996, contou com a participação de 390 dos 399 municípios paranaenses, alcançando a marca de 3.799 ações de infraestrutura urbana e de ações sociais, abrangendo mais de um milhão de paranaenses.

O programa contemplou obras, como creches, postos de saúde e pavimentação, bem como em saneamento básico e na modernização administrativa das prefeituras. De forma geral, afirma-se que possibilitou atender 75% da área urbana do estado nos seis anos do respectivo projeto, conquistando a cobertura cartográfica digital, instrumento fundamental de gestão das cidades.

Gerido por um serviço social autônomo, o Paraná Urbano teve parte de suas ações técnico-administrativas delegadas as 18 associações de municípios do estado. Os pagamentos relativos aos empréstimos concedidos aos municípios passaram a integrar um fundo, que é reaplicado nas cidades, dando vida perene ao programa. Assim “O Paraná Urbano tornou-se modelo internacional e constitui-se em um mecanismo permanente de apoio às nossas cidade”.(PROGRAMA PARANÁ URBANO, 2001 p. 5).

É importante notificar também, que a demanda por infra-estrutura no Paraná teve um crescimento muito forte, graças ao brutal fluxo migratório da área rural para os centros urbanos. O aumento de 36 para mais de 80 % da população urbana, registrado em pouco mais de três décadas, obrigou o governo a buscar soluções para levar aos municípios do interior a infra-estrutura urbana e social adequadas ao atendimento das principais necessidades de uma população em acelerado crescimento demográfico.

Segundo Lubomir Ficinski⁵ o apoio aos municípios em suas ações destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas, foi o objetivo central de tal programa, que também encontrou apoio com um destacado parceiro internacional, o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), que foi o sustentáculo das bases para o Paraná Urbano. O programa em seus 55 meses de duração, aplicou recursos de 426 milhões de dólares em obras de infraestrutura e ações de fortalecimento institucional das administrações municipais, em 390 dos 399 municípios do Estado. As ações realizadas no campo do desenvolvimento institucional tiveram o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD.

Gerenciado pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade e financiado com recursos do BID, O Paraná Urbano veio a ser um grande aliado dos administradores municipais, além de atender as diretrizes do governo do estado e sua estratégia de apoio as cidades, oferecendo suporte a geração de empregos, a melhoria da infra-estrutura urbana e a ampliação dos serviços oferecidos a população. Considerado como o fio condutor de uma nova abordagem em termos de desenvolvimento urbano, um processo em que a definição de obras e projetos reflete os anseios das pessoas e das comunidades onde foram executados.

Esse projeto foi considerado um modelo de descentralização, tanto dos projetos, do poder decisório, bem como de sua execução e acompanhamento. Em entrevista ao Paraná urbano Ficinski salienta que:

⁵ Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Superintendente do Paranaidade, durante o governo de Jaime Lerner 1995-2000.

quando for lembrado e certamente o será, no futuro, o programa Paraná Urbano talvez não seja citado pelas 3799 obras espacialmente distribuídas por todo o Estado, ou pelas centenas de milhares de dólares alocados para investimentos. É provável que o seja pela boa parceria firmada entre o governo do Estado e as administrações municipais, baseada em uma relação transparente e de mútuo respeito, onde cada uma das partes contribuiu de forma efetiva para o sucesso da empreitada. E, mais do que isso, o programa deverá ser lembrado como um passo decisivo para a autodeterminação do poder local dos municípios e para a efetiva melhoria da qualidade de vida das pessoas. (PARANÁ URBANO, 2001, p. 4).

Para o município de Nova Tebas, o principal desfecho de tal política de governo, foi que a mesma propiciou para os seus municípios, a criação e instalação das Vilas Rurais.

3.4.1 - O Governo de Roberto Requião e as Propostas para o Desenvolvimento Regional dos Pequenos Municípios da Região Central do Paraná

O governo de Roberto Requião no ano de 2003, lançou Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico. Eles apresentam o quadro estadual com os seu flagrantes desequilíbrios regionais, com população e renda concentradas em poucas regiões associadas a grandes cidades, sobretudo à capital metropolitana, com produção circunscrita à subsistência das famílias em grande parte do campo e com partes significativas do território paranaense com insignificante produtividade, reduzida acessibilidade e baixa renda.

Portanto, no cenário estadual, é proposto tal programa que objetiva promover um novo ciclo de desenvolvimento nas áreas de baixo dinamismo da região do centro-expandido, onde se localiza o município de Nova Tebas, com o intuito de incentivar a desconcentração na região leste, consolidar a evolução na região norte e estimular a dinamização da região oeste-sudoeste.

É de suma importância que para termos um estado inovado teremos que ter como principal alinhamento estratégico a inclusão cidadã dos paranaenses excluídos social, econômica e culturalmente do desenvolvimento estadual. No entanto ao lado da sustentabilidade ambiental, social e econômica, a articulação do Paraná parte de duas formulações complementares, visando, de um lado, à ampla acessibilidade e, de outro, à organização espacial.

Segundo o documento Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico para o Estado do Paraná, (2006) o cenário proposto objetiva promover um ciclo de desenvolvimento

nas áreas de baixo dinamismo da região do centro expandido do Paraná, região essa onde está inserida o município objeto de estudo. Os principais objetivos expostos neste documento para estes espaços são:

- Promoção do desenvolvimento rural e urbano com forte conteúdo tecnológico e uso intensivo de mão-de-obra;
- Apoio a pluriatividade de pequenas escalas;
- Reforço da identidade local;
- Transferência de conhecimento;
- Criação de linhas de crédito acessíveis;
- Incentivo à organização de grupos de produtores;
- Apoio decisivo á comercialização dos produtos locais;
- Estabelecimento de rede urbana hierarquizada;
- Distribuição estratégica de serviços públicos e equipamentos de atendimento social;
- Criação de rede articulada de ensino técnico e capacitação;
- Qualificação das famílias do campo;
- Articulação das ações de programas públicos;
- Criação de agropólo específico com centro de pesquisa avançada;
- Implantação de embrião de núcleo agroindustrial em assentamentos rurais e entorno de pequenos proprietários agrícolas;
- Desenvolvimento sustentável para áreas de corredores de biodiversidade, dentre outras.

Assim, presencia-se em tal recorte geográfico a intenção de trazer um novo dinamismo para os municípios como:

- Apoiar decisivamente a comercialização dos produtos locais e a emancipação dos produtores e da população;
- Estimular a pesquisa e organizar canais de comercialização e a intensificação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, do Ministério do Desenvolvimento-Pronaf.
- Consolidação do sistema estadual do turismo com promoção da integração multiescalar (internacional, nacional, estadual, regional e local).

Com esse esboço, percebemos que os objetivos das políticas do governo Roberto Requião foram ao encontro de um desenvolvimento socioeconômico mais igualitário, onde as

discrepâncias sociais e econômicas sejam minimizadas. No entanto, os seus resultados ainda precisam ser mensurados.

3.5 - INICIATIVAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO – LIMITES, ALCANCES E SIGNIFICADOS EM NOVA TEBAS

Observamos, de forma geral, que as políticas que vem sendo implantadas procuram contemplar numa perspectiva mais social, envolvem estratégias que assegurem a possibilidade de permanecer vivendo no município com atividades vinculadas ao campo, baseada em estratégias cooperativistas. Estes princípios fazem parte da denominada Economia Solidária.

A origem da economia solidária está na Primeira Revolução Industrial, como reação dos artesões expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor. Na passagem do século XVIII ao século XIX, surgem na Grã-Bretanha, as primeiras Uniões de Ofícios e as primeiras cooperativas. Com a fundação da cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (1844) o cooperativismo de consumo se consolida em grandes empreendimentos e se espalha primeiro pela Europa e depois pelos demais continentes. Contudo, Singer propõe que a economia solidária seja uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego:

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, á base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 2000, p. 148).

Assim vemos nascer de forma geral na sociedade, uma proposta de desenvolvimento endógeno, pautada nos moldes de economia solidária, que visa o desenvolvimento das pessoas que lá vivem com seus familiares e amigos.

Portanto, dentro desse cenário encontramos em Nova Tebas o caso dos produtores de maracujá orgânico, organizados numa entidade cooperativa que a partir de uma reunião inicial de onze produtores, esboçou a necessidade de tentar encontrar iniciativas para o desenvolvimento endógeno em Nova Tebas, especialmente no Distrito de Poema.

O grupo decidiu se unir a partir de uma reunião realizada em 13/05/2006, quando discutiu possíveis soluções para a situação de suas famílias que estavam em situação precária. Os produtores participantes decidiram pelo cultivo do maracujá azedo, devido ao clima, relevo e ausência de grandes plantações de soja na região, uma vez que o terreno é ondulado. O grupo enumera as vantagens que motivaram o cultivo do maracujá orgânico.

“Decidimos pelo cultivo do maracujá orgânico devido a quatro fatores importantes:

- 1°. Qualidade de vida do produtor e consumidor;
- 2°. Iniciar um trabalho de conscientização com relação á proteção do meio ambiente;
- 3°. Melhor preço do produto;
- 4°. Fazer de nosso município uma região orgânica”.⁶

Como foi demonstrado antes, o município está numa área em que as mudanças econômicas e sociais no município estão relacionadas as dificuldades de sobrevivência que encontram neste período, mais ainda do que nos anteriores, os pequenos produtores agrícolas e os trabalhadores rurais. Os indicadores sociais demonstram essa como uma região socialmente crítica. Além disso, a dinâmica demográfica do município de Nova Tebas, com intenso declínio, também está relacionada a este fato. Portanto, tanto a interpretação desta realidade, como as possibilidades que na perspectiva pragmática se apresentam para o município devem ser apresentadas considerando este contexto.

Parece-nos, também adequado, já que o município apresenta grande parte de sua população habitando a zona rural, que o desenvolvimento do cooperativismo e associativismo tanto no campo quanto na cidade pautados pelo paradigma da economia solidária será de suma importância para o desenvolvimento dessa localidade.

Como já afirmamos, a realidade regional e local, tratadas neste trabalho remetem, a reflexões sobre o desenvolvimento local. Desenvolvemos, na sequência, algumas reflexões gerais sobre este tema e, posteriormente, avaliamos os alcances e limites que resultam de estratégias da economia solidária como a dos produtores de maracujá orgânico.

3.5.1 - Desenvolvimento Local

⁶ Entrevista realizada no dia 30 de setembro de 2007, com uma produtora de maracujá orgânico do município de Nova Tebas – Pr.

Tema muito difundido na Espanha e, de forma geral, no continente europeu como um todo, o desenvolvimento local está relacionado a preocupações vinculadas especialmente a áreas que passam por declínio demográfico, desindustrialização, índices muito alto de desemprego e problemas sociais. Ainda que surgido em realidade que se diferencia em vários aspectos da brasileira, estas reflexões alcançaram em alguns anos as pautas acadêmicas e políticas brasileiras. Atualmente, pode ser considerado comum, o que não dispensa reflexões acerca do mesmo.

Podemos dizer que o termo desenvolvimento pressupõe mudança, ou transformação. No entanto, o mesmo não deve se tornar sinônimo de crescimento econômico, pois tal conceito deve estar voltado para as estruturas econômicas e sociais, levando em conta cada realidade. Para tanto, é preciso um processo de descentralização que transfira dos governos centrais para os governos locais a responsabilidade de gestão.

Quanto falamos em desenvolvimento local e sua prática, percebe-se que esta é muito recente, tendo sido iniciada, segundo alguns autores, no começo da década de 1990, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, não se pode dizer que anteriormente não se praticava em nosso país o desenvolvimento local. Para os defensores dessa tese de que todas as ações que são implementadas num determinado local e, que tenham por objetivo valorizar e melhorar materialmente a vida das pessoas são ações de desenvolvimento local e afirmam que essa prática já se faz presente há bastante tempo.

Até 1945, os municípios brasileiros não tinham importância política. Com a constituição de 1946, ganham autonomia perdida com o golpe militar de 1964. Nesse período, as políticas públicas de desenvolvimento em nosso país continuaram dentro da perspectiva de que o estado era o principal agente responsável pelo modelo da economia e as desigualdade regionais eram vistas como um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Já no período de 1950-1960, quando o país inicia o seu processo de industrialização de forma sistemática, a visão da classe política e de alguns estudiosos era de que o desenvolvimento só era possível através do planejamento de estado, realizado por tecnocratas., sendo o desenvolvimento pensado em termos globais e coordenado pelo poder central sem levar em conta os interesses particulares de grupos regionais ou locais.

Em contrapartida somente nos anos 1960-1970 é que algumas ações foram introduzidas com vistas a minimizar os efeitos dessas desigualdades, quando foram desencadeadas políticas de créditos e políticas fiscais.

Na década de 1980 foi introduzido conceitos de desenvolvimento, como o Desenvolvimento Local e com este novas formas de intervenção social. Esta nova perspectiva relativiza a autonomia do econômico em sociedades não industrializadas e em civilizações não ocidentais, valorizando o social e as pessoas, procurando dar-lhes protagonismo no processo de desenvolvimento. As pessoas e comunidades locais são o espaço prioritário para o desenvolvimento. Este torna-se um exercício de cidadania e resulta da participação e implicação das pessoas.

A partir dos anos 1990, a nível geral foram introduzidas mudanças sócio-políticas e culturais de forma a afetarem as formulações tradicionais sobre o desenvolvimento no mundo e no Brasil e que favoreceu uma mudança de mentalidade por parte da sociedade em geral.

O aparecimento e o avanço do desenvolvimento local obrigou a uma abordagem radical, pois encarrega-se e preocupa-se com o meio ambiente numa dupla perspectiva: primeiro, como sustentabilidade do desenvolvimento e, numa etapa posterior, como recurso a favor do próprio desenvolvimento.

3.5.1.1 Cooperativismo como fomento para o desenvolvimento local

É fato que o cooperativismo é de suma importância para o desenvolvimento de iniciativas locais, onde os principais atores sociais sejam aqueles excluídos do processo de globalização. Assim usando como pano de fundo a América Latina como foco de suas atenções Martinez (2003) ressalta que mesmo com uma relativa melhora de alguns indicadores macroeconômicos, sobre um modelo de desenvolvimento global baseado na acumulação, na industrialização e no consumo, é visível na sociedade latinoamericana uma deficiente redistribuição social. Entretanto a grande heterogeneidade interna passada por décadas anteriores, desde o período pós-guerra mundial que nos finais dos anos 1980, tais países latinoamericanos se caracterizavam por regimes autoritários com políticas intervencionistas, com forte presença do Estado.

Porém, em fins dos anos 1980, com o advento das democracias parlamentaristas e a globalização econômica, vários governos da América Latina começaram a impulsionar programas de modernização acompanhados de reformas institucionais, que em sua maior parte foram promovidos em sua maior parte por organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, como reação a planos anteriores tipo o DRI

(Desenvolvimento Rural Integrado). De acordo com Martinez (2003), o DRI teria uma ênfase exclusiva em zonas rurais e nos camponeses mais pobres que necessitavam de políticas macroeconômicas, porém o DRI resultou em um projeto improvisado e não sustentável. Um enfoque alternativo foi proposto por Organizações Não-Governamentais e o IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) e o BID. Portanto, o objetivo era desenvolver a escala microrregional, fortalecendo os governos locais e a organização da sociedade civil e de forma mais global e estratégica, vincular o desenvolvimento rural local com a descentralização administrativa.

Uma das formas mais salutares para o desenvolvimento de setores mais empobrecidos da sociedade, está relacionada as cooperativas, que segundo a Aliança Cooperativa Internacional, é uma associação autônoma de pessoas que se unem de forma voluntária para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum, mediante uma empresa conjunta de gestão democrática. No entanto, a distinção entre uma cooperativa social de outros modelos empresariais, se dá pelo critério de identidade e cooperação entre o grupo de pessoas participantes. É imperativo também que uma cooperativa ideal utiliza os excedentes necessários apenas para satisfação das necessidades de seus sócios.

Ainda segundo Martinez (2003, p. 272-273) a cooperativa apresenta características internas e externas que a levam ao seu próprio desenvolvimento. Assim, dentre as características internas que tornam diferente das demais podemos identificar os fluxos reais, fluxos financeiros e os fluxos informativo-decisivos.

Tais fluxos na visão desse autor, são importantes, pois com o fluxo real obtêm-se o aporte de serviços de forma coletiva, pois cada sócio procurará comprometer-se com a cooperativa; já com os fluxos financeiros os cooperados repartem equitativamente os benefícios, finalizando com os fluxos informativo-decisional; exercido com o poder mediante mecanismos democráticos para evitar que a cooperativa se desvie de seus objetivos.

No entanto, a participação interna não terá efeito algum, se não for completada mediante a participação externa. Essa visão externa consiste na articulação entre as cooperativas para o desenvolvimento social. Assim, através de federações, acordos não formalizados para acesso a formação e tecnologia, teremos a intercooperação, que é um dos princípios básicos do cooperativismo.

Portanto, através da cooperação as cooperativas tem sido a saída para os pobres dos países periféricos, assim tais cooperativas se tornam um notório agente de desenvolvimento

local. Uma vez que podemos entender o desenvolvimento local de diversas maneiras⁷, o cooperativismo se apropria dessas estratégias para fomentar o desenvolvimento. Assim, uma vez que as cooperativas são empresas com fins sociais, surgidas a partir de empreendedores e utilizam os recursos endógenos para satisfazer suas necessidades, as cooperativas promovem especialmente para os seus principais agentes, os sócios, a participação nos três fluxos empresariais básicos.

No entanto a articulação entre o cooperativismo e o desenvolvimento local se dá de forma mais cabal através da integração em redes mediante intercooperação. Essa intercooperação é feita a partir da interação entre os níveis locais, regionais, nacionais até a escala internacional para suprir as debilidades das unidades não atendidas. Assim a conformação de redes é importante para o desenvolvimento endógeno dos espaços em esvaziamento populacional.

Uma vez que as cooperativas são organizações autônomas, geridas pelos seus sócios, é impreterível a realização de projetos mistos entre cooperativas e outras instituições públicas e privadas para o seu desenvolvimento, bem como da realidade local inserida. Um bom exemplo, vem a ser a Cooperatvama que através dos seus cooperados da universidade, e do MDA através dos territórios da cidadania e do programa estadual de extensão universitária Universidade Sem Fronteiras tem conseguido êxito através da construção de uma fábrica de sucos no distrito de Poema, pertencente ao município de Nova Tebas- Pr.

É importante destacar que mesmo as cooperativas utilizando-se da capacidade endógena e a presença de mecanismos internos para a redistribuição social dos excedentes obtidos, tal pressuposto é importante para o desenvolvimento socioeconômico, traduzido em competitividade regional.

3.5.1.2 Desenvolvimento local a partir de empreendimentos econômicos solidários

A economia solidária tem como máximo expoente o economista Paul Singer que lança as bases no Brasil para tal paradigma, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos mais necessitados.

⁷ A dissertação de mestrado de Jorge Montenegro intitulado Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital nos mostra a diversidade de autores e seu entendimento sobre o desenvolvimento local e sua nomenclatura de variáveis.

Assim com o intuito de minimizar as disparidades sociais, surge um movimento de resistência, aparentemente, nascido das camadas dos que são excluídos do mercado de trabalho, com o objetivo de resgatar a dignidade desses cidadãos. (CULTI, 2002, p. 1):

Trata-se de uma rede de iniciativas que busca fazer frente à crise da vida social por meio da geração de novas formas de produção, trabalho e renda, a qual vem-se denominando Economia Solidária. Esta economia constitui-se em diversos ramos de pequenos empreendimentos, tais como cooperativas de trabalho e produção, associações de trabalhadores, empresas familiares etc.

O avanço tecnológico estabelecido pelo processo de globalização da economia traz como palavras de ordem a flexibilização, fragilização e desemprego que por sua vez, aumentam o contingente dos socialmente excluídos (CULTI, 2002, p. 1).

Quando analisamos a economia no modo de produção capitalista, percebemos que a mesma é muito eficiente na geração de riqueza, que por sua vez, gera também a pobreza, principalmente entre aqueles que não possuem o capital.

Assim, enquanto uma pequena parte da população é satisfeita por possuir o capital, uma grande parcela fica aquém do processo produtivo servindo apenas de mão de obra barata para os donos do capital. Com isso, parcela considerável da população vive com uma precária qualidade de vida. Entretanto, quando se analisa a economia solidária, Singer (2000) citado por Culti (2000) aponta que:

A economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimento sociais que reagem a crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (SINGER 2000 *apud* CULTI 2002).

De forma concomitante, é gerado nos meios acadêmicos, propostas de apoio, assessoria e acompanhamento a esses empreendimentos, que são traduzidos em redes, como a Rede de Itcps-Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares o rol de núcleos, e Incubadoras Empreendimentos Econômicos Solidários- da Rede Interuniversitária de Estudo e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), que têm se dedicado a incubação de EES.

Assim, justifica-se a atuação da universidade, principalmente a pública, como o compromisso da mesma para com a sociedade que a mantém, disponibilizando o seu saber técnico e científico à comunidade.

A Incubação nas palavras de Culti (2003, p. 2) é entendida como o acompanhamento

sistêmico a grupos de associados em formação ou cooperativas, tendo em vista o processo educativo e suporte técnico desses empreendimentos. Quando se trata dos objetivos que essas incubadoras exercem Guimarães *apud* Culti 2003, explicita que: “O objetivo inicial das incubadoras é organizar, formar e requalificar trabalhadores para possibilitar a entrada no mercado formal de trabalho seja através de empresas autogeridas ou cooperativas”. (CULTI, 2003 p. 2).

Já a autogestão é uma administração democrática onde os trabalhadores devem ter acesso á informação de tudo o que acontece na empresa para poder definir metas de produção, políticas de investimentos e modernização, política de pessoal etc.

A modernização conservadora e o modelo agrário-exportador implementado no norte paranaense nos faz crer que a partir de uma sólida formação educacional é que teremos base para diminuir as desigualdades tão nefastas que existe em nossa sociedade. A partir da construção de uma cidadania para todos, é que teremos consciência para repensar as aptidões municipais.

No entanto, é importante ressaltarmos a importância da gestão do território quando pensamos em desenvolvimento local. Gestão essa, baseada em três instâncias, quais sejam: o público, o privado e o estatal, que a partir de uma interdependência entre os mesmos poderiam melhorar a qualidade de vida da população dos municípios de pequena densidade populacional.

A economia solidária tem tudo a ver com o desenvolvimento local, porque ela se realiza a partir do capital social local e das potencialidades produtivas locais.

Se para o desenvolvimento é preciso desenvolver uma rede de inter-relações dos atores e forças locais, para a economia solidária os elementos também são os mesmos, acrescidos do espírito da cooperação e solidariedade que lhe são inerentes.

Nesse sentido, a economia solidária fortalece qualquer política de desenvolvimento local porque traz consigo um desenvolvimento endógeno, trazendo opções que poderão evitar o êxodo populacional para regiões de maior progresso e permitindo outros benefícios que serão consequências geradas espontaneamente pelo processo.

Entretanto, para fortalecimento desse modelo de desenvolvimento, é preciso que os empreendimentos econômicos solidários se fortaleçam mutuamente. Nesse campo é muito importante o processo de incubação, ou seja, a presença de incubadoras universitárias para orientar técnica e administrativamente esses empreendimentos e seus associados.

Assim, com a inter-relação entre as instâncias acima referidas, a autogestão será formada de maneira equânime entre os cooperados, visto que a autogestão é, antes de tudo, um movimento e uma forma organizacional de empreendimentos coletivos, em que se combinam a cooperação do conjunto dos trabalhadores diretamente envolvidos com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio em todas as suas dimensões.

Entretanto, para fortalecimento desse modelo de desenvolvimento, é preciso que os empreendimentos econômicos solidários se fortaleçam mutuamente. Nesse campo é muito importante o processo de incubação, ou seja, a presença de incubadoras universitárias para orientar técnica e administrativamente esses empreendimentos e seus associados.

3.5.1.3 - Unitrabalho e sua Importância Social

É de suma importância a atuação da Unitrabalho como implementadora de políticas sociais que auxiliam no desenvolvimento dos trabalhadores excluídos do processo de globalização.

Assim, a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho, constitui-se juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos que funciona em Rede Nacional, interligando mais de 60 universidades e instituições de ensino superior por meio dos Núcleos Locais e Incubadoras, organizados por regiões.

Sua criação no ano de 1996, expressa o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm para com os trabalhadores. A sua missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisa e capacitação. Contudo, do quadro de projetos permanentes executados por ela, constam os Programas de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e nele a Rede universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Especificamente, a Unitrabalho visa “garantir o acesso adequado e permanente pelos trabalhadores à produção científica acumulada no âmbito acadêmico” e internalizar nas instituições de ensino superior o debate sobre a dinâmica das relações de trabalho e dos movimentos sociais.

De acordo com o que foi exposto antes, na cidade de Maringá, existe o Núcleo/Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá, fundado em 29 de outubro de 1998, que tem realizado ao longo desses anos, pesquisa, extensão e estudos sobre

o mundo do trabalho e os movimentos sociais. Com o intuito de produzir e difundir conhecimento, apoiando as iniciativas locais, no processo de concretização de políticas de trabalho e sociais, a idéia é interagir a universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho.

Um dos trabalhos desenvolvidos pela Unitrabalho está relacionado ao projeto de extensão anteriormente mencionado quanto ao estímulo da produção de maracujá orgânico como uma saída econômica possível para um grupo de produtores. Tal saída econômica vincula-se a um produto saudável e a uma estratégia em que os resultados econômicos voltem-se de forma mais direta aos produtores.

3.5.2 A Economia Solidária: Aspectos Sociais, Econômicos e Políticos

Podendo ser considerada uma nova categoria teórica, a economia solidária vem sendo imposta nos últimos anos no debate da economia social e do trabalho no Brasil.

De acordo com Cruz (2004), a situação da discussão entre os economistas, é diferente daquela apresenta nas ciências sociais, nas quais sociólogos e antropólogos vêm se debruçando sobre o tema, explorando-o sob a perspectiva de suas disciplinas. Na visão dos sociólogos e antropólogos a economia solidária é um fenômeno social que circunda um fenômeno econômico. As suas análises vêm descrevendo a trama das relações que cercam iniciativas das mais variadas nuances: cooperativas tradicionais ou autogestionárias, empresas de co-gestão e autogestão, redes de trocas, associações de produção e comércio, crédito cooperativo, ações de apoio à economia popular (o chamado “Terceiro Setor”), enfim, uma gama estritamente variada de formas de organização e ações sociais que originam, no mais das vezes, organizações e ações de caráter econômico.

Porém, muitos economistas vêm sendo surpreendidos pelo tema. Esses pesquisadores em grande maioria, estão dispostos a discutir os temas da macroeconomia, tomando em consideração as ferramentas de ajuste e de ação de um poder institucional superior, como o Ministério da Fazenda ou um Banco Central. Ou para os pesquisadores da microeconomia, as formas e impactos específicos dos fenômenos econômicos a partir das bases convencionais das empresas capitalistas.

Assim é importante ter em mente que por trás de tal paradigma, é de suma importância definir os principais autores que estudam essa nova expressão da realidade e se de fato existe

realmente uma economia solidária. Será que ela é um fenômeno econômico ou uma espécie de movimento social ? Tais indagações são realizadas por Cruz e cremos também ser importante submeter tais indagações a nosso crivo, pois a partir do momento que analisamos, podemos compreender tal fenômeno como também ter uma nova conotação do que vem a ser a economia solidária.

Quanto aos teóricos que fundamentam epistemologicamente essa área disciplinar podemos citar Karl Marx que contribuiu com a economia Solidária ao destacar a importância do cooperativismo na construção de uma nova sociedade. Para Marx, as cooperativas foram a primeira ruptura na forma de produção capitalista.

Em sua análise sobre o papel do crédito na produção capitalista, Marx afirmou:

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da forma antiga, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. (O CAPITAL, vol III, cap. 27).

Na América Latina, vários autores vem defendendo a Economia Solidária ao longo das duas últimas décadas, pois estão diretamente ligados, tanto na teoria quanto na prática, as iniciativas desenvolvidas na América do Sul e especialmente no Brasil, onde existe a tentativa de melhorar a vida dos mais socialmente excluídos.

Dentre os autores de referência podemos citar: José Luís Coraggio da Argentina que trabalha a economia solidária sob a perspectiva de uma economia do trabalho, Luiz Razeto do Chile que enfatiza a necessidade das empresas alternativas como meio de minimizar as desigualdades sociais e Paul Singer do Brasil que nos seus trabalhos enfoca na necessidade da criação de um socialismo autogestionário como meio de melhorar a qualidade de vida dos menos afortunados.

É importante assinalar também que a Economia Solidária em suas iniciativas, possuem elementos sociais, econômicos e políticos que as diferenciam das formas convencionais de iniciativa empresarial e podem produzir, se alcançarem uma escala significativa, efeitos igualmente diferenciados sobre o conjunto da economia.

Portanto, partiremos da perspectiva das diferenciações sociais, econômicas e políticas que a diferem do modo de produção capitalista vigente na sociedade até chegar no recorte empírico sobre o desenvolvimento da economia solidária no Estado do Paraná e o

desenvolvimento de um empreendimento econômico solidário em um distrito administrativo chamado Poema, inserido no município de Nova Tebas Pr.

3.5.2.1 Economia Solidária e o vislumbrar da solidariedade como meio de inclusão social

Uma vez que a economia solidária, na visão de Razeto, é uma busca por uma nova estrutura de sociedade que seja capaz de constituir uma nova relação estrutural entre economia, política e cultura, a solidariedade é de suma importância, pois a mesma pressupõe uma dependência recíproca, onde todos possam ser beneficiados pelo comprometimento ético de trabalhar em prol do desenvolvimento econômico de seus pares.

De acordo com Razeto:

La economía de solidaridas rescata una concepción del hombre como persona libre abierta a la comunidad, sujeto de necesidades y aspiraciones de personalización en las dimensiones personal y comunitaria, corporal y espiritual de su naturaleza constituyente, capaz de actuar conforme a valores superiores, que no busca únicamente su utilidad individual sino que también ama a sus semejantes y se abre a sus necesidades, que se preocupa del bien común se proyecta a la trascendencia (RAZETO, 1997, p.24).

Pela perspectiva da economia solidária, o vínculo social estabelecido entre os cooperados não é apenas contratualmente definido e utilitarista como na sociedade capitalista tradicional. Este vínculo social se constrói cotidianamente por meio de relações mútuas de confiança que nascem entre os membros de um grupo, na sua comunidade, construindo gradualmente uma sensibilidade humana cada vez mais solidária e cooperativa.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações Economia Solidária (SIES), citado por Culti (2010), a solidariedade é considerada como um sentimento de responsabilidade para com a comunidade. A economia solidária segue essa lógica, por apresentar sensibilidade e preocupação com a melhoria das condições de vida de seus participantes, comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade.

No entanto percebe-se que as atividades de sobrevivência dos mais pobres reinventam relações comunitárias abrindo espaço para a solidariedade, sendo este um agente de transformação da realidade social para aqueles que estão a margem do desenvolvimento econômico.

Contudo, de acordo com o levantamento de dados para a realidade nacional, elaborado pelo SIES e composto por 72 questões, quando perguntado sobre os empreendimentos e a relação ou participação de movimentos sociais e populares no Paraná, de um total 808 empreendimentos, 426 empreendimentos participam de movimentos sociais e 382 empreendimentos não participavam de nenhum tipo de participação em movimentos sociais e populares.

Desses 426 empreendimentos, 197 atuam em movimentos comunitários, 147 em movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 107 pelo movimento ambientalista, 97 participam de movimento sindical urbano ou rural.

Portanto, percebemos que os empreendimentos econômicos solidários vêm as relações sociais de uma outra forma, não tão economicista como o capitalismo nos apresenta.

3.5.2.2 Aspectos Econômicos na Economia Solidária

A economia solidária, na visão de Lisboa (2003) conjuga de forma inovadora os dois sentidos do econômico: o substantivo e o instrumental, não se tratando apenas de um cruzamento de lógicas (da competição e da solidariedade) na reformatação da lógica mercantilista numa nova lógica econômica, construindo uma ponte entre o econômico e social, possibilitando uma reforma social, com o intuito de atingir mesmo que utopicamente uma sociedade mais justa.

Assim, para efetivamente se configurar uma outra economia não é suficiente apenas a organização autogestionária. A economia solidária não diz respeito somente à processos organizativos intra-econômicos, nem aponta somente para o Estado ou para processos políticos, em que pese estes serem fundamentais para a socioeconomia solidária. Esta é outra característica bem conhecida da economia solidária enquanto um movimento social: tratam-se de atividades que simultaneamente articulam tanto a luta política quanto a geração de renda, repondo a economia política negada pelos neoclássicos reformadores do capitalismo que impera na sociedade atual.

Enquanto na empresa capitalista, os empregados ganham salários desiguais, conforme uma escala que reproduz aproximadamente o valor de cada tipo de trabalho determinada pela oferta e demanda do mercado de trabalho, na empresa solidária de acordo com Singer (2002),

os sócios não recebem salário mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembleias, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas.

Portanto, de acordo com Culti (2010) os empreendimentos econômicos que compõem a economia solidária, são unidades coletivas formais ou informais constituídas que devem proporcionar excedente econômico com vistas à melhoria de vida dos trabalhadores de deles participam.

Uma vez que a viabilidade econômica pode ser focalizada no desenvolvimento local e regional de espaços deprimidos economicamente, novamente Culti (2010) nos diz que esses empreendimentos estão desempenhando um papel importante no caminho da sustentabilidade, como no caso da Cooperatvama no distrito de Poema Nova Tebas Pr. Assim:

O desenvolvimento local integra os recursos que existem no território, a cultura da comunidade e as instituições. A economia local se dinamiza e fortalece quando as pessoas e instituições interagem e o resultado é a criação de riqueza, a geração de trabalho e renda e a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida. O fluxo financeiro circula em grande medida no próprio território e volta a ser investido ali mesmo, gerando novas oportunidades de desenvolvimento. (CULTI, 2010, p.82).

Considerando que para o Estado do Paraná a grande maioria dos empreendimentos econômicos solidários estão localizadas em áreas urbanas, é imperativo que as áreas rurais também sejam dotadas de políticas de auxílio ao seu desenvolvimento.

3.5.2.3 Economia Solidária e Políticas Públicas

Desde as suas origens, no século XIX, o pensamento associativista e a prática cooperativista desenvolveram-se como alternativas tanto ao chamado individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado.

O associativismo como teoria social, é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado pautada nos princípios não-capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização políticas pluralistas que deram um papel central à sociedade civil.

Historicamente o Estado brasileiro não cumpriu sua função distributiva e não conduziu a economia nacional na direção da inclusão social. Até a década de 1970, acreditava-se que o desenvolvimento das forças produtivas e a industrialização iriam trazer naturalmente a redistribuição de renda e a incorporação dos homens ao mundo do assalariamento. A partir

da década de 1980, estava claro que era possível conjugar crescimento econômico e aumento das desigualdades sociais, era imperativo formular estratégias de desenvolvimento com inclusão social. Para essa finalidade a Constituição de 1988 preconizou a montagem de um complexo sistema de proteção e participação social que amadurece e se consolida.

No entanto diversas foram as dificuldades do Estado em promover tanto o desenvolvimento quanto a distribuição de renda e inclusão social. O poder público também teve uma baixa capacidade de gestão e condução de políticas que constantemente opta por descentralizar suas ações ou desresponsabilizando de suas atribuições, sem proporcionar parâmetros gerais para a convergência das múltiplas ações que fomenta ou financia.

Portanto, é nesse contexto que a economia solidária (ecosol) se desdobra. Com uma concepção autonomista, democrática e participativa, pode-se dizer que a Ecosol, desloca a idéia de emprego e a substitui pela de trabalho, relativizando a estrutura dos valores capitalistas e a gestão burocrática das políticas. Assim, a Ecosol desempenha a função de elo entre políticas públicas (Estado), comunidades e os mercados. Porém, é possível caracterizar dois tipos de interpretação, fortemente contrastantes, acerca do que é a economia solidária enquanto parte das políticas públicas.

Dentre as concepções políticas de economia solidária a interpretação denominada utilitarista aceita, implicitamente, que as políticas relacionadas à economia solidária são obrigações devidas ou pelo Estado contemporâneo a seus cidadãos ou pela sociedade civil organizada, ambos tratando de dinamizar empreendimentos que garantam renda ou trabalho.

Já a outra interpretação denominada solidarista (ou comunitarista) está mais de acordo com tudo o que se observa acerca dos princípios da economia solidária. Afirma que esta é um espaço de mediação entre Estado, mercado e a comunidade, não sendo um campo a serviço exclusivo de um ou de outro, mas que se nutre das energias dinâmicas de ambos, trilhando os caminhos para a autonomia. Portanto, sua função enquanto rede institucional não poderia identificá-la com políticas estatais de cunho compensatório, nem com a inclusão pelo assalariamento ou pelo mercado. A economia solidária teria como fundamento as iniciativas de base local e promoção comunitária do bem estar, sendo Estado e mercado, subsídios das dinâmicas comunitárias, como o empreendimento de Poema, a Coopertavama.

3.5.2.4 A Integração em Redes Solidárias

A grande novidade nos anos 1990 sobre as práticas de economia solidária, é de acordo com Mance (2000) a progressiva conscientização da importância da organização de redes para o sucesso de empreendimentos. A noção de rede coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva.

A rede de colaboração solidária integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização, onde todos se propõe a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria Rede para garantir trabalho e renda aos seus membros e para proteger o meio ambiente. Por outro lado, uma parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos e serviços na rede é reinvestido na própria rede para gerar mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, a fim de criar novos postos de trabalho e aumentar a oferta solidária de produtos e serviços.

Conforme Mance (2000), economicamente, o sucesso das redes pode ser considerado pela difusão do consumo e labor solidários. O consumo solidário significa selecionar os bens de consumo ou serviços que atendam nossas necessidades e desejos visando tanto realizar o nosso livre bem viver pessoal, quanto promover o bem viver dos trabalhadores que elaboram aquele produto ou serviço, como também manter o equilíbrio dos ecossistemas.

Para o desenvolvimento de tais redes, o clube de trocas solidárias funciona como um mecanismo de capitalização através da permuta de bens, serviços enfim, tudo que existe na economia formal. A genealidade está na forma do intercâmbio sócio-econômico, no mecanismo multi-recíproco utilizado para fazer as trocas, no qual um grupo de indivíduos se reúne para realizar trocas e para isso emite uma moeda, que somente tem valor e aceitação no grupo. Também é formada uma espécie de comissão que funciona como coordenadora do processo, fazendo o papel de banco central dessa moeda solidária. A coordenação é responsável pela emissão, distribuição, controle e escrituração da moeda. Quando uma pessoa adere um clube, ela recebe uma quantidade de moeda solidária o que equivale a uma quantidade de crédito obtido junto ao grupo. De posse dessa moeda pode transacionar dentro do grupo: comprar e vender. Logo, o clube de troca é um mecanismo de crédito e capitalização dos micros e pequenos empresários do setor formal e informal.

Portanto, a rede de trocas ou o clube de trocas, como também pode ser chamado, é uma organização que promove o intercâmbio de produtos e serviços entre as pessoas, onde se

privilegiam os valores humanos e sociais sobre a especulação e as condições materiais do capitalismo .

Desse modo, quanto mais essas redes crescem distribuindo renda com a justa remuneração do trabalho solidário, maiores são o conjunto por elas atendidas, gerando novas oportunidades de trabalho e ampliando ainda mais a distribuição de renda.

3.6. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO ESTADO DO PARANÁ

Para uma melhor exposição didática da espacialidade dos empreendimentos econômicos solidários no Paraná, a seção a seguir nos mostra a divisão através de quadros da quantidade de empreendimentos econômicos solidários, o município e a microrregião geográfica a que pertence.

Uma vez, que a quantidade de municípios com 1 e 2 empreendimentos é muito grande, fizemos um quadro com todos os municípios que apresentam 1 empreendimento e outro quadro com todos os municípios que apresentam dois empreendimentos. Os demais quadros estão com os intervalos de 3 a 5 empreendimentos; de 6 a 10 empreendimentos 11 a 14 empreendimentos; 15 a 30 empreendimentos e mais de 30 empreendimentos.

No Estado do Paraná, existem 40 municípios que apresentam um empreendimento econômico. As microrregiões geográficas de Paranavaí e Foz do Iguaçu, são aquelas que apresentam empreendimentos, conforme o quadro 2.

Número de Empreendimentos	Município	Microrregião a que pertence
1	Alto Paraná	Umuarama
1	Assis Chat	Toledo
1	Barracão	Francisco Beltrão
1	Cambará	Jacarezinho
1	Cianorte	Cianorte
1	Cidade Gaúcha	Cianorte
1	Conselheiro Mairinck	Ibaiti
1	Corumbataí do Sul	Campo Mourão
1	Cruzeiro do Oeste	Umuarama
1	Curiúva	Ibaiti
1	Fazenda Rio Grande	Curitiba
1	Fernandes Pinheiro	Prudentópolis

1	Grandes Rios	Ivaiporã
1	Honório Serpa	Palmas
1	Ibaiti	Ibaiti
1	Inácio Martins	Guarapuava
1	Laranjeiras do Sul	Guarapuava
1	Lidianópolis	Ivaiporã
1	Marialva	Maringá
1	Marquinho	Guarapuava
1	Matelândia	Foz do Iguaçu
1	Medianeira	Foz do Iguaçu
1	Paiçandú	Maringá
1	Palmital	Pitanga
1	Paranacy	Paranavaí
1	Paranavaí	Paranavaí
1	Quarto Centenário	Goioerê
1	Quatiguá	Wenceslau Brás
1	Rio Azul	Irati
1	Rio Bom	Faxinal
1	Santa Lúcia	Cascavel
1	Santa Mônica	Paranavaí
1	Santa Tereza do Oeste	Cascavel
1	Santa Terezinha de Itaipú	Foz do Iguaçu
1	São Miguel do Iguaçu	Foz do Iguaçu
1	Tamboara	Paranavaí
1	Teixeira Soares	Prudentópolis
1	União da Vitória	União da Vitória
1	Uraí	Assaí
1	Virmond	Guarapuava

Quadro 2: Municípios com 1 Empreendimento Econômico Solidário no Estado do Paraná

Fonte: Atlas Nacional de Economia Solidária

Org: Marcos Queiroz

Com relação aos municípios que apresentam 2 empreendimentos, as microrregiões de Francisco Beltrão e Capanema, localizados no sudoeste paranaense são aqueles que apresentam a maior quantidade de municípios que participam dessas microrregiões. A

microrregião de Guarapuava apresentou 2 municípios (Cândói e Cantagalo) que participam dessa microrregião geográfica. O quadro 3 nos mostra os municípios com 2 empreendimentos.

Número de Empreendimentos	Municípios	Microrregião a que pertence
2	Alto Paraná	Paranavaí
2	Ampere	Capanema
2	Bela Vista	Porecatu
2	Biturina	União da Vitória
2	Cândói	Guarapuava
2	Cantagalo	Guarapuava
2	Carambeí	Ponta Grossa
2	Carlópolis	Wenceslau Braz
2	Céu Azul	Foz do Iguaçu
2	Corbélia	Cascavel
2	Diamante D'Oeste	Toledo
2	Dois Vizinhos	Francisco Beltrão
2	Engenheiro Beltrão	Campo Mourão
2	Itapejara D'Oeste	Pato Branco
2	Itaperuçu	Curitiba
2	Mallet	Irati
2	Mandaguaçu	Astorga
2	Marmeleiro	Francisco Beltrão
2	Moreira Sales	Goioerê
2	Ortigueira	Telêmaco Borba
2	Palmeira	Ponta Grossa
2	Pérola D'Oeste	Capanema
2	Pranchita	Capanema
2	Realeza	Capanema
2	Renascença	Francisco Beltrão
2	Ribeirão Claro	Jacarezinho
2	Salgado Filho	Francisco Beltrão
2	Santo Antonio do Sudoeste	Francisco Beltrão
2	Santo Inácio	Astorga
2	São João	Pato Branco
2	Sengês	Jaguariaíva
2	Wenceslau Braz	Wenceslau Braz

Quadro 3: Municípios com 2 Empreendimento Econômico Solidário no Estado do Paraná

Fonte: Atlas Nacional de Economia Solidária

Org: Marcos Queiroz

Por sua vez, com 3 empreendimentos, a microrregião de Toledo (municípios de Pato Bragado e Santa Helena) é a microrregião que se destaca. Já com 4 empreendimentos a microrregião de Curitiba (municípios de Almirante Tamandaré e Pinhais) e a microrregião de Toledo (municípios Quatro Pontes e Toledo) são aquelas que apresentam maior quantidade de empreendimentos

solidários. A microrregião de Cascavel apresentou a maior quantidade de municípios com 5 empreendimentos (Catanduvás, Diamante do Sul e Lindoeste), conforme mostra o (Quadro4).

Número de Empreendimentos	Municípios	Microrregião a que pertence
3	Adrianópolis	Cerro Azul
3	Apucarana	Apucarana
3	Castro	Ponta Grossa
3	Cruz Machado	União da Vitória
3	Ivaiporã	Ivaiporã
3	Jacarezinho	Jacarezinho
3	Mandirituba	Curitiba
3	Missal	Foz do Iguaçu
3	Pato Bragado	Toledo
3	Reserva	Telêmaco Borba
3	Santa Helena	Toledo
3	São Jorge D' Oeste	Francisco Beltrão
4	Almirante Tamandaré	Curitiba
4	Antonio Olinto	São Mateus do Sul
4	Campo Mourão	Campo Mourão
4	Doutor Ulysses	Cerro Azul
4	Pinhais	Curitiba
4	Pinhão	Guarapuava
4	Quatro Pontes	Toledo
4	Santa Maria do Oeste	Pitanga
4	Sarandi	Maringá
4	Toledo	Toledo
5	Campo do Tenente	Rio Negro
5	Catanduvás	Cascavel
5	Diamante do Sul	Cascavel
5	Irati	Irati
5	Lindoeste	Cascavel
5	Matinhos	Paranaguá
5	Salto do Lontra	Francisco Beltrão
5	São José dos Pinhais	Curitiba
5	Umuarama	Umuarama
5	Vera Cruz do Sul	Foz do Iguaçu

Quadro 4: Municípios com 3, 4 e 5 Empreendimento Econômico Solidário no Estado do Paraná

Fonte: Atlas Nacional de Economia Solidária

Org: Marcos Queiroz

A classe de 6 a 10 empreendimentos apresentou uma diversificação de empreendimentos muito grande. Com 6 empreendimentos podemos citar a microrregião de Curitiba (cidade de Cerro Azul) e o sudoeste do Paraná com a microrregião de Pato Branco (município de Chopinzinho) e Francisco Beltrão (município de Verê). No estrato de 7

empreendimentos, a microrregião de Cascavel se sobressaiu (municípios de Guaraniaçu e Três Barras do Paraná).

Com 8 empreendimentos o litoral paranaense com a microrregião de Paranaguá (município de Antonina) e o sudoeste paranaense com a microrregião de Pato Branco (município de Coronel Vivida), Francisco Beltrão (município de Nova Prata do Iguaçu) e Capanema (município de Planalto) também se destacaram. As microrregiões com 9 empreendimentos estão nas microrregiões de Curitiba (município de Araucária), Cascavel (município de Cascavel) e Paranaguá (município de Guaratuba). Abrangendo 10 empreendimentos temos microrregião de Lapa (município de Lapa) e microrregião de São Mateus do Sul (município de São Mateus do Sul), conforme percebemos pelo Quadro 5.

Número de Empreendimentos	Município	Microrregião a que pertence
6	Cerro Azul	Curitiba
6	Chopinzinho	Pato Branco
6	Palotina	Toledo
6	Tibagi	Telêmaco Borba
6	Verê	Francisco Beltrão
6	Xambrê	Umuarama
7	Guaraniaçu	Cascavel
7	Guarapuava	Guarapuava
7	Pontal do Paraná	Paranaguá
7	Porto Amazonas	Lapa
7	Três Barras do Paraná	Cascavel
8	Antonina	Paranaguá
8	Coronel Vivida	Pato Branco
8	Goioerê	Goioerê
8	Nova Prata do Iguaçu	Francisco Beltrão
8	Planalto	Capanema
8	Turvo	Guarapuava
9	Araucária	Curitiba
9	Cascavel	Cascavel
9	Guaratuba	Paranaguá
10	Lapa	Lapa
10	Maringá	Maringá
10	Paranaguá	Paranaguá
10	São Mateus do Sul	São Mateus do Sul

Quadro 5: Municípios com 6, 7, 8, 9 e 10 Empreendimento Econômico Solidário no Estado do Paraná
 Fonte: Atlas Nacional de Economia Solidária
 Org: Marcos Queiroz

A classe de 11 a 14 empreendimentos solidários está polarizada pela região metropolitana de Curitiba (municípios de Campina Grande do Sul e Rio Branco do Sul, cada

um com 12 empreendimentos) e pelo sudoeste paranaense, com as microrregiões de Francisco Beltrão (município de Cruzeiro do Iguaçu com 12 empreendimentos e Francisco Beltrão 14 empreendimentos), visualizados no (Quadro 6).

Número de Empreendimentos	Município	Microrregião a que pertence
11	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
11	Ponta Grossa	Ponta Grossa
12	Campina Grande do Sul	Curitiba
12	Cruzeiro do Iguaçu	Francisco Beltrão
12	Rio Branco do Sul	Curitiba
13	Capanema	Capanema
14	Francisco Beltrão	Francisco Beltrão

Quadro 6: Municípios com 11, 12, 13 e 14 Empreendimento Econômico Solidário no Estado do Paraná

Fonte: Atlas Nacional de Economia Solidária

Org: Marcos Queiroz

O litoral paranaense capitaneado pela microrregião de Paranaguá apresenta o maior número de empreendimentos nesse intervalo de classe(municípios de Guaraqueçaba com 27 empreendimentos e Morretes com 30 empreendimentos) (Quadro 7).

Número de Empreendimentos	Município	Microrregião a que pertence
15	São João do Triunfo	São Mateus do Sul
16	Colombo	Curitiba
17	Santa Izabel do Oeste	Capanema
27	Guaraqueçaba	Paranaguá
30	Morretes	Paranaguá

Quadro 7: Municípios com 15, 16, 17, 27 e 30 Empreendimento Econômico Solidário no Estado do Paraná

Fonte: Atlas Nacional de Economia Solidária

Org: Marcos Queiroz

Finalmente, a região metropolitana de Curitiba (município de Piraquara 32 empreendimentos e a capital com 91 empreendimentos) são os que mais apresentam a inserção de empreendimentos solidários (Quadro 8).

Número de Empreendimentos	Município	Microrregião a que pertence
32	Piraquara	Curitiba
79	Londrina	Londrina

91	Curitiba	Curitiba
----	----------	----------

Quadro 8 Municípios com 32, 79 e 91 Empreendimento Econômico Solidário no Estado do Paraná

Fonte: Atlas Nacional de Economia Solidária

Org: Marcos Queiroz

De acordo com a espacialização dos empreendimentos econômicos solidários representado na figura 4, percebemos que as regiões que mais concentram empreendimentos econômicos solidários são por ordem de maior concentração: a região leste, polarizada pela capital Curitiba e municípios metropolitanos tais como Piraquara e Colombo, o norte central capitaneado por Londrina e Maringá e o sudoeste paranaense com uma grande concentração de empreendimentos localizados nos municípios de Francisco Beltrão e Capanema.

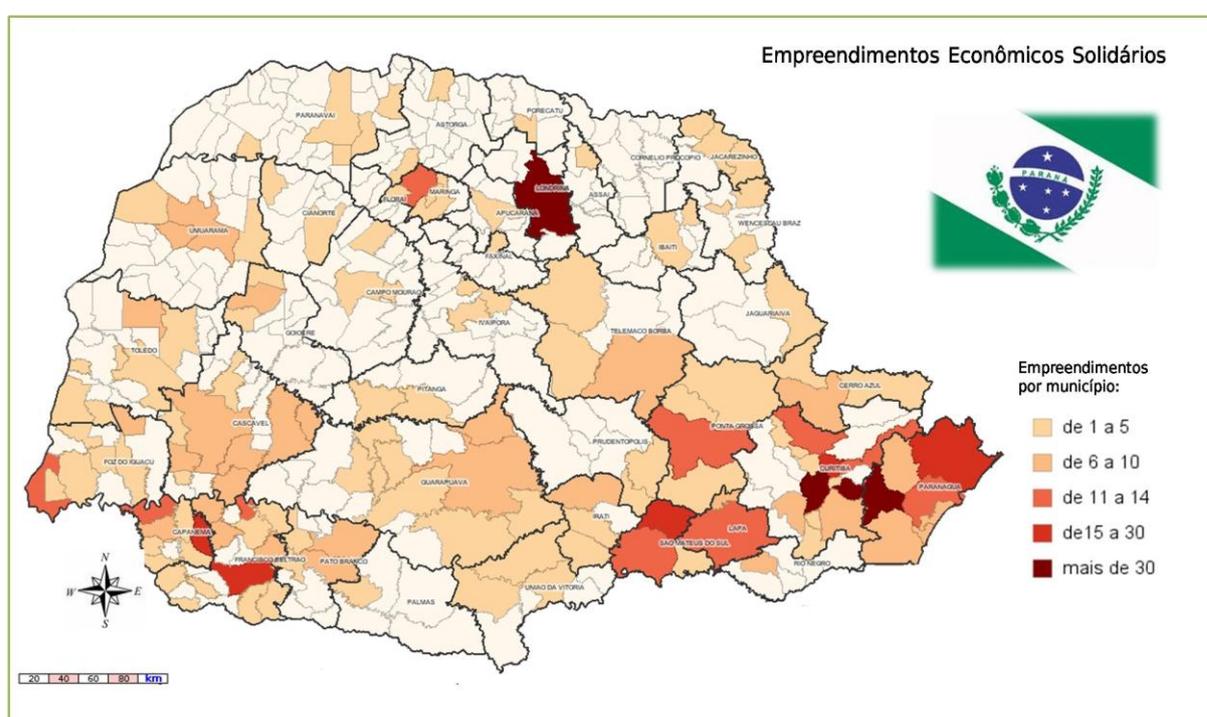


Figura 4: Localização Geográfica dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado do Paraná a partir de Microrregiões Geográficas.

Org: Marcos Queiroz

3.6.1 - Produtores Familiares de Maracujá Orgânico: Distrito Administrativo de Poema - Nova Tebas- PR

Apresentamos na seqüência, entrevistas resultantes de intervenções da Unitrabalho e que mostram o perfil socioeconômico dos produtores de maracujá orgânico do distrito administrativo de Poema, localizado no município de Nova Tebas.

Esse mesmo município apresenta-se na condição de 1 a5 empreendimentos.

Dessa forma, podemos observar e entender melhor como vive este segmento social, carente das políticas mencionadas em espaços socialmente críticos como o município de Nova Tebas, na Região Central do Paraná.

Iniciamos com a apresentação da escolaridade dos produtores de maracujá orgânico do município de Nova Tebas. Por meio desses dados podemos inferir um diagnóstico sobre a realidade que tais agricultores estão inseridos (Gráfico 7).

De acordo com as entrevistas realizadas pela equipe da Unitrabalho no ano de 2008, podemos perceber que grande parte dos mesmos não tem um elevado grau de escolaridade como podemos perceber pelo gráfico sobre a escolaridade dos produtores.

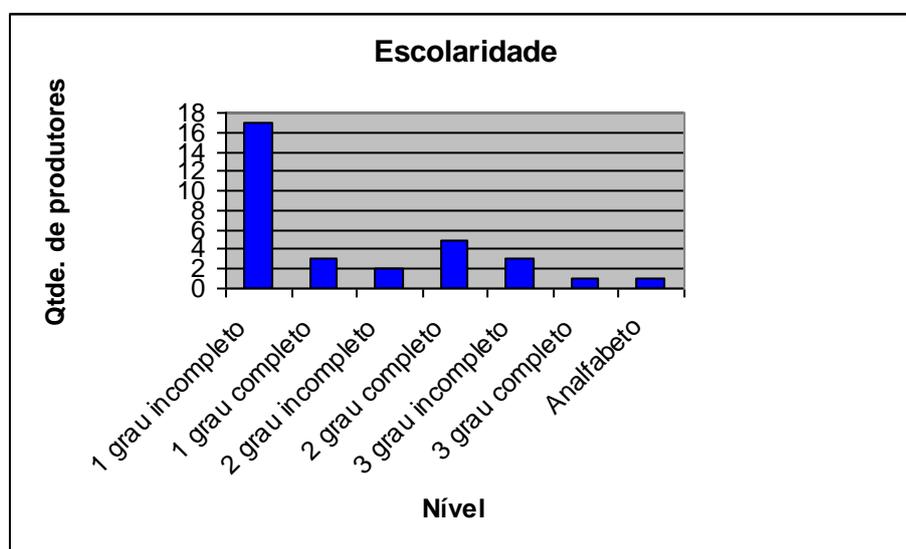


Gráfico 7: Escolaridade dos Produtores
 Fonte: Unitrabalho 2008
 Org: Marcos Queiroz

De um total de 32 produtores entrevistados 50% possuía o primeiro grau incompleto.

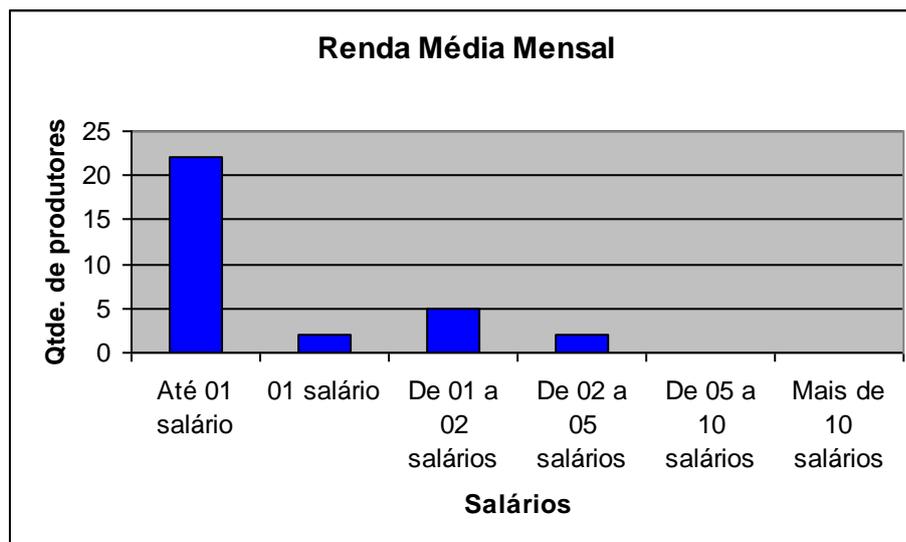


Gráfico 8: Renda Média Mensal dos Produtores

Fonte: Unitrabalho 2008

Org: Marcos Queiroz

Um outro requisito utilizado foi à renda mensal dos agricultores, para saber realmente se eram descapitalizados (Gráfico 8). As entrevistas nos mostraram que grande parte desses produtores recebem até um salário mínimo. Trata-se, portanto, de um grupo com renda baixíssima .

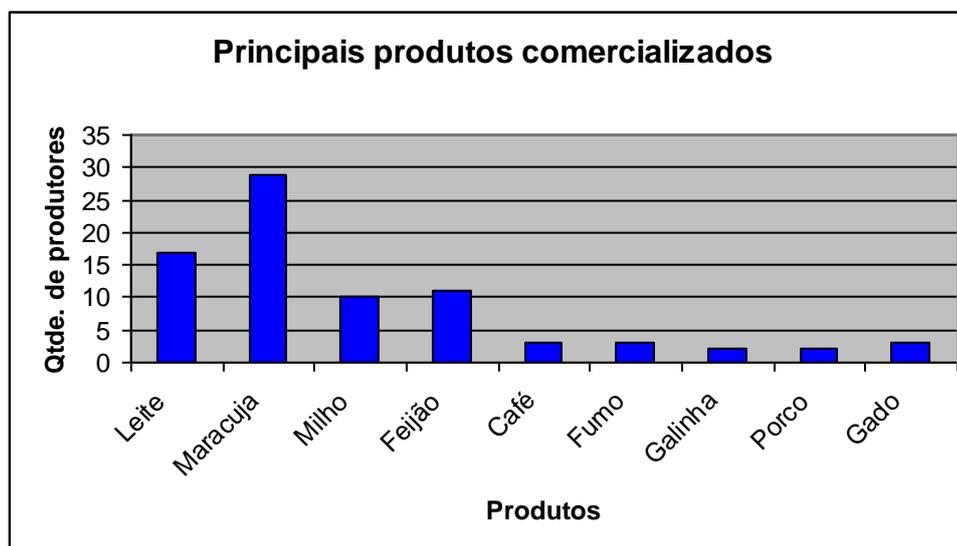


Gráfico 9: Principais Produtos Comercializados

Fonte: Unitrabalho 2008

Org: Marcos Queiroz

Uma vez que estamos falando de pequenos produtores, outra pergunta importante foi no sentido de saber quais os principais produtos comercializados pelos agricultores. O Gráfico 9 revela que o maracujá e o leite foram os mais citados, ficando o milho e o feijão cultivos mais produzidos no município em quarto lugar.

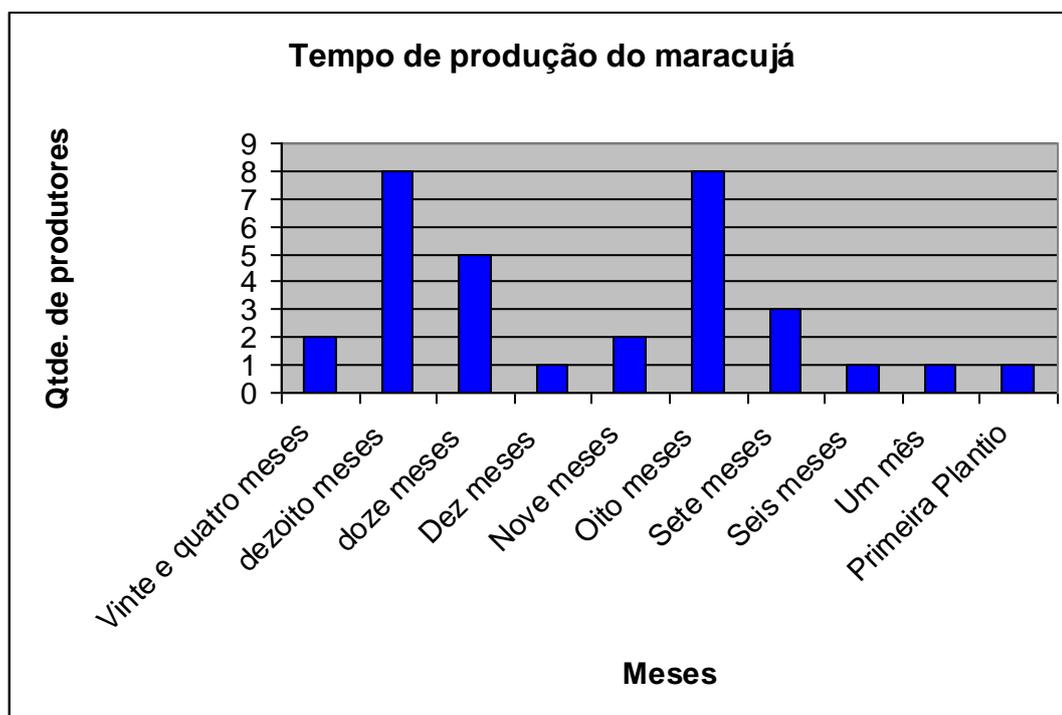


Gráfico 10: Tempo de Produção do Maracujá
Fonte: Unitrabalho 2008

Quanto à temporalidade da produção dos maracujazeiros na época, expresso pelo Gráfico 10, percebe-se que havia aqueles que produziam há mais de vinte e quatro meses e aqueles que estavam iniciando o processo de produção dos mesmos.

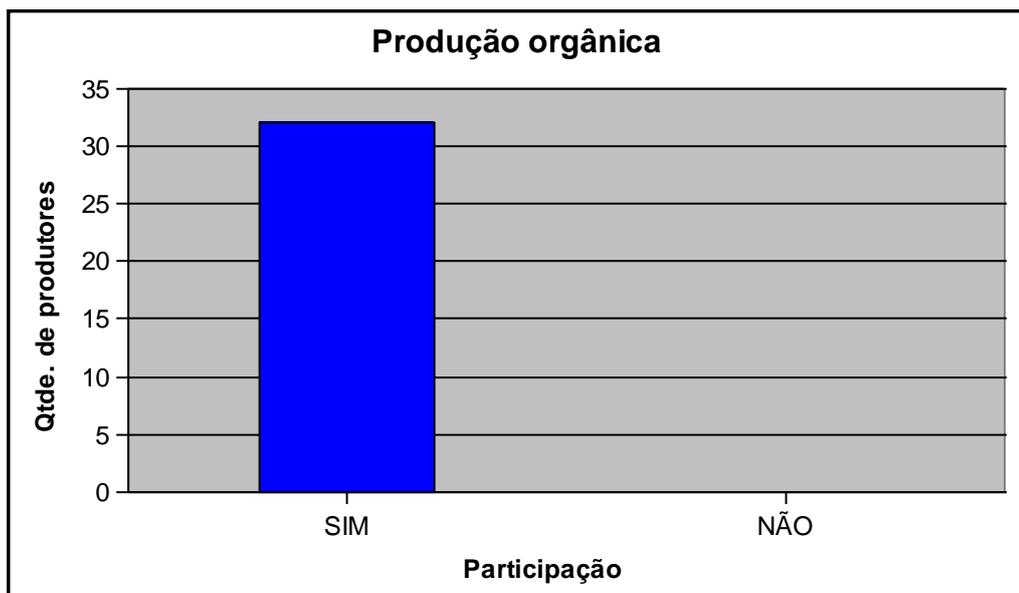


Gráfico 11: Produção Orgânico do Maracujá
Fonte: Unitrabalho 2008

Quanto ao quesito produção orgânica, todos os produtores de maracujá, o Gráfico 11 nos visualiza que os produtores haviam feito curso sobre como cultivar os maracujazeiros em uma produção orgânica, sem o uso de adubos químicos. Isso ajudou muito na atuação da equipe, pois todos os produtores já sabiam como trabalhar na produção orgânica.

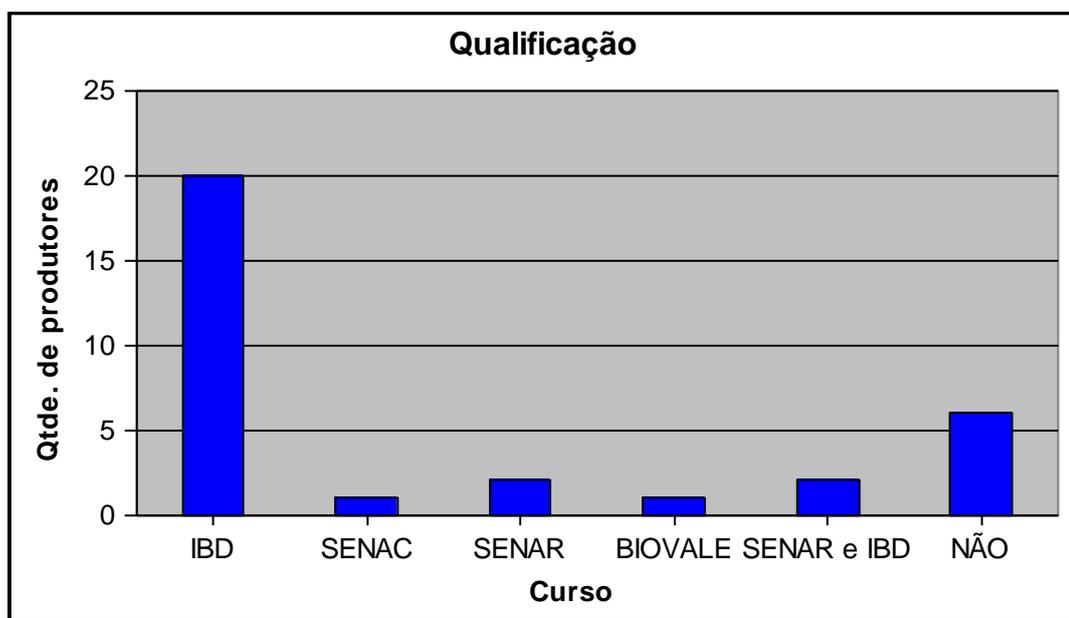


Gráfico 12: Institutos de Qualificação para a Certificação da Produção Orgânica
Fonte: Unitrabalho 2008

O Gráfico 12 ressalta que o IBD - Associação de Certificação Instituto Biodinâmico é uma organização que desenvolve atividades de certificação de produtos orgânicos e biodinâmicos. Foi instituída em 1991, desmembrando-se do então Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural. A produção orgânica certificada pelo IBD inclui projetos agrícolas, produção de insumos, industrialização de alimentos, pecuária de corte, piscicultura, silvicultura, entre outros.

Atualmente, estão associados ao IBD cerca de 700 projetos certificados e/ou em processo de certificação abrangendo todas as regiões do país e alguns países da América Latina, representando um universo de mais de 4.500 produtores e 300 mil hectares. Entre seus clientes figuram tanto grandes produtores e exportadores de produtos agrícolas quanto um número cada vez maior de médios e pequenos agricultores, algumas comunidades indígenas e um quilombo. Na realidade em análise, 58% dos produtores tinham certificação de tal instituto.

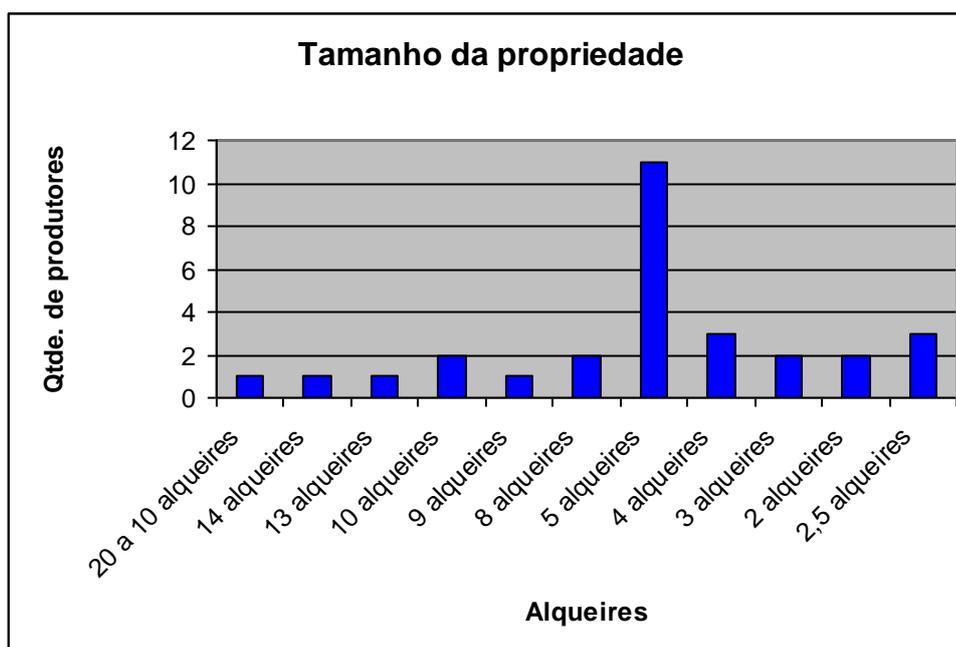


Gráfico 13: Tamanho de Propriedade
Fonte: Unitrabalho 2008

Quanto ao tamanho da propriedade de tais produtores, através do Gráfico 13 percebe-se que 38% dos mesmos apresentam cinco alqueires destinados a produção do maracujá orgânico. Porém, grande parte dos pequenos produtores de maracujá, apresentam como maior área de produção entre quatro alqueires e dois alqueires e meio. Trata-se, claramente, de uma

alternativa para pequenos estabelecimentos agropecuários. Ressalta-se, nesse caso, o papel social dessa iniciativa.

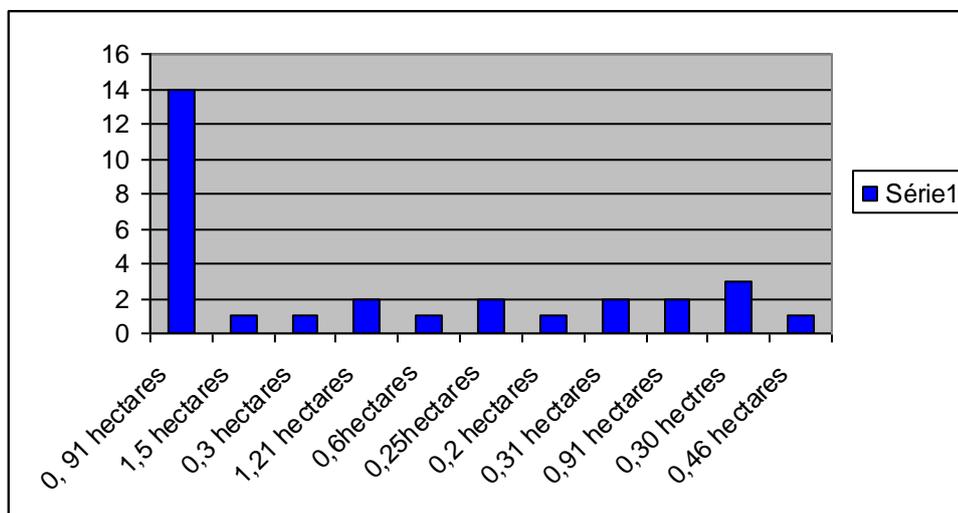


Gráfico 14: Hectares Direcionados à Plantação de Maracujá
Fonte: Unitrabalho 2008

De acordo com o Gráfico 14, os produtores de maracujá orgânico do distrito de Poema apresentam em sua maioria, até 0,91 hectares para o cultivo e produção do maracujá orgânico. Contudo, acreditamos que grande parte dos seus esforços em produzir tal fruto os auxiliará a trazer um maior desenvolvimento para a área destinada a essa iniciativa econômica.

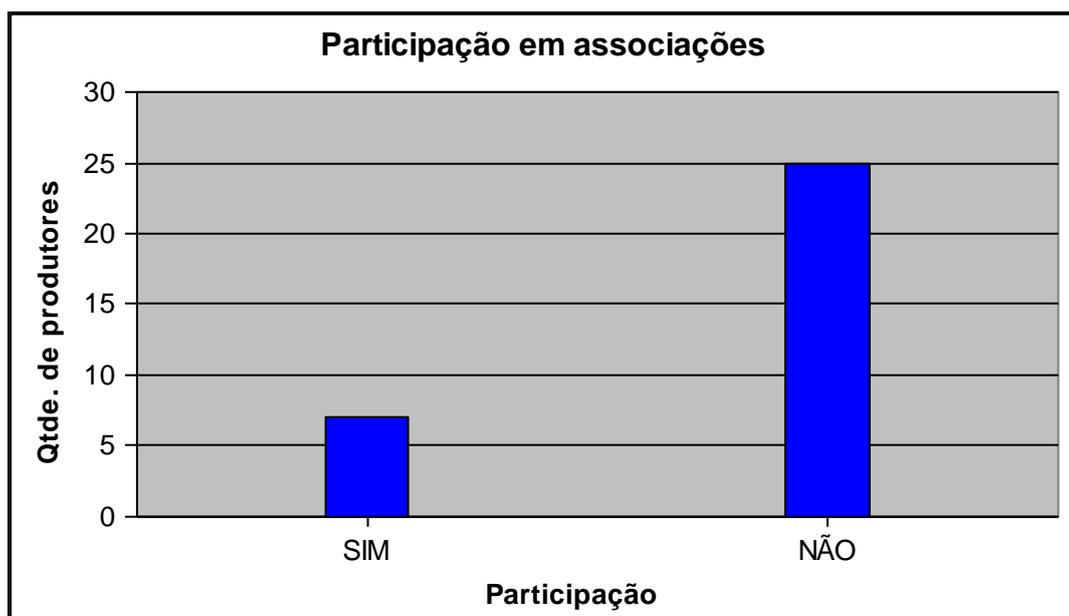


Gráfico 15: Número de Participação em Associações
Fonte: Unitrabalho 2008

Quanto a participação em associações, expressa no Gráfico 15, visualiza-se que 25 dos entrevistados disseram não ter participado de nenhum tipo de associação ou cooperativa. Mais uma vez a incubadora foi de suma importância para a explanação do que vem a ser uma cooperativa ou associação bem como a importância dos associados se conhecerem melhor para o desenvolvimento de um trabalho mais consistente e coeso entre os cooperados.

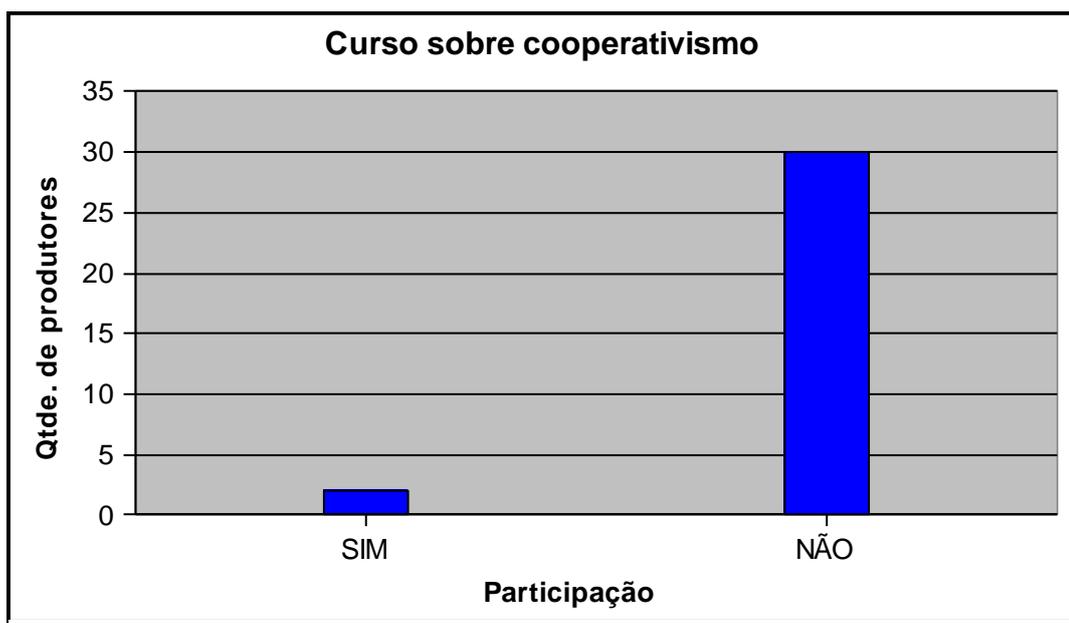


Gráfico 16: Curso sobre Cooperativismo Realizado
Fonte: Unitrabalho 2008

É muito importante o conhecimento sobre o que vem a ser o cooperativismo e as formas de se trabalhar em cooperativas. Com o Gráfico 16, percebemos que grande parte dos produtores não tinham sequer realizado um curso de cooperativismo. Dentre os motivos podemos citar a falta de oportunidade para fazê-lo, bem como poucas pessoas engajadas no estudo e na pesquisa sobre o cooperativismo.

A segunda fase de entrevistas realizadas em 2010, dizem respeito à organização dos produtores na cooperativa que por sua vez, produziu os quadros que se seguem.

A primeira pergunta dizia respeito à quanto tempo os moradores já faziam parte de tal comunidade. A resposta mais freqüente foi aquela, em que os produtores afirmavam o fato de ter sempre residido no município (Gráfico 17).

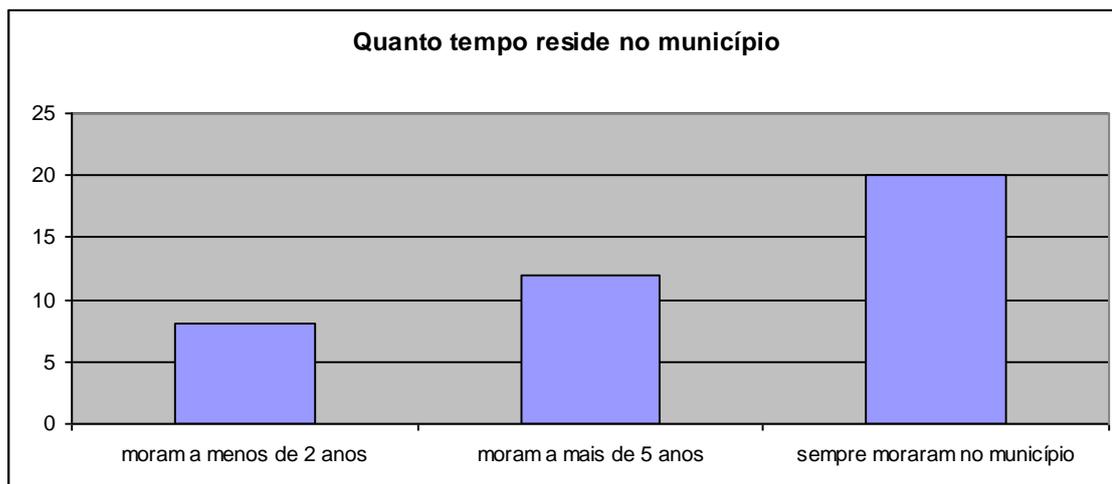


Gráfico 17: Quanto Tempo Reside no Município
 Fonte: Entrevistas de Campo 2010

Quanto a sua mobilidade, ou para onde os produtores de maracujá se deslocavam para fazer suas compras, obviamente a resposta mais condizente com a realidade, foi aquela onde os mesmos iam para a sede do município (Gráfico 18).

Estas respostas reiteram a importância deste centro urbano para a população local, ainda que em crise e aparentemente insignificante.

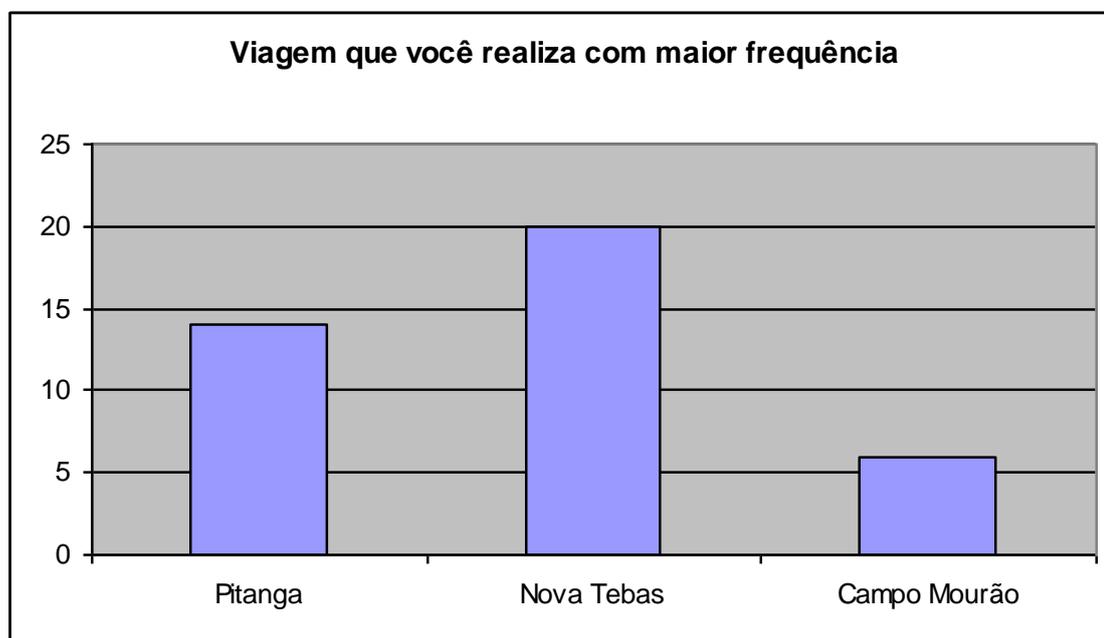


Gráfico 18: Viagem com Maior Frequência.
 Fonte: Entrevistas de Campo 2010

Outra pergunta que foi feita aos produtores, e essa foi de ordem mais social. Perguntamos do que sentiria saudades se tivesse que partir do município, particularmente do distrito de Poema, e a resposta mais ouvida, foi a que seria o sossego que o município proporciona. Estas respostas mostram qualidades locais e o peso que o enraizamento social tem na vida das pessoas.

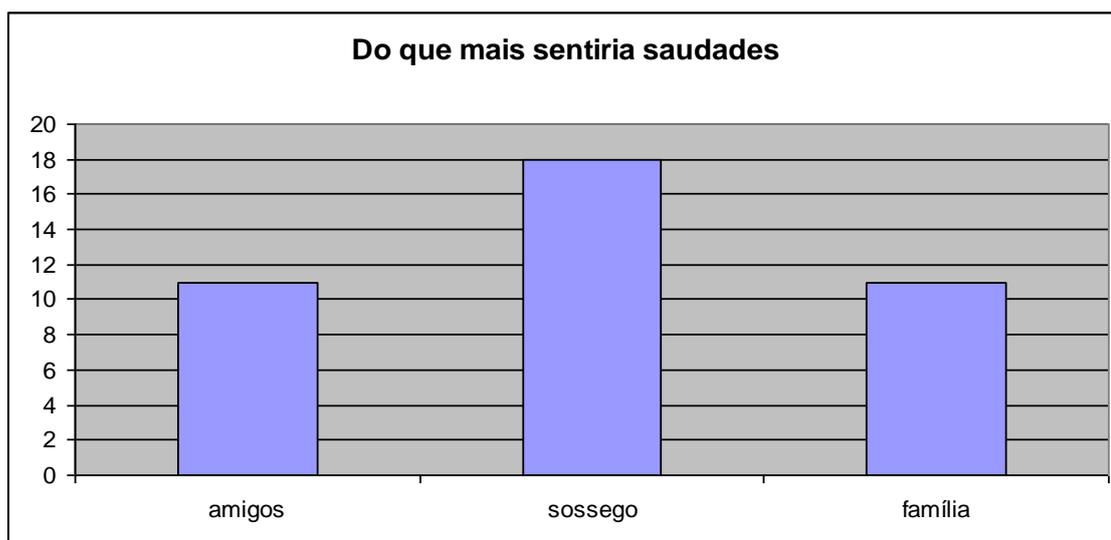


Gráfico 19: Do Que Mais Sentiria Saudades
Fonte: Entrevistas de Campo 2010

O Gráfico 19 expressa outros ganhos trazidos pela sociabilidade local pela presença da cooperativa, como aprender a ser solidário, dentre outros.

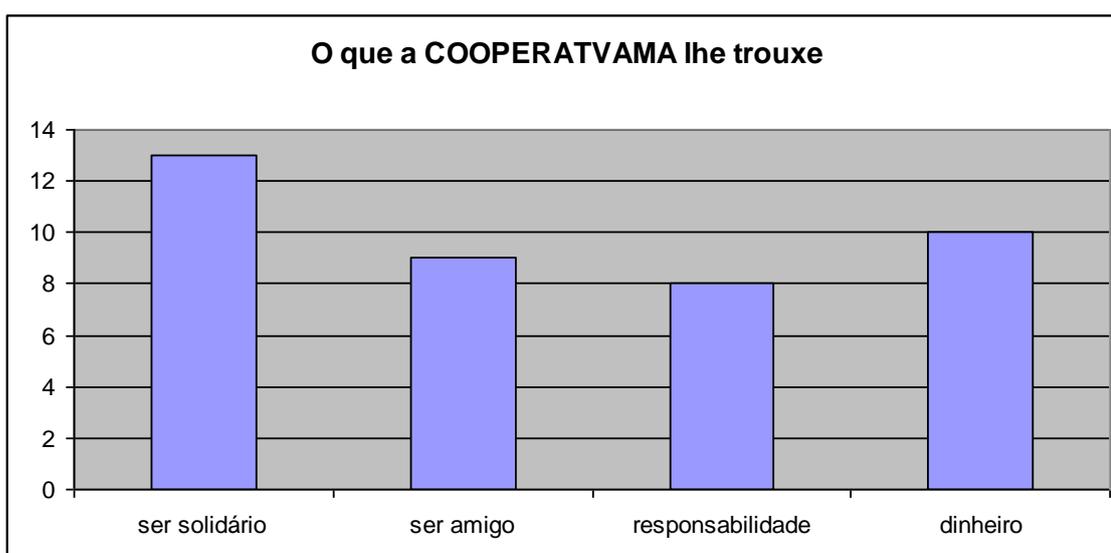


Gráfico 20: O Que a Cooperativa Lhe Trouxe

Fonte: Entrevistas de Campo 2010

A pergunta relacionada a quem é a personalidade mais importante na localidade em análise, é importante pois a partir dela poderemos apreender como o espaço político está representado e quais são as forças políticas que existem lá. Assim a produtora Lucy, foi aquele que recebeu mais votos por ser a pessoa que desde o início da cooperativa, foi aquela que mais se empenhou para o desenvolvimento da cooperativa. Portanto, ao menos para esse grupo seria a liderança local que se destaca (Gráfico 21).

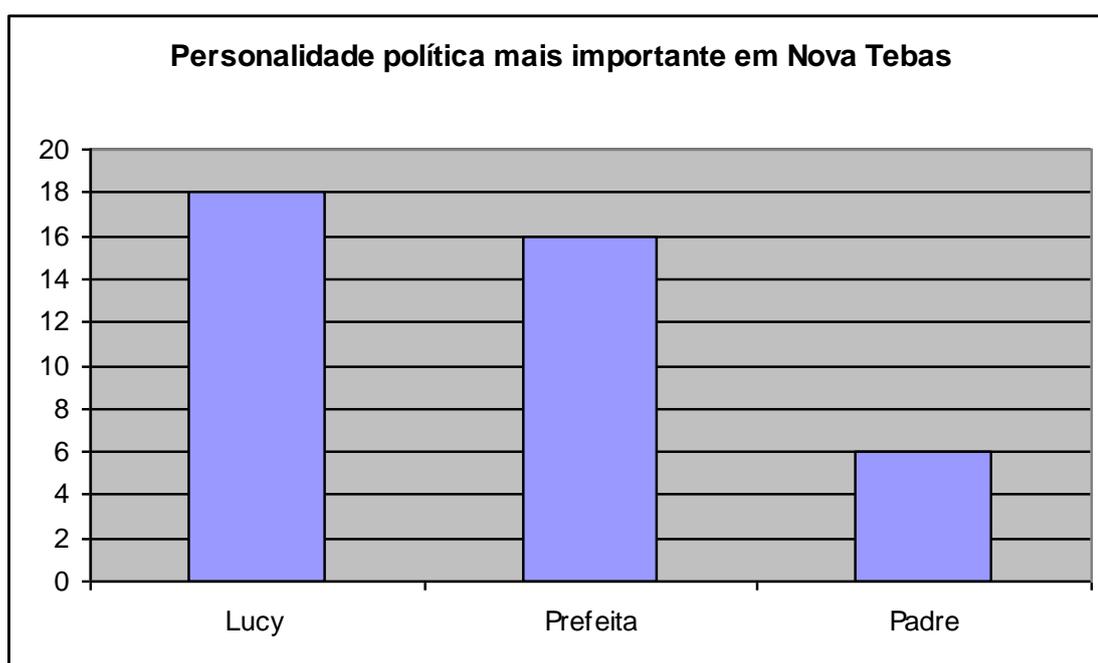


Gráfico 21: Personalidade Política mais Importante
Fonte: Entrevistas de Campo 2010

No quesito sobre a instituição mais importante, a grande maioria dos entrevistados, respondeu que é a família a instituição mais importante. (Gráfico 22).

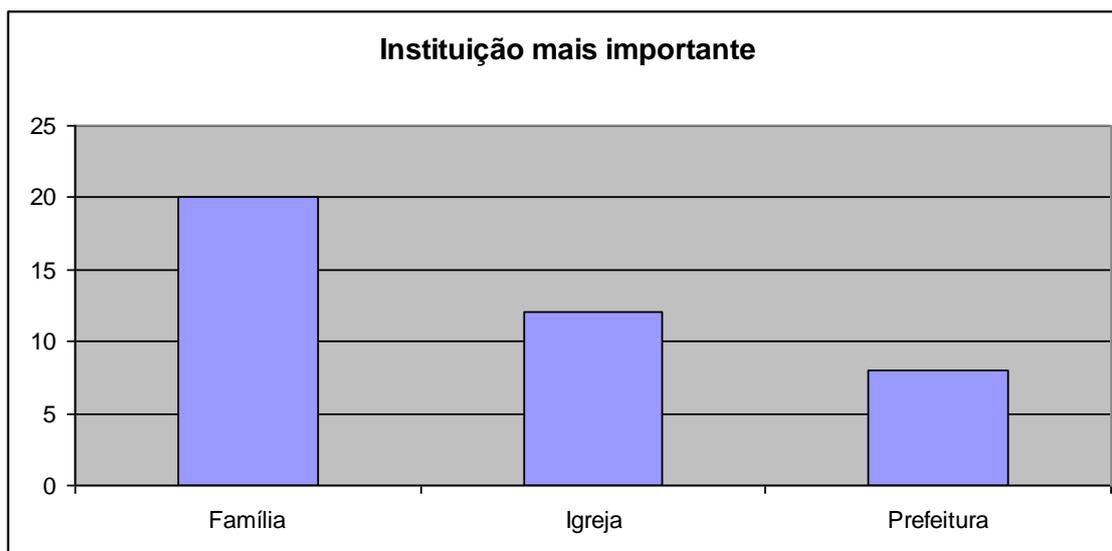


Gráfico 22: Instituição mais Importante
Fonte: Entrevistas de Campo 2010

Outra pergunta de cunho social, diz respeito ao fato de querer saber o que mais atrai, ou o que existe no distrito de Poema e Nova Tebas, que não existe em outro local. Mesmo sendo um lugar pequeno, as pessoas que lá habitam, tem na honestidade das pessoas, uma relação social muito forte. Assim, a tranquilidade e a natureza em estado menos tocado do que em outras regiões, faz com que Nova Tebas seja considerada como um lugar bom de se viver (Gráfico 23).

Com estas perguntas, constatamos nas relações sociais locais, atributos que já foram sinalizados em cidades com pequenos centros urbanos, quanto à sociabilidade e a vida política local.

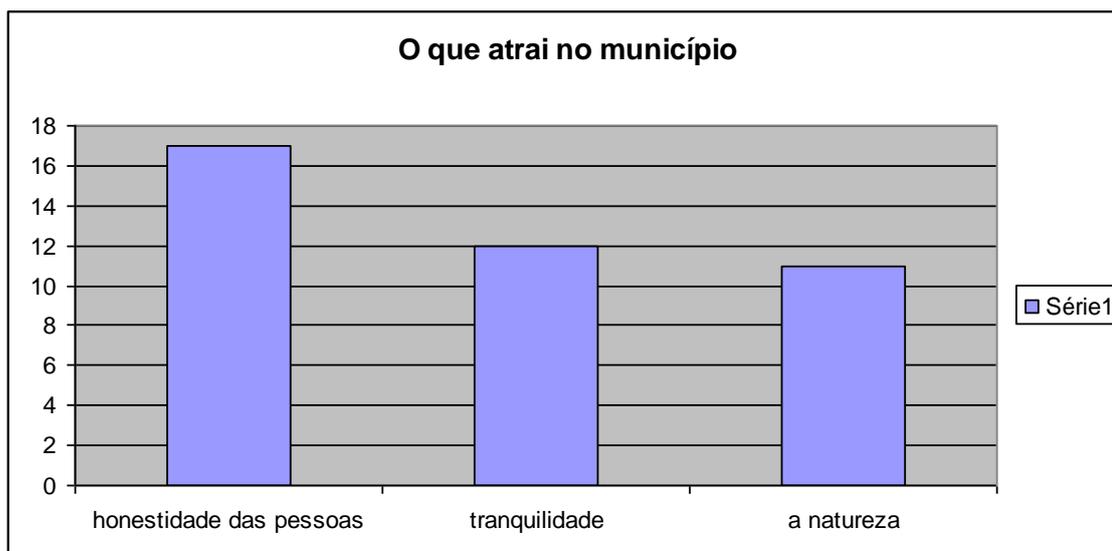


Gráfico 23: O que Te Atrai no Município
 Fonte: Entrevistas de Campo 2010

Com relação ao que mais falta no município de Nova Tebas, (Gráfico 24), como já acreditávamos a falta de emprego foi a mais cogitada, no entanto nota-se até a falta de segurança como uma das questões que atinge também os municípios com pequenos aglomerados. Assim, a necessidade de implantação de políticas públicas de melhoria da qualidade de vida dos habitantes é muito importante.

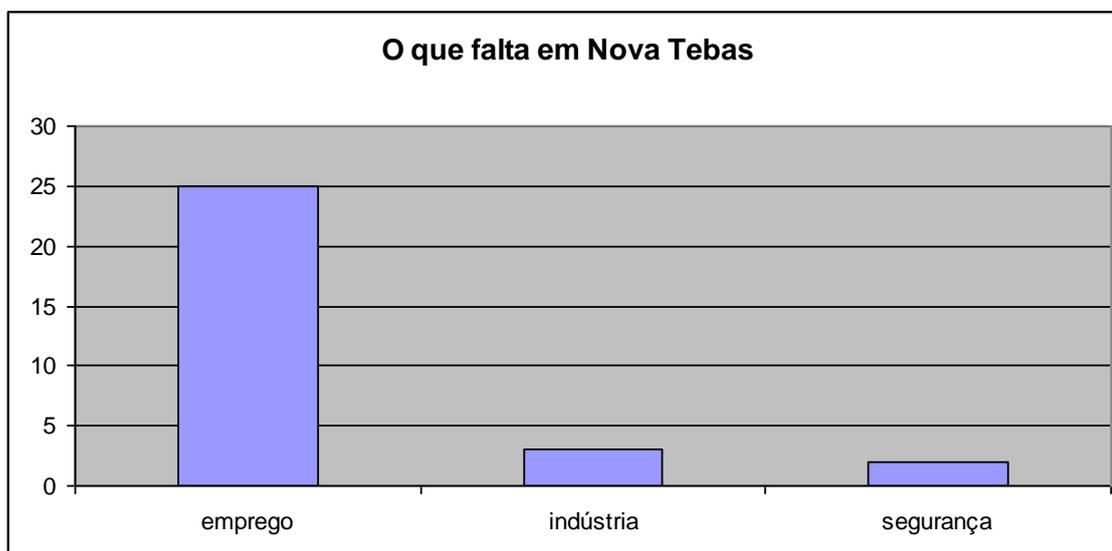


Gráfico 24: O que falta em Nova Tebas
 Fonte: Entrevistas de Campo 2010

A última pergunta que fizemos, estava relacionada ao significado da economia solidária para a população principalmente do distrito de Poema.

As respostas em destaque foram: solidariedade, para ajudar o próximo, trabalho, pois a economia solidária auxilia no desenvolvimento de empreendimentos econômicos, cooperação, bem como ter o seu próprio emprego (Gráfico 25).

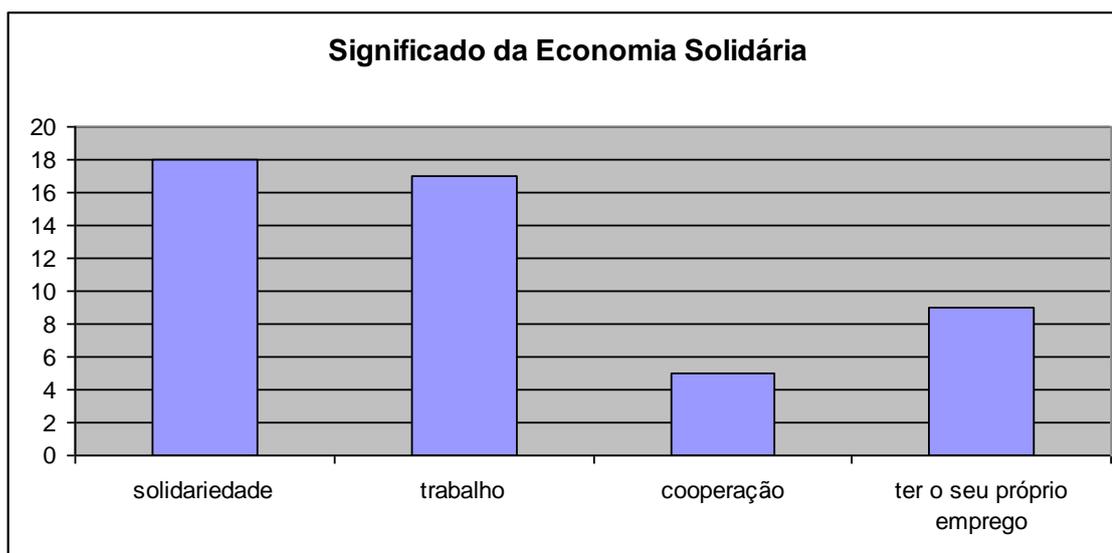


Gráfico 25: Significado da Economia Solidária
Fonte: Entrevistas de Campo 2010

De acordo com a análise dos gráficos, podemos perceber que os produtores de maracujá orgânico do Distrito de Poema apesar do baixo nível de escolaridade, apresentam-se unidos da necessidade de desenvolver tanto social quanto economicamente, esse espaço socialmente crítico. Assim, passaremos agora a análise pormenorizada desse empreendimento econômico solidário.

3.6.2 Aspectos Socioterritoriais e Tipologia do Empreendimento Econômico Solidário

A economia solidária no Brasil, é formada por empreendimentos econômicos solidários, organizados sob a forma de autogestão que por sua vez, realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, comércio e consumo solidário (CULTI et all, 2010, p. 27). No entanto, de acordo com o SIES (2005, p. 11-12) tais empreendimentos são organizações coletivas, suprafamiliares, singulares e complexas: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca,

redes e centrais, cujos participantes ou sócios são trabalhadores (as) do meio urbano ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, bem como a distribuição dos resultados.

O estudo sobre tipologias dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, buscou identificar por meio de uma metodologia de análise multivariada, o perfil aproximado desses empreendimentos econômicos solidários de forma a retratar a economia solidária, buscando identificar grupos e tipologias por regiões e estados brasileiros. A análise do estudo, foi dividida em seis dimensões que apresentamos a seguir: dimensão de organização dos empreendimentos econômicos solidários, dimensão de atividade econômica, dimensão de gestão financeira e administrativa, dimensão de situação de trabalho e sociopolítica nos empreendimentos.

Assim, o nosso objetivo nesse tópico, é mostrar a luz da tipologia como a Cooperativama se enquadra quanto a essas seis dimensões, dando ênfase a região Sul e o Estado do Paraná. Esse será nosso recorte espacial para a análise das tipologias dos empreendimentos solidários.

O Nordeste brasileiro com 9.498 empreendimentos ou 43,5% é a macrorregião com maior número de associados e cooperados. Logo em seguida a região Sudeste com 3.983 ou (17,9%) empreendimentos ocupa a segunda posição. Em terceiro lugar fica a região Sul com 2.656 ou 16,4% em quarto lugar temos o Norte com 3.918 empreendimentos ou 12,1% e por último temos a região Centro-Oeste com 2.212 ou 10,1 % dos empreendimentos tabulados na análise.

Portanto, passaremos agora para a análise pormenorizada das tipologias para a região Sul, focalizando especialmente a realidade paranaense e demais estados sulistas.

Quanto a dimensão de organização dos EES, estas estão subdivididas em três categorias que se seguem:

Grupo/tipologia 1: onde reúne o grupo com EES mais jovens, a maioria surge entre 2003 e 2007, em sua maioria são grupos informais e localizados em áreas urbana, onde aproximadamente metade é composto de até dez sócios.

Grupo/tipologia 2: tal grupo é formado por EES de todas as idades, sendo os mais jovens mais comuns, composto por cooperativas e associações, localizadas em áreas rurais e urbanas. Apresentam tamanhos variados em relação ao número de sócios, com até dez sócios (pouco maior que as demais categorias).

Grupo/ tipologia 3: é o grupo onde estão os EES mais antigos, a maioria surge até 1999, todos funcionando com associações e localizados somente em áreas rurais. Neste grupo é maior a informação de não declarar ter sócios, ou de ser um EES com 21 a 50 sócios.

Para a região Sul a tipologia 1 se apresenta com maior número de EES, que agrega os EES urbanos, mais jovens, informais e com menos sócios. Porém quando se observa o Estado do Paraná também constatamos que a tipologia 1 é dominante, mas para o distrito de Poema, percebemos que embora o levantamento de campo tenha terminado em 2007 e ela tenha se formalizado no ano de 2008, a mesma, não participou do montante de empreendimentos analisados para a formação das tipologias, mas o empreendimento da Cooperatvama pode ser enquadrado naquele de tipologia 2, onde se inserem os empreendimentos de todas as idades.

Quanto à dimensão de atividade econômica dos EES, estas se objetivaram a identificar características das atividades produtivas principalmente: tipo de atividade econômica, forma de comercialização, destino da produção e espaços de comercialização utilizados.

Para essa dimensão foram criadas outra tipologia baseada em dois grupos:

Grupo/ tipologia 1: é o grupo que reúne os EES que só faz venda direta ao consumidor por meio de comércio local ou comunitário;

Grupo/ tipologia 2: é o grupo de EES cuja forma de comercialização está dividida em grande parte, entre venda aos revendedores e atacadistas e venda direta.

Para a região Sul, a tipologia 2 é aquela que apresenta a maior percentagem, pois mais da metade ou 58,1% pertencem a essa categoria. Porém, no Estado do Paraná, a tipologia 1 é aquela que se sobressai com 51,6%. Já no caso da Cooperatvama, através de programas tais como o PAA, percebemos que a tipologia 2 é a que sobressai, pois o PAA é um programa de aquisição de alimentos que compra de produtores familiares organizados em cooperativas e posteriormente faz a doação simultânea a instituições isto que, antecipando recursos aos produtores com compra direta revendendo o produto para os Ceasas.

A dimensão de gestão financeira teve entre as variáveis: a origem dos recursos iniciais da atividade, dificuldades na comercialização, investimentos, acesso a crédito, financiamentos e apoio, assessoria e capacitação.

Assim, sua caracterização também apresentou outra tipologia diferenciada:

Grupo/tipologia 1: é o grupo dos EES em que todos realizaram investimentos nas áreas de infraestrutura e equipamentos em maior quantidade;

Grupo/tipologia 2: é o grupo dos EES que não realizaram investimentos e não tiveram acesso a crédito.

Por ser uma região desenvolvida, o Sul com 54,9% dos seus empreendimentos configurou a tipologia 2, o Paraná com 61,6% também ficou lotado nessa tipologia, porém o empreendimento de Poema, não participa de nenhuma dessas categorias, pois além de não ter poder aquisitivo para investir com uma maior quantidade de verbas em sua cooperativa, também não tem acesso a créditos.

A dimensão de gestão administrativa, avaliou as instâncias de direção dos sócios, formas de participação nas decisões, periodicidade das reuniões coletivas e os resultados financeiros dos empreendimentos.

Novamente dois grupos foram identificados:

Grupo/tipologia 1: nesse grupo, enquadraram os EES com mecanismos de direção e decisão muitos simples.

Grupo /tipologia 2: compreende os EES com maior complexidade organizacional.

Para a região Sul, 51,3% dos empreendimentos pertencem a tipologia de mecanismos de direção e decisão simples, haja visto que são em geral empreendimentos jovens, informais e com menor número de sócios. O estado do Paraná com 62,5% também se enquadrou na tipologia 1. Para o distrito de Poema, a tipologia 2 é a mais adequada para a localidade, pois apresentam um empreendimento com maior complexidade organizacional.

A dimensão de situação de trabalho foi aquela que apresentou a maior subdivisão. O estudo pretendeu identificar a situação de trabalho levando em conta a relação de associado e não associado trabalhando diretamente no empreendimento.

Grupo/tipologia 1: Possui sócios trabalhando diretamente na atividade com remuneração fixa e a maioria dos EES não possui não sócios trabalhando.

Grupo/tipologia 2: Possui sócios trabalhando diretamente na atividade, sendo remunerados por produtividade, por hora de trabalho e de outras formas. A maioria absoluta dos EES não possui não sócios trabalhando.

Grupo/tipologia 3: Possui sócios trabalhando diretamente na atividade, mas a maioria dos EES não tem conseguido remunerá-los. A maior parte dos EES não possui não sócios trabalhando.

Grupo/tipologia 4: Possui sócios e não sócios trabalhando diretamente na atividade, sendo os sócios remunerados por produtividade.

Grupo/tipologia 5: Possui sócios e não sócios trabalhando diretamente na atividade, mas a maior parte dos EES não tem conseguido remunerar os sócios.

Grupo/tipologia 6: Não possui sócios trabalhando diretamente na atividade e todos os EES têm não sócios trabalhando.

A região Sul com 57,4% dos seus sócios ficaram concentrados na tipologia 2, o estado do Paraná com 60,1% também teve maior concentração na tipologia 2. Por consequente a Cooperatvama também teve o seu empreendimento listado nessa categoria, pois não tem presença de trabalhadores não sócios e reúne sócios que trabalham diretamente nas atividades com remuneração por produtividade.

Por último, mas não menos importante temos a dimensão sociopolítica que procurou identificar o envolvimento dos representantes associados dos empreendimentos em atividades sociais e em redes de EES.

A distribuição das tipologias seguem distribuídas da seguinte maneira:

Grupo/ tipologia 1: este é o grupo com maior envolvimento social;

Grupo/tipologia 2: este é um grupo de envolvimento social intermediário;

Grupo/tipologia 3: este é um grupo quase sem envolvimento social.

A região Sul e o estado do Paraná, de acordo com seus empreendimentos ficaram classificados na tipologia 2, com envolvimento social intermediário. Já o distrito administrativo de Poema com a Cooperatvama, ficou classificado na tipologia 1, pois grande parte de seus cooperados participam ativamente da vida social do empreendimento.

Assim, o SIES, no seu último mapeamento cobriu 52% dos municípios brasileiros e levantou dados sobre 21.859 empreendimentos e uma população de 1 milhão e 687 mil homens e mulheres.

3.6.3 Alcances da Economia Solidária no Distrito Administrativo de Poema - Nova Tebas PR

O Núcleo/Incubadora Unitrabalho da UEM, começou seus trabalhos no distrito administrativo de Poema no segundo semestre de 2007, através do projeto intitulado “Proposta multidisciplinar de apoio ao desenvolvimento sustentável: cooperativismo e associativismo estimulando a produção do maracujá orgânico na agricultura familiar. Esse

projeto temo como objetivo central fazer a ponte entre o desenvolvimento local em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a atuação do Estado paranaense nesses locais através do Programa de Extensão universitária Universidade Sem Fronteiras- SETI/PR.

É importante salientar, que a equipe técnica auxiliar contou com dois bolsistas recém-formados, e dois alunos de graduação. O ingresso de alunos recém-formados e de graduação, tinha como objetivo, desenvolver as atividades práticas pertinentes ao projeto, ensinando a tais profissionais, o trabalho de pesquisa e extensão, ou seja, levando o conhecimento científico acumulado na teoria e na academia, até a sociedade que necessita de tal conhecimento.

Após o término do projeto e visando dar continuidade aos trabalhos iniciados nessa região, o Núcleo/Incubadora Unitrabalho da UEM, incluiu o distrito de Poema/PR entre os 18 empreendimentos arrolados no projeto denominado “Ampliação da atuação da incubadora de empreendimentos econômicos solidários- Unitrabalho/UEM. Esse projeto, também é coordenado pela economista e doutora Maria Nezilda Culti e financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome com início em 2008 continua, juntamente com o projeto Maraleite⁸, dando suporte técnico para estes produtores de maracujá orgânico.

O projeto denominado Maraleite, foi criado no âmbito da necessidade de construção de redes sociais onde os projetos semelhantes teriam como fulcro principal se conhecerem e compartilhar as experiências positivas e por que não negativas, quanto aos seus empreendimentos. Assim com esse novo projeto, inicia-se a integração e trocas de experiências entre produtores de maracujá orgânico das regiões central “Nova Tebas” e noroeste do Paraná “Peabiru, Quinta do Sol e Paranacity”.

Quanto especificamente ao município de Nova Tebas, uma série de esforços foram realizados para com os produtores familiares de maracujá orgânico de Poema, distrito de Nova Tebas –Pr. Foram organizadas e sistematizadas, as primeiras reuniões de sensibilização, cursos sobre economia solidária, de cooperativismo e associativismo, de gestão, de fruticultura e desenvolvimento local. Através de um plano de negócios para a atividade do maracujá orgânico e de todo o acompanhamento técnico periódico, foi possível organizar os pequenos produtores familiares em uma cooperativa. No dia 19 de setembro de 2008,

⁸ Formação de Empreendimentos Associativos de Autogestão de Produtores Familiares de leite e de Maracujá Orgânicos: Geração de Renda e Assistência Técnica nas regiões Central e Noroeste do Estado do Paraná

constituiu-se a então denominada Cooperatvama- Cooperativa dos Agricultores das Comunidades de 300 Alqueires, Vila Rural, Água dos Martas, 1000 Alqueires e Alvorada⁹.

Nesse sentido, através de dados quantitativos, é possível demonstrar através de quadro e gráficos que se seguem, a evolução dos produtores familiares de maracujá orgânico de Poema, Nova Tebas-Pr.

De acordo com o quadro 2, podemos perceber a evolução dos produtores da Cooperatvama, quanto ao tipo de maracujá, número de produtores, produção número de pés plantados e outros mais que nos dá a certeza que o empreendimento é viável e ajuda no desenvolvimento da realidade local.

⁹ Os termos, Comunidades 300 Alqueires, Vila Rural, Água dos Martas, 1000 Alqueires e Alvorada são os diminutos povoados existentes nas regiões adjacentes ao distrito de Poema.

COOPERATVAMA			
Produção maracujá			
Ano	2007	2008	2009
Safra	2006	2007	2008
Tipo de maracujá	Convencional*	Orgânico	Orgânico
Nº de produtores	11	32	48
Produção (Kg)	70.000	190.000	134.000
Nº de pés (em produção)	8.000	14.500	12.000
Área (ha)	4,85	8,79	7,27
Preço médio (Kg)	R\$ 0,45	R\$ 1,10	R\$ 1,55
Faturamento bruto anual	R\$ 31.500,00	R\$ 209.000,00	R\$ 216.370,00
Custo anual de produção	R\$ 14.700,00	R\$ 39.900,00	R\$ 28.140,00
ICMS	R\$ 3.780,00	R\$ 25.080,00	R\$ 960,00
Funrural	R\$ 787,50	R\$ 5.225,00	R\$ 1.659,00
Resultado líquido	R\$ 12.232,50	R\$ 138.795,00	R\$ 185.611,00
Renda líquida por produto/ano	R\$ 1.019,38	R\$ 11.566,25	R\$ 15.467,58
Renda líquida por hectare/ano	R\$ 2.522,95	R\$ 15.793,91	R\$ 25.521,51

* Em processo de certificação

Quadro 8: Evolução de maracujá convencional para o orgânico.

Como a certificação do maracujá orgânico da Cooperatvama, só foi obtida a partir da safra de 2007¹⁰, mostrado do quadro anterior, os produtores de maracujá orgânico de Poema-Nova Tebas- Pr, obtiveram a sua primeira conquista, ou seja, um melhor preço do quilo do fruto, pois passou de R\$0,45 quando ainda o maracujá era convencional, para R\$ 1,55 no ano de 2009, quando suas safras em plantio orgânico (Gráfico 26).

¹⁰ A certificação do maracujá orgânico, se deve a um órgão chamado IBD, que através dos seus técnicos dirão se a produção é orgânica ou não.

Podemos observar que o preço médio do maracujá cresceu quase 150% de 2007 para 2008, somente com a certificação do produto, ou seja, o quilo do maracujá convencional era de R\$ 0,45 em 2007, em 2008 o quilo do maracujá orgânico atingiu R\$ 1,10. Já de 2008 para 2009 a variação positiva do preço do maracujá orgânico foi de aproximadamente 41%.

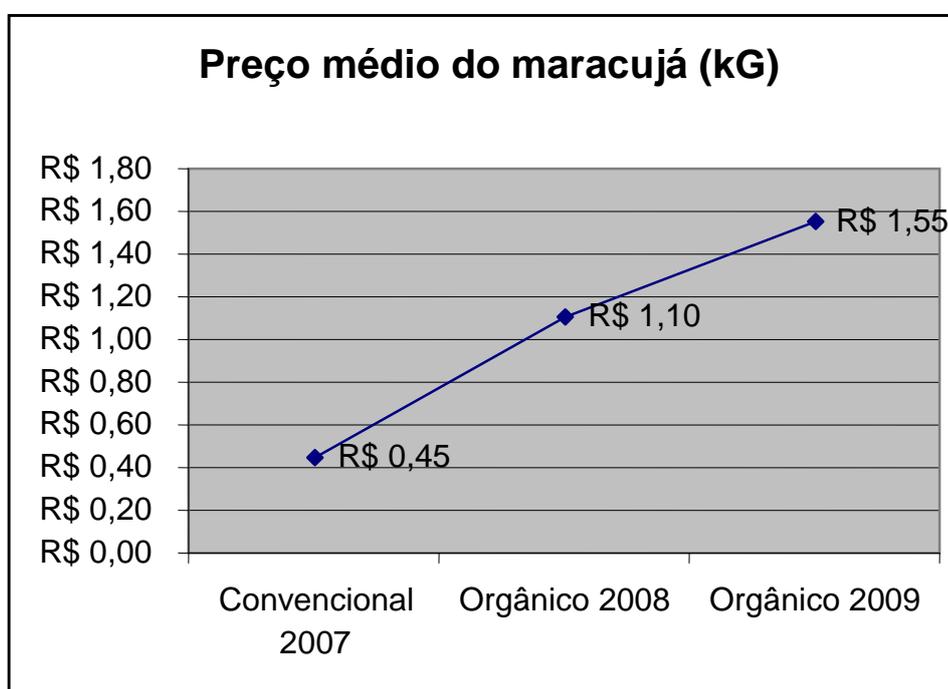


Gráfico 26: Preço médio do maracujá
Fonte: Unitrabalho

A alta do preço médio do maracujá orgânico em 2009 se deve a um fator atípico, cerca de 70% da produção foi comercializada através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Nesta operação, o maracujá orgânico foi negociado a R\$ 2,00/Kg, inclusive livre de imposto.

Essa parceria se deu em função da dificuldade que a Cooperatvama enfrentou em 2009, para escoar a sua produção. Assim, o Núcleo/Incubadora Unitrabalho/UEM realizou todo um projeto com a Conab, visando garantir não só a sustentabilidade da cooperativa, mas

também beneficiar milhares de brasileiros com um produto mais saudável. Isto porque, a redistribuição dos maracujás orgânicos de Poema, foi dada através de uma parceria entre SESC (Serviço Social do Comércio) e Conab, através do programa MESA BRASIL SESC e da Doação Simultânea para diversas creches, asilos e abrigos de Curitiba, Cascavel, Guarapuava, Londrina e Francisco Beltrão. O maracujá orgânico de Poema, comercializado através da Conab, também abasteceu o banco de alimentos da CEASA de Maringá.

Quanto ao número de pés de maracujá plantados, estes aumentaram cerca de 80% da safra de 2006 para 2007, porém diminuiu 17% na safra seguinte. A diminuição do número de pés de maracujá da safra de 2007 para 2008 afetou o montante de frutos produzidos como é expresso no (Gráfico 27).

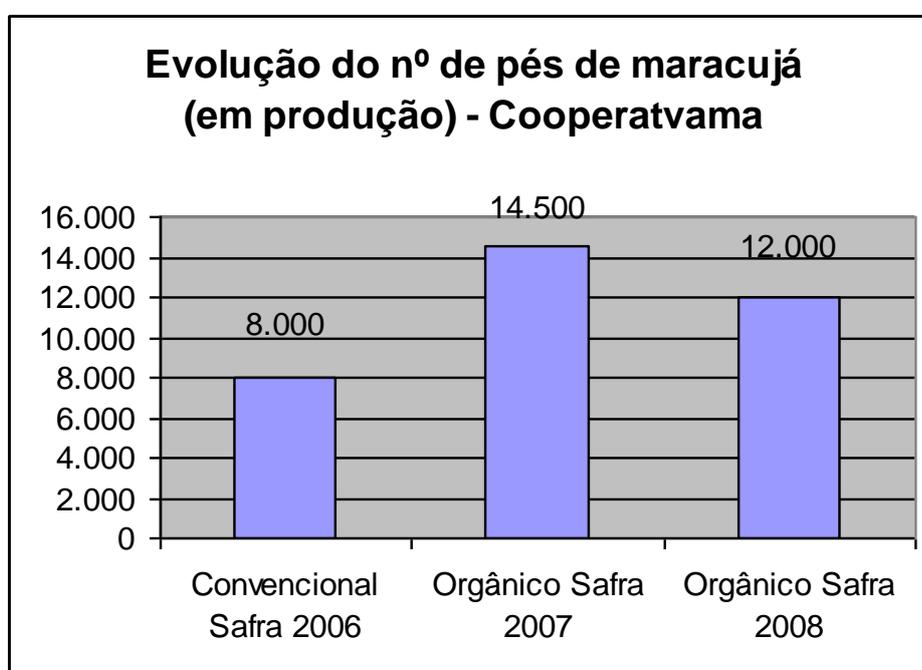


Gráfico 27 : Evolução do número de pés de maracujá (em produção) – Cooperatvama
Fonte: Unitrabalho, 2010

Uma vez que a evolução do preço do maracujá aumentou, não fica difícil pensar que o faturamento da Cooperatvama também crescesse. É obvio que o faturamento não depende apenas de um melhor preço, mas também do volume produzido e comercializado.

Podemos observar de acordo com o (Gráfico 28) que o faturamento bruto da Coopertvama deu um salto de 2006 para 2007 com a certificação orgânica do maracujá. Se a

safrade 2006 rendeu um faturamento bruto de R\$ 31.500,00, a safra de 2007 teve um incremento de aproximadamente 560% atingindo um faturamento bruto anual de 3,5%.

A safra de 2008 alcança o maior faturamento, porém não se deve apenas ao melhor preço do quilo do fruto conseguido, mas principalmente pela aquisição de tributos sobre 70% do faturamento bruto anual, comercializado através do PAA.

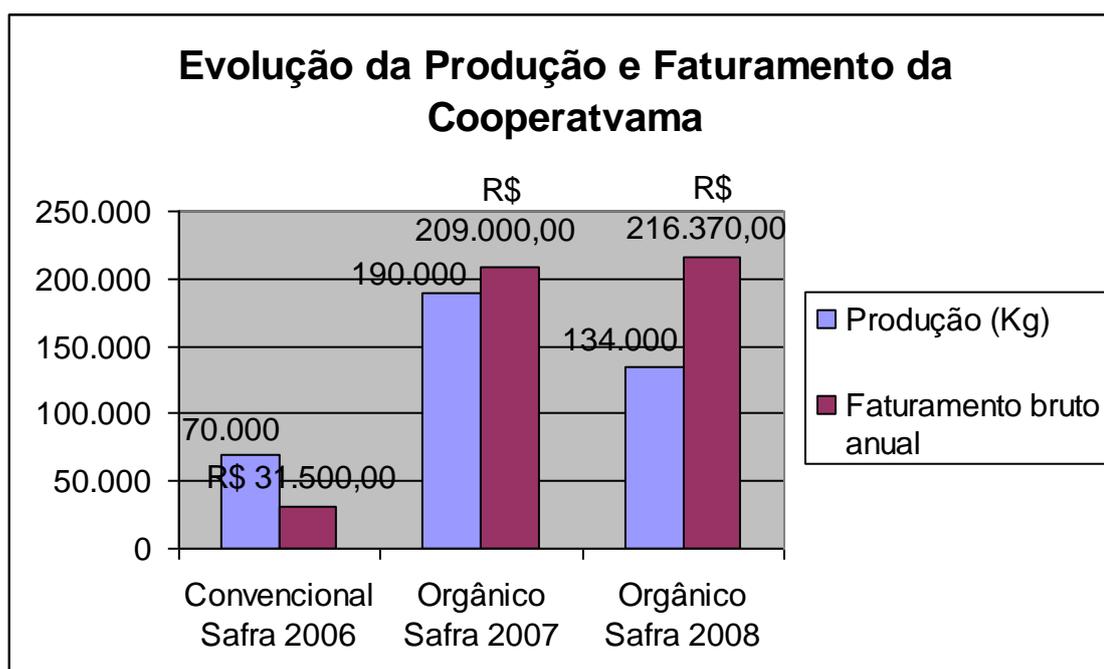


Gráfico 28: Evolução da Produção e Faturamento da Cooperatvama
Fonte: Unitrabalho, 2010

Quanto ao número de produtores, esses em 2006 estavam reunidos em 11 pessoas. No ano de 2007, subiu para 32. O ano de 2008 novamente teve um aumento, subindo para 48 cooperados. Em 2009 saltou para 52, finalizando em 2010 para 77 cooperados (Gráfico 29).

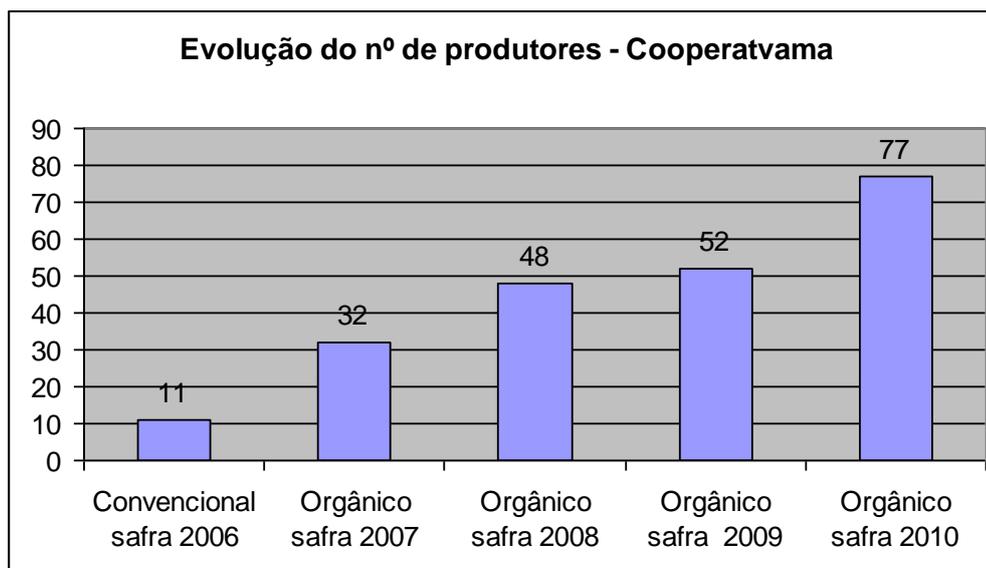


Gráfico 29: Evolução do número de produtores- Coopertavama
Fonte: Unitrabalho, 2010.

Quanto à carga tributária da Cooperatvama, esta foi maior no ano de 2007. No entanto, como isso é possível uma vez que no ano de 2008 tal cooperativa teve o maior faturamento desde 2006? A explicação é dada em função de que a maior parte das vendas de 2008, ou seja, 70% da produção foi comercializada através do PAA. Os produtores de maracujá orgânico de Poema, na comercialização através deste programa, ficaram isentos do ICMS, pagando apenas o Funrural, o que explica então a baixa carga tributária sobre o faturamento de 2008. Nesse sentido, o MDA desempenha importantíssimo papel para proporcionar a permanência do pequeno produtor no campo (Gráfico 30).

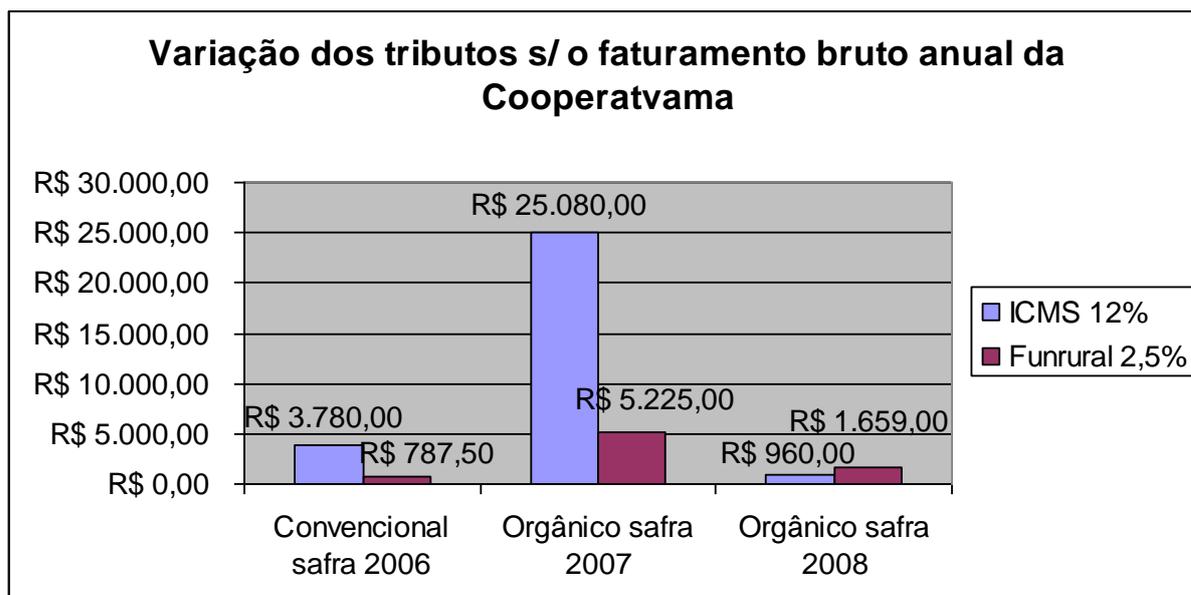


Gráfico 30: Variação dos tributos sem o faturamento bruto anual da Coopertavama

Fonte: Unitrabalho, 2010

Em função do ganho no preço do fruto, o aumento da produção também contribuiu para esse fato. A safra de 2007 produziu 171% mais do que a de 2006, ou seja, 120 toneladas a mais. Já a safra de 2007 para 2008 houve uma diminuição de 56 toneladas. Contudo, mesmo com essa queda, houve um aumento do faturamento bruto anual de 2007 para 2008, o que só foi possível graças à comercialização efetuada através do Programa de Aquisição de alimentos (PAA). É imperativo afirmar que não só a produção e o faturamento aumentaram, mas também o número de pés de maracujá e o número de produtores.

Apresentando algumas dificuldades quanto à comercialização e objetivando agregar mais valor ao fruto “in natura” agora a Cooperatvama, conta com um projeto de instalação de uma agroindústria já aprovada pelo MDA.



Figura 2. Instalação de uma agroindústria para despoupar o maracujá orgânico
Fonte: Marcos Queiroz

Incentivando os pequenos produtores a diversificar sua cultura, e agregar mais valor ao fruto in natura, a agroindústria se torna uma ferramenta imprescindível para melhorar e trazer novas formas e possibilidades de comercialização. Assim, a movimentação dos cooperados da Cooperatvama para implantar a produção de outros produtos tais como a acerola e o abacaxi que funcionaria como um produto comercializável no período em que os maracujás não estão produzindo.



Figura 3: Fruticultura em Poema: plantação de abacaxi para a entressafra do maracujá orgânico.
Fonte: Marcos Queiroz

3.6.4 Limites no Empreendimento da Cooperatvama

Quando analisamos o crescer de um empreendimento como a Coopertavama, percebemos que o mesmo apresenta não só alcances para o desenvolvimento de uma região deprimida socioeconomicamente como a região central, como também limites.

Assim, é de fundamental importância analisar até onde esses empreendimentos da Economia Solidária, conseguem alcançar o desenvolvimento socioeconômico local e o mais significativo, alcançar uma melhoria de vida para seus produtores.

Inicialmente os empreendimentos, ainda apresentam pequenas condições de competir no mercado, uma vez que é dado valor as grandes corporações capitalistas, controladoras do mercado. Iniciativas com produtos orgânicos apresentam dificuldades para se inserir em um mercado construído com interesses econômica e politicamente tão bem estruturados, porém hoje, menos do que foi.

Na realidade empírica analisada, a Cooperatvama apresenta problemas de ordem infra-estrutural, pois devido a precariedade das estradas e sua péssima conservação, o escoamento do maracujá para outras localidades se torna difícil.

Os empreendimentos da Economia Solidária, em sua grande maioria, apresentam defasagem tecnológica e precisam desenvolver inovações de produtos, processos organizacionais e de comercialização.

Essa também foi uma dificuldade notada pelos produtores de maracujá orgânico da cooperatvama, pois apresentam uma grande vontade de poder industrializar seu produto, porém a falta de recursos para a implementação de uma fábrica que despolpe o maracujá e produza o suco impede o desenvolvimento da comunidade local. Neste caso, resolvido com recursos a fundo perdido pelo projeto do MDA.

Outro entrave apresenta-se com a pequena inserção em cadeias específicas e arranjos produtivos que os auxiliem em um maior desenvolvimento. Novamente a falta de acessibilidade torna essa pequena localidade muito distante de grandes áreas consumidoras, como a região metropolitana de Curitiba e outros centros maiores, como Maringá, onde existam as Centrais de Comercialização e Centrais de Abastecimento (Ceasas), o que dificulta a comercialização do maracujá.

Identificamos, ainda, problema atinente ao fato que grande parte dos empreendimentos tem um baixo preparo técnico-profissional para lidar com a administração cotidiana e gestão a longo prazo. Trabalhar com uma cooperativa solidária requer um desenvolvimento de gestão atrelado a experiência cotidiana dos produtores envolvidos na produção. No entanto, uma vez que grande parte dos produtores tem um baixo grau de escolaridade é importante instrumentá-los para um maior desenvolvimento da cooperativa. Não é diferente na caso da Cooperatvama.

Ademais, contando com poucas economias privadas, os empreendimentos apresentam uma capitalização no curto prazo, insuficiente para o desenvolvimento pleno dos seus cooperados, pois apenas o dinheiro recolhido entre os cooperados não dá sustentação para todas as necessidades que uma produção orgânica necessita tal como: roçadeiras para retirar os entulhos da plantação e produtos orgânicos para a melhoria da qualidade do maracujazeiro, e adubos orgânicos para o desenvolvimento dos frutos.

As esferas governamentais também causam dificuldades aos empreendimentos, pois as questões burocráticas impedem um desenvolvimento maior dos produtores que muitas vezes não tem o mínimo preparo para resolver os problemas que as cooperativas enfrentam ao longo dos anos.

Quando analisamos as esferas governamentais, é importante que os empreendimentos tenham uma maior vinculação com as possibilidades de iniciativas locais de desenvolvimento e não apenas com objetivos políticos eleitorais que se estendem ao longo e após os mandatos de prefeitos. Portanto em certas espacialidades, como aquela que estudamos, existem apenas

interesses eleitorais, deixando a comunidade local desamparada politicamente quando entram no governo, não fazendo nada para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Portanto, os produtores de maracujá em Poema, não contavam até a pouco tempo com o apoio da prefeitura para desenvolver a produção orgânica. A competição é muito grande, uma vez que o município apresenta três distritos administrativos, percebe-se que a distribuição de verbas para os mesmos é diferente, uma vez que Poema não apresenta um grande contingente populacional, as verbas ficam centralizadas na sede urbana e do distrito de Catuporanga que apresenta um contingente populacional maior.

Dentre outras dificuldades que o empreendimento apresenta, temos aquele relacionado ao pessoal técnico para auxiliar na produção orgânica do maracujá. Uma vez que essa produção precisa de cuidados maiores, pois não utiliza adubos da produção convencional, os produtores necessitam de pessoal qualificado para auxiliá-los. Assim, se torna premente técnicos e engenheiros agrônomos que saibam trabalhar com a produção orgânica dando assistência técnica para esses produtores.

Essas são algumas das dificuldades que a população local apresenta para o desenvolvimento e melhoria do empreendimento existente no distrito de Poema em Nova Tebas.

Portanto, percebemos que as iniciativas locais apresentam melhorias, porém a que se pensar em propostas para as dificuldades que tais iniciativas apresentam. Assim, nada mais salutar do que a integração das iniciativas locais com o fomento de políticas territoriais para a minimização das desigualdades socioeconômicas que tais espaços em esvaziamento demográfico apresentam. Nesse sentido, felizmente a Coopertavama pode contar com as políticas públicas, tanto estadual, no caso do Programa Universidade Sem Fronteiras, como Federal, com o recurso financeiro do MDA, do Programa dos Territórios da Cidadania.

CONSIDERAÇÕES

O trabalho que por hora apresentamos, vem do olhar de estranheza para com um elencado de municípios socialmente críticos, localizados na região central do Estado do Paraná.

A análise sobre a importância das iniciativas locais de fomento ao desenvolvimento endógeno das espacialidades em esvaziamento populacional é muito importante, pois a partir da coletividade, percebe-se que as iniciativas construídas em conjunto e democraticamente poderão surtir um desenvolvimento mais equitativo para a população em geral e especialmente para os espaços deprimidos.

Iniciamos o trabalho explicitando que em nossa concepção, a Região Central do Paraná, é aquela utilizada pela Emater, e que dentre as suas características, o processo de esvaziamento dos municípios é uma característica marcante. É importante mencionar que mesmo apresentando taxas negativas de crescimento geométrico anual, quando se analisa o crescimento das cidades, percebe-se um maior desenvolvimento dos núcleos urbanos em relação aos núcleos rurais.

Os procedimentos adotados nos levaram a constatar que a municipalidade apresenta-se em letargia econômica e baixo crescimento. A partir de tais constatações podemos compreender que o município elencado para a realização dos procedimentos metodológicos tais como entrevistas e busca de fontes secundários em sites oficiais do governo, nos levaram a crer que a municipalidade apresenta-se em letargia econômica e baixo crescimento demográfico e vegetativo devido a uma série de dinâmicas econômicas concentradoras, mas também devido a comportamentos políticos inadequados e que a despeito das várias políticas públicas propostas não foram ou foram insuficientemente implementadas.

Devem ser acrescentados ao rol de dificuldades regionais e locais, a concentração fundiária e as características naturais (relevo ondulado e acentuados declives) dificultam uma ocupação econômica efetiva. Predominam as grandes propriedades de absenteístas e a expulsão dos pequenos produtores para outras regiões do espaço paranaense e brasileiro.

A análise conjuntural das possibilidades locais é fundamental no sentido de pensar alternativas para o desenvolvimento de espaços socialmente críticos, bem como em esvaziamento populacional. No entanto, assim como Vainer (2001) acreditamos que apenas com a interdependência entre as escalas locais, regionais e nacionais, o desenvolvimento será

mais notório propiciando a diminuição das mazelas econômicas e sociais que tais espacialidades se encontram. Na análise empírica, percebe-se que o distrito administrativo de Poema, juntamente com a organização dos pequenos produtores de maracujá orgânico sob a denominação de Cooperatvama, estão comprometidos com a perspectiva de fomentar em sua territorialidade soluções para a melhoria social e viabilizar a permanência de ao menos parte da população.

É certo que iniciativas como esta, sozinhas dificilmente conseguirão promover uma reversão do comportamento demográfico em declínio no município. Entretanto, para o pequeno grupo que dela participa e analisado nesse trabalho, observa-se a expectativa positiva de viabilizar a reprodução da sua vida e da família no município de Nova Tebas.

Uma vez que a escala municipal no Brasil, é de suma importância para a concretização de políticas públicas, vemos no município de Nova Tebas a perfeita integração entre a escala local, representada pelos produtores de maracujá orgânico, e a escala regional fomentada pela Universidade Estadual de Maringá, que através da Unitrabalho/UEM e do Programa Universidade Sem Fronteiras se torna fomentadora de políticas para o desenvolvimento social. Assim, através de projetos e articulações entre essas escalas, chega-se a escala nacional representada por mais um novo projeto, este sob o aval do MDA e do PAA, que tornam a realidade local circunscrita a nacional, que por sua vez, busca o desenvolvimento unívoco dessa porção do espaço paranaense.

Esta experiência bem como outras tendências confirmam a necessidade política da articulação escalar e dos limites em se compreender o local de forma isolada. Apesar de considerada como uma iniciativa local, a experiência analisada pode avançar a partir do auxílio recebido desde as escalas regional e nacional, por meio de programas específicos.

Da mesma forma, do ponto de vista teórico confirma-se a necessidade de olhares interescares.

Quanto a economia solidária, esta vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Deste modo, apresenta-se com o intuito de atenuar as desigualdades sócio-econômicas bem como minimizar as gritantes contradições que o sistema capitalista inseriu na sociedade contemporânea. É assim que se situa a experiência aqui analisada na região central do Paraná, uma comunidade de pequenos produtores de maracujá orgânico que empenhados do objetivo de continuar em suas propriedades, buscam em tal economia o meio para desenvolver-se e não ter que vender a sua pequena propriedade e ir embora para um centro regional ou uma grande cidade, reforçando naquelas as tendências já socialmente tão contraditórias.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Herton Ellery; SILVA, Frederico A. Barbosa da. Notas técnicas. **Economia Solidária: um novo paradigma de política pública?**. Mercado de trabalho. Ipea 28 setembro de 2005.

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. As pequenas cidades no Brasil e no Triângulo Mineiro. In: CD-Room dos Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. p.1391-1411. São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 95-136.

CIGOLINI, Adilar Antonio. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas: Análise da criação de municípios no estado do Paraná**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1999.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses (NBR 14724/2002)**. Maringá: Dental Press, 2006.

COSTA, Ademar Araújo da. Desenvolvimento Local: Gestão do território em pequenas cidades do Rio Grande do Norte-Brasil. In: CD-Room dos Anais X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, p. 3643-3666. São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, promulgada em 5 de outubro de 1988.

CRUZ, Antônio. Economia solidária; a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica. In: Cadernos de Economia- Curso de Ciências Econômicas- Unochapecó. Ano 8, n.14, jan/jun.2004.

CULTI, Maria Nezilda. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. Tese. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo 2006.

CULTI, Maria Nezilda et. al. Cooperativismo Popular: um processo de (re) educação. In: **Anais do 5º Congresso Nacional de Estudos Del Trabajo**, Buenos Aires, 2001.

_____ ; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo: Todos os bichos, 2010.

Economia Solidária: Mapeamento Sergipe. Convênio UNITRABALHO/FINEP. São Paulo; 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006.

ENDLICH, Ângela Maria; MENDES, César Miranda (Org). **10 anos do PGE/UEM. Construindo o saber geográfico.** Maringá: Eduem, 2011.

FACINI, Fernando. A agricultura familiar no contexto das transformações na paisagem rural do município de Iretama. In: **Estudos regionais: enfoques socioeconômico, ambiental, educacional e da paisagem.** Orgs: Rosangela Maria Pontili & Ana Paula Colavite. Campo Mourão: editora da FECILCAM, 2009. p: 99-130.

FISCHER, Tânia. Poder local:um tema em análise. *Revista de Administração Pública*, v.26, n.4, p.105-113, Rio de Janeiro, out./dez.1992.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios.** Maringá: Memória brasileira, 1996.

GIOVANNETTI, Gilberto; LACERDA, Madalena. Dicionário de geografia; termos, expressões, conceitos. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Desenvolvimento em (des) construção:** Provocações e questões sobre desenvolvimento e Geografia. In:Geografia Agrária: teoria e poder. Org: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César. São Paulo: Expressão Popular, p.39-53, 2007.

GUEDES, Enildo Marinho. **Curso de Metodologia Científica.** Curitiba; HD Livros Editora, 2000.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. **Os vários Paranás:** identificação de espacialidades socioeconômicas-institucionais como subsídios a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba, IPARDES, 2006.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Censo demográfico- Paraná-1960. Rio de Janeiro:IBGE, s/d.v.1.Tomo 14.

_____. Censo demográfico- Paraná- 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v.3 – Tomo 19.

_____. Censo demográfico- Paraná-1980. Rio de Janeiro:IBGE, 1983.v.2-Tomo 3.

_____. Censo demográfico- Paraná-1991. Rio de Janeiro:IBGE, 1996. nº 20.

_____. Censo demográfico- Paraná-2000.Rio de Janeiro:IBGE,2002. (CD ROM).

_____. Contagem Populacional- Paraná- 1996. Rio de Janeiro:IBGE, 2000. (CD ROM).

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Actuel Marx, 1995.
MANCE, Euclides André. **Economia Solidária: um novo paradigma?**. IFIL, 2000.

Martinez, Jorge Coque. El Desarrollo Local sobre bases cooperativas: valorización de los recursos locales y creacion de redes. 2003.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

MELO, Nágela A. **Pequenas cidades da Microrregião Geográfica de Catalão-GO: análise de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. Uberlândia: IG/UFU, 2008.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento ? In: **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Ângela Maria Endlich & Marcio Mendes Rocha (organização). Maringá: PGE, 2009.

_____; LIBARDI, Diócles. SILVA, Sandra Terezinha da; BARION, Maria Isabel. **Os Vários Paranás: diversidade, desigualdade e inserção diferenciada na divisão social trabalho**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n° 111, p.145-150, jul.dez 2006.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.

Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003/ Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MI, 2005.

RAZETO, Luis. **Los caminos de la economia de solidaridad**. Buenos Aires: Lúmen-Hvmanitas, 1997.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Paraná: O quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização**. Boletim Paulista de Geografia. Boletim Paulista de Geografia, n° 46, dezembro de 1971.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: Ed. UEL, 2002, 205p.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e Município: observações sobre o poder local. In: **Panorama da Geografia brasileira I**. Orgs: José Borzacchiolo da Silva Lima, Luiz Cruz e ELIAS, Denise. São Paulo: Annablume, 2006.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: *Cidades Médias: espaços em transição*. Org: Maria Encaranação Beltrão Sposito. São Paulo: Expressão popular, 2007. p.461-494.

SOARES, Beatriz Ribeiro. MONTES, Silma Rabelo. PESSÕA, Vera Lúcia Salazar. Rural e / ou urbano? Uma reflexão sobre a realidade sócio-espacial dos distritos do município de Uberlândia (MG). In: CD-Rom dos Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, p. 15.119-15.134. São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

SOARES, Beatriz Ribeiro. MELO, Nágela Aparecida de. Pequenas cidades: Reflexões em torno das suas funções sócio-econômicas em áreas de modernização agrícola. In: CD-Rom dos Anais do X Encontro Nacional de Geógrafos da América Latina 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. p.15066-15084.

MONTES, Silma Rabelo. OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. SILVA, Renata Rastrelo. Cidade Média e Desenvolvimento Local: Relações socioespaciais de Uberlândia (MG) e seus distritos. p.1-17.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1993.

STANG, Maria Ozely. **História do município de Nova Tebas**. Nova Tebas: SEMEC, 2008.

SMITH, Neil. Geografia da diferença e as políticas de escala. In: ARANTES, Antonio A. **O espaço da diferença** (Org.). Campinas: Papius, 2000.

_____. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

TAUIL, Roberto. Cidade brasileira: definições político-geográficas. In: Lista de geografia (listageografia) [online]. Disponível em; www.yahogroups.com/listageografia.

VAINER, Carlos Bernardo. **As escalas do Poder e o Poder das Escalas: O que Pode o Poder Local?** In: ENCONTRO NACIONAL ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço; v.1. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p. 140-151.

VARGAS, Heliana C. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio.** São Paulo: SENAC, 2001.

ZAI, Clotilde. **Municípios rurais e desenvolvimento territorial: Reflexões a partir do município de Mato Rico – PR.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. [Dissertação de Mestrado]

ANEXO A**ENTREVISTAS REALIZADAS PELA EQUIPE UNITRABALHO 2008**

- 1) Qual o seu grau de escolaridade?
- 2) Qual a sua renda média mensal?
- 3) Quais os principais produtos comercializados na sua propriedade?
- 4) Há quanto tempo produz maracujá?
- 5) Sua produção é orgânica?
- 6) Quais os institutos de qualificação para a certificação da produção orgânica?
- 7) Qual o tamanho de sua propriedade?
- 8) Quantos hectares estão direcionados a plantação de maracujá orgânico?
- 9) Participa de algum tipo de associação ou cooperativa?
- 10) Já fez algum curso sobre cooperativismo?

ANEXO B**ENTREVISTAS REALIZADAS NO ANO DE 2010**

- 1) A quanto tempo reside em Poema?
- 2) Qual a viagem que você realiza com maior frequência?
- 3) Se você fosse embora de Nova Tebas, do que sentiria mais saudades?
- 4) O que a Cooperatvama trouxe para você?
- 5) Quem é a pessoa que mais se destaca no município?
- 6) Qual a instituição mais importante para você?
- 7) O que te atrai em Nova Tebas?
- 8) O que falta em Nova Tebas?
- 9) Expresse em uma palavra o que significa economia solidária para você